

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2025

LOCAL: EDIFÍCIO SEDE DA IMPRENSA
NACIONAL - SIG. Q. 06, LOTE 800,
BRASÍLIA-DF

EXPOSIÇÃO ESPECIAL
DO MUSEU DA IMPRENSA
HISTÓRIA SOCIAL DA IMPRENSA NO BRASIL

É
UM PANORAMA
DA NOSSA
HISTÓRIA, CONTADA
PELA ÓTICA SOCIAL.
INCLUI NA SUA
NARRATIVA MAIS DE 217
ANOS: DE 1808 ATÉ
OS DIAS DE
HOJE.





PERÍODO JOANINO
1808 - 1821



A ERA DAS REVOLUÇÕES E A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA O BRASIL



(FIG.1) ANÔNIMO. NAPOLEÃO SOPRADOR DE BOLHAS, 1813. RIJKSMUSEUM

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, ocorreu em meio aos intensos conflitos entre as instituições emergentes das revoluções da época — a Industrial e a Francesa — e as estruturas do Antigo Regime, como o absolutismo monárquico, a subordinação econômica e política das colônias, a desigualdade de direitos e a influência da Igreja sobre o Estado.

As invasões napoleônicas na Europa, África e América representaram tentativas de impor, pela força, os ideais do liberalismo francês, de caráter teoricamente democrático e internacionalista. A Grã-Bretanha, que desde a Revolução Gloriosa do século XVII vivia sob governos constitucionais, enfrentava a França não por divergências ideológicas, mas por antigas disputas geopolíticas entre as duas potências.



(FIG.2) FRANCISCO GOYA-TRÊS DE MAIO DE 1808. 1814. ÓLEO S. TELA. DOMÍNIO PÚBLICO

A crescente subordinação econômica e política de Portugal à Inglaterra, iniciada com o Tratado de Methuen em 1703, aprofundou-se com o avanço da industrialização britânica ao longo do século XIX. O aumento da escala produtiva e da eficiência tecnológica tornou os capitais e mercadorias britânicos hegemônicos no comércio internacional. Essa transformação abalou profundamente as bases do sistema colonial português — e de outras potências europeias, como Espanha e Holanda —, que se sustentava na relativa estagnação tecnológica e no monopólio comercial das colônias pelas metrópoles. Esse modelo era operado por companhias pré-definidas e legitimado por doutrinas mercantilistas.



(FIG.3) MAPA REPRESENTATIVO DA EXTENSÃO DO IMPÉRIO BRITÂNICO EM 1886.



(FIG.4) CARICATURA INGLESA DO RITUAL DO BEIJA MÃO. B. WHITACKER-1826.



PERÍODO JOANINO
1808 - 1821



SURGIMENTO DA IMPRESSÃO RÉGIA



(FIG.5) ALEGORIA DO REGRESSO DE D. JOÃO VI DO BRASIL: NA REPRESENTAÇÃO OFICIAL, QUASE UM SONHO - ÓLEO DE MÁXIMO PAULINO DOS REIS

Em 1808, com a transferência da Corte portuguesa para sua principal colônia, o Brasil, o príncipe regente D. João — que governava em nome de sua mãe, D. Maria I — criou uma imprensa oficial denominada Impressão Régia. A medida foi uma providência incontornável para organizar a administração no novo centro do poder imperial. Já existia uma Impressão Régia em Portugal desde 1768, e a instituição fundada no Brasil foi, até certo ponto, um desdobramento daquela da metrópole. Na Inglaterra, por exemplo, já havia imprensa estatal e jornais oficiais desde o século XVII, o que evidencia que a criação de órgãos desse tipo era uma prática consolidada em algumas monarquias europeias.

A burocracia lusitana e os monarcas já haviam percebido a necessidade de concentrar a publicação dos atos governamentais em um periódico. Essa prática facilitava a guarda, a consulta e a difusão das informações relevantes, contribuindo para o fortalecimento do poder estatal. Reconhecia-se que era vantajoso, para os objetivos dos governantes, imprimir atos normativos, manuais técnicos e estudos indispensáveis ao funcionamento da máquina pública e



(FIG.6) REVOLTA LIBERAL DO PORTO (AZULEJARIA PORTUGUESA)

dos setores regulados. Além disso, começava a se tornar necessário atender às crescentes demandas por

transparência e legalidade, vindas de uma incipiente opinião pública que já influenciava o equilíbrio político.

Apesar do avanço técnico e político representado pela fundação da Imprensa Régia no Brasil, a censura à imprensa permaneceu vigente. Os poucos jornais que surgiram na Corte do Rio de Janeiro ou nas capitanias precisavam de autorização prévia e estavam sob rigorosa vigilância — e, frequentemente, censura — por parte das autoridades policiais e dos ministros do rei. Esse cenário só começou a se modificar com a Revolução do Porto, em 1820, na metrópole, que enfraqueceu temporariamente o absolutismo lusitano e abriu espaço para reivindicações liberais, inclusive no campo da liberdade de expressão.



PERÍODO JOANINO
1808 - 1821

PRIMEIRA FASE DA IMPRESSÃO RÉGIA (1808-1830)



(FIG.7) UMA FAMÍLIA BRASILEIRA - HENRY CHAMBERLAIN - GRAVURA EM ÁGUA-TINTA E AQUARELA SOBRE PAPEL

Subordinada à poderosa Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a Imprensa Régia do Brasil foi administrada, até 1830, por uma Junta Diretora composta inicialmente por três, e posteriormente por quatro membros. Entre eles destacava-se José da Silva Lisboa (1756–1835), o visconde de Cairu, um dos intelectuais brasileiros mais ativos e influentes nas três primeiras décadas do século XIX. Embora fosse um entusiasta do liberalismo econômico, ele mantinha posições políticas absolutistas. Sua adesão ao constitucionalismo só ocorreu após o próprio monarca aceitar a convocação da Constituinte, imposta pela Revolução do Porto. Essa combinação entre liberalismo econômico e conservadorismo político se tornaria uma marca duradoura das elites sociais e políticas brasileiras, com efeitos que se estendem até o presente.

A Imprensa Régia detinha o mo-

nopólio da publicação de leis e documentos diplomáticos, além de autorização para imprimir obras encomendadas por qualquer súdito, desde que não contrariassem a religião, o governo ou os bons costumes. Esse serviço a particulares, juntamente com a exclusividade na produção de cartas de baralho, constituía as principais fontes de receita da repartição em seu período inicial. No entanto, o órgão enfrentava duas grandes dificuldades: a escassez de mão de obra qualificada e a ausência de uma sede adequada às suas necessidades operacionais.



(FIG.8) FOTOGRAFIA DA PRENSA CILÍNDRICA A VAPOR



(FIG.9) CARRUAGEM PUXADA POR CAVALOS E CADEIRINHA - HENRY CHAMBERLAIN - 1822



(FIG.10) SEDE IMPRESSÃO RÉGIA GRAVURA DE COELHO J.PEDROZO

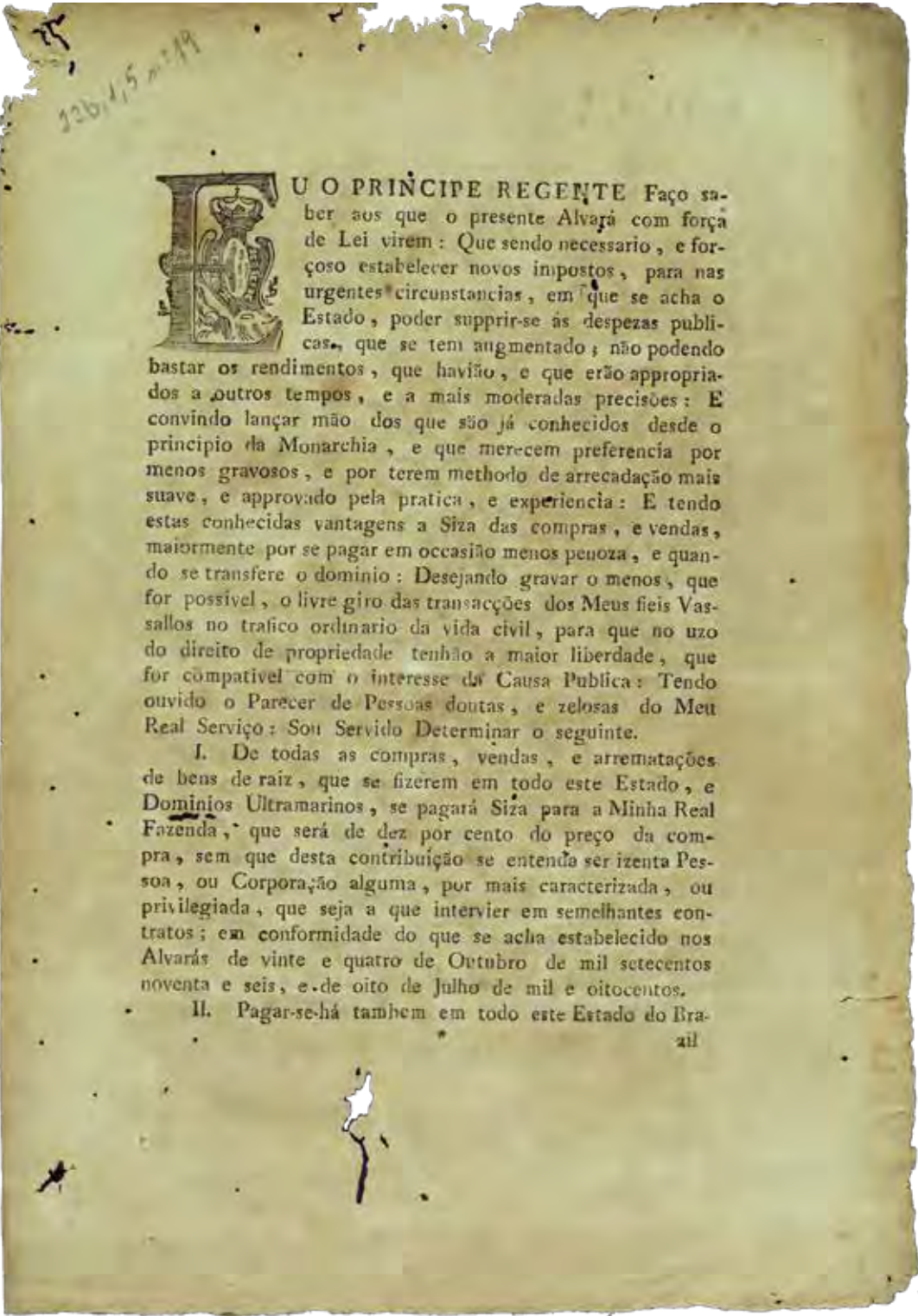
Entretanto, a demanda por serviços gráficos antes reprimida, a ausência de concorrência e o apoio das autoridades estatais permitiram que a Imprensa Régia ampliasse sua capacidade produtiva e tivesse acesso a avanços tecnológicos. Por meio de uma política de importação e difusão de conhecimento técnico europeu, além do incentivo à formação de jovens aprendizes, o órgão internalizou no país a fabricação de tipos metálicos e, posteriormente, de prelos.



(FIG.11) POSTER GAZETA DO RIO DE JANEIRO 1808



(FIG.13) CORREIO DO RIO DE JANEIRO - 17 DE AGOSTO DE 1822



(FIG.12) FOLHETO - PRÍNCIPE REGENTE (1799-1815)

Ao longo do tempo, a Imprensa Régia passou por diversas mudanças de nome: foi chamada de Régia Tipografia, Tipografia Nacional, Imprensa Nacional, Tipografia Imperial e Nacional e, finalmente, consolidou-se como Imprensa Nacional. A adoção do termo “nacional” nas instituições estatais luso-brasileiras foi exigência da Constituinte portuguesa de 1821-22 com o objetivo de estabelecer uma separação clara entre os patrimônios da família real e o da nação. Até a Independência, a então Tipografia Nacional imprimiu 1.148 obras de diversos gêneros, como folhinhas de calendário, biografias de santos, elogios a autoridades, romances e livretos favoráveis ou contrários à separação entre Brasil e Portugal. Desde 1808, saiu de seus prelos o primeiro jornal impresso no país: a Gazeta do Rio de Janeiro, periódico organizado por ministros do rei e dirigido por funcionários públicos eruditos. Começava ali a longa caminhada do Diário Oficial.

DENOMINAÇÕES HISTÓRICAS DA IMPRENSA NACIONAL

1808 IMPRESSÃO RÉGIA
1821 RÉGIA TYPOGRAPHIA
1821 TYPOGRAPHIA NACIONAL
1824 IMPRENSA NACIONAL
1825 TYPOGRAPHIA NACIONAL
1826 TYPOGRAPHIA IMPERIAL E NACIONAL
1831 TYPOGRAPHIA NACIONAL
1887-2025 IMPRENSA NACIONAL

PERÍODO JOANINO
1808 - 1821



PRIMEIRA FASE DA
IMPRESSÃO RÉGIA



PERÍODO JOANINO
1808 - 1821

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, O PRIMEIRO JORNALISTA BRASILEIRO (1774-1823)

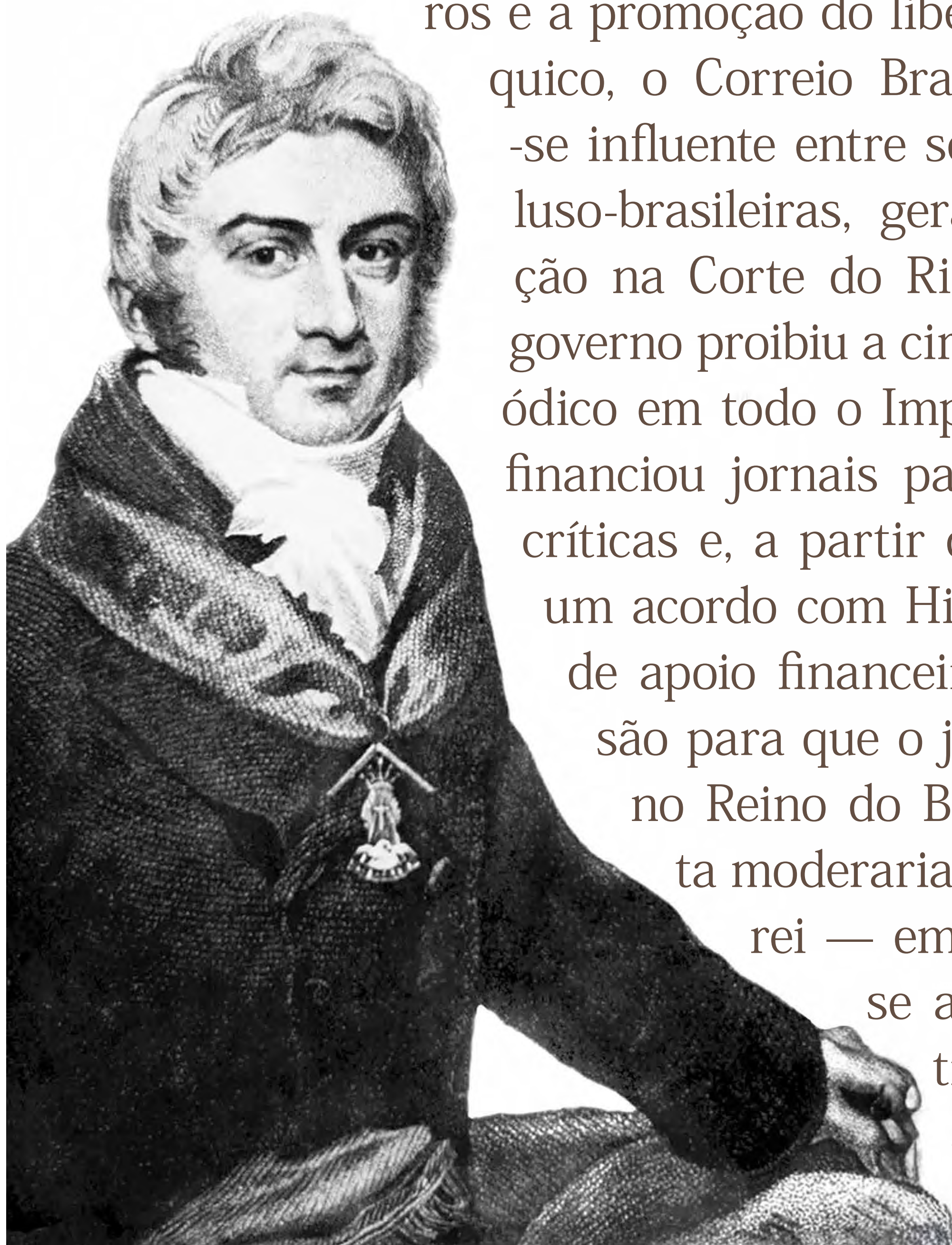


Hipólito José da Costa (1774–1823) idealizou e redigiu o primeiro jornal feito por brasileiros com o objetivo de informar e influenciar o público do país. O Correio Braziliense ou Armazém Literário, publicado mensalmente entre 1808 e 1822, era escrito e impresso em Londres, sendo distribuído clandestinamente no Brasil. Suas edições, com dezenas de páginas, eram organizadas em seções como política, comércio e artes, literatura e ciências, além de uma miscelânea. Nascido na Colônia do Sacramento — então parte da Província Cisplatina do Reino do Brasil, hoje território do Uruguai — e criado no Rio Grande do Sul, Hipólito formou-se na Universidade de Coimbra em 1798. Entre 1798 e 1800, realizou uma missão diplomática nos Estados Unidos a serviço do governo português. Posteriormente, foi preso em Lisboa entre 1802 e 1805, acusado pelo Tribunal do Santo Ofício de propagar ideias maçônicas.

Após fugir da prisão, Hipólito José da Costa estabeleceu-se no Reino Unido Grã-Bretanha, onde recebeu proteção do círculo político ligado ao conde de Sussex — grão-mestre da Maçonaria e filho mais liberal do rei Jorge III. Pela qualidade editorial, a defesa dos interesses dos comerciantes brasilei-



ros e a promoção do liberalismo monárquico, o Correio Braziliense tornou-se influente entre setores das elites luso-brasileiras, gerando preocupação na Corte do Rio de Janeiro. O governo proibiu a circulação do periódico em todo o Império português, financiou jornais para rebater suas críticas e, a partir de 1812, firmou um acordo com Hipólito: em troca de apoio financeiro e da permissão para que o jornal circulasse no Reino do Brasil, o jornalista moderaria suas críticas ao rei — embora continuasse autorizado a criticar ministros e autoridades específicas.



(FIG.15) RETRATO DE HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA - GRAVURA POR H.R. COOK



PRIMEIRO REINADO
1822 - 1831



IMPRENSA, CONSTITUCIONALISMO E INDEPENDÊNCIA

A Independência do Brasil ocorreu em uma conjuntura de enfraquecimento do Império português. Já no século XVIII, movimentos como a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolta dos Alfaia-tes, na Bahia (1798), anunciaram o desejo de ruptura, embora ambos tenham sido reprimidos ainda na fase conspiratória. A proposta de emancipação ressurgiu com força na Revolução Pernambucana de 1817, nas então províncias do Norte — atual Nordeste —, revelando o avanço das ideias republicanas e liberais. A independência das Treze Colônias em

1776, que deu origem aos Estados Unidos da América, e a libertação das colônias espanholas na América Latina inspiraram tanto as classes proprietárias quanto setores populares brasileiros a reivindicarem maior autonomia política e econômica.



(FIG.17) ANTÔNIO PARREIRAS -
BENÇÃO DAS BANDEIRAS DA REVOLUÇÃO DE 1817

A Revolução do Porto, estabelecido em Lisboa e a autoridade do monarca no Rio de Janeiro levou à formação de Juntas Governativas provinciais no Brasil, que oscilavam entre a obediência à metrópole e o reconhecimento da centralidade política da Corte no Brasil. Essa ambiguidade gerou tensões e conflitos internos, especialmente entre brasileiros e portugueses, refletindo os dilemas da transição do sistema colonial para uma nova ordem constitucional.



(FIG.18) PRÍNCIPE PEDRO RODEADO POR UMA MULTIDÃO EM SÃO PAULO DEPOIS DE DAR A NOTÍCIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, EM 7 DE SETEMBRO DE 1822. [FONTE: FRANÇOIS-RENÉ MOREAU, REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL N° 24 / N° 48].



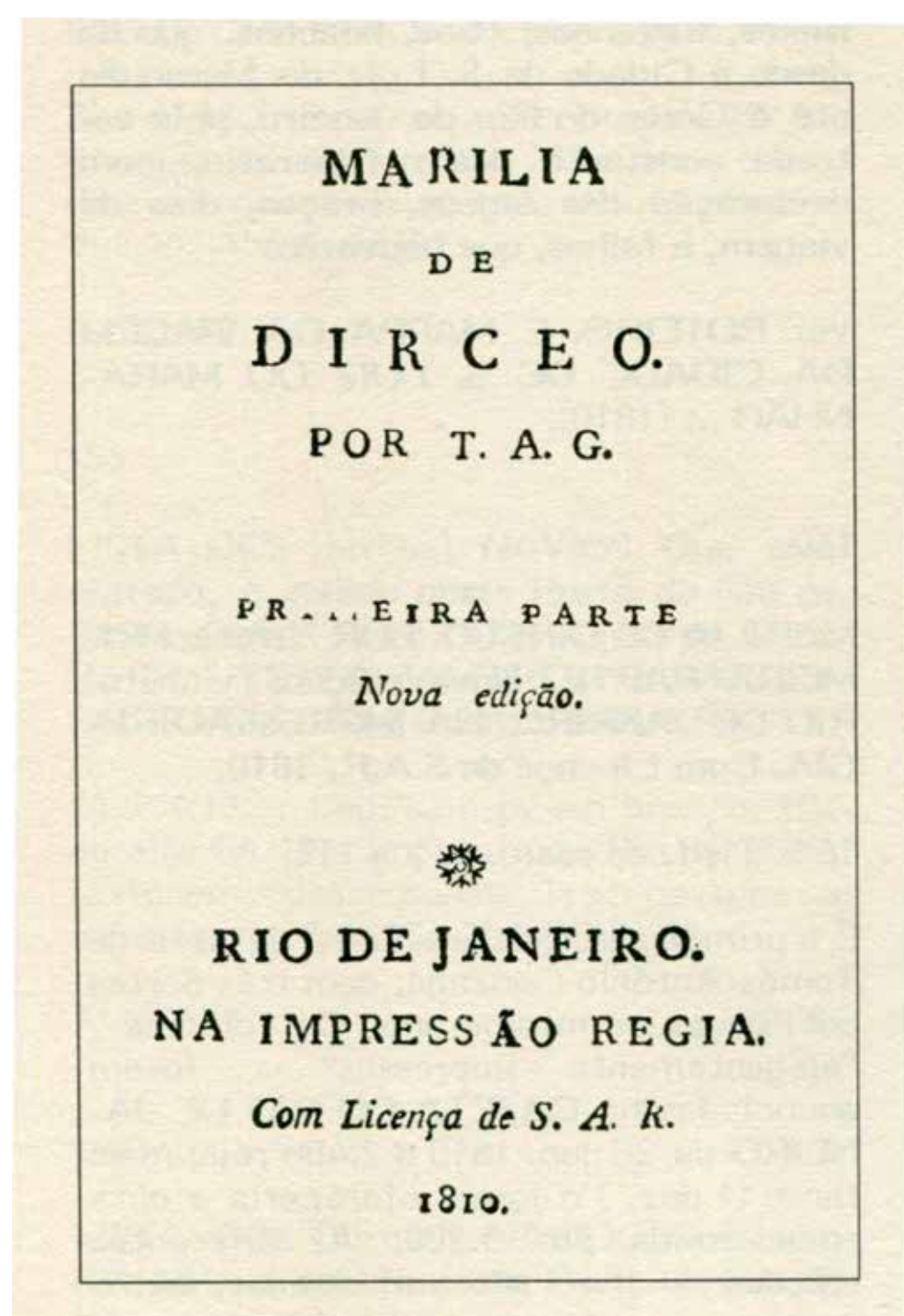
(FIG.19) A CERIMÔNIA DE COROAÇÃO DE D. PEDRO I. ÓLEO SOBRE TELA (340 X 640 CM) DE JEAN-BAPTISTE DEBRET, 1828.

Após um apoio inicial, os liberais brasileiros se afastaram das Cortes ao perceberem que o órgão pretendia reduzir o estatuto político do Brasil e restabelecer os monopólios comerciais coloniais. Generalizou-se, entre setores da elite colonial, a ideia de Independência, embora a corrente liderada por José Bonifácio de Andrada e Silva buscasse uma fórmula conciliadora na Constituinte lusitana, que colocasse o reino tropical e o europeu em condições de igualdade. A intransigência dos deputados portugueses levou os brasileiros a reivindicarem o apoio de D. Pedro, que se posicionou contra a estratégia de recolonização. Essa atitude culminou no Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, e nas convocações, em junho do mesmo ano, de um Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias e de uma Assembleia Constituinte brasileira. A Independência foi proclamada em 7 de setembro de 1822, e D. Pedro I foi declarado Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil em 12 de outubro.

Durante o processo de Independência, os jornais e os inúmeros panfletos desempenharam papel decisivo ao vocalizar os diferentes projetos políticos em disputa na sociedade civil. A então Imprensa Nacional, juntamente com pequenas oficinas gráficas, foi fundamental como suporte técnico para esses meios de comunicação.



(FIG.75) MARILIA DE DIRCEU - IMPRESSÃO RÉGIA 1810 - ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL



(FIG.73) 1808 MAIO - RELAÇÃO DOS DESPACHOS - ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL

Entre os periódicos favoráveis à emancipação, destacaram-se o *Revérbero Constitucional Fluminense*, editado por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, além de *O Espelho* e *A Malagueta*. Por outro lado, jornais como *A Idade de Ouro do Brasil*, publicado na Bahia, defendiam a manutenção dos vínculos coloniais.



PRIMEIRO REINADO
1822 - 1831



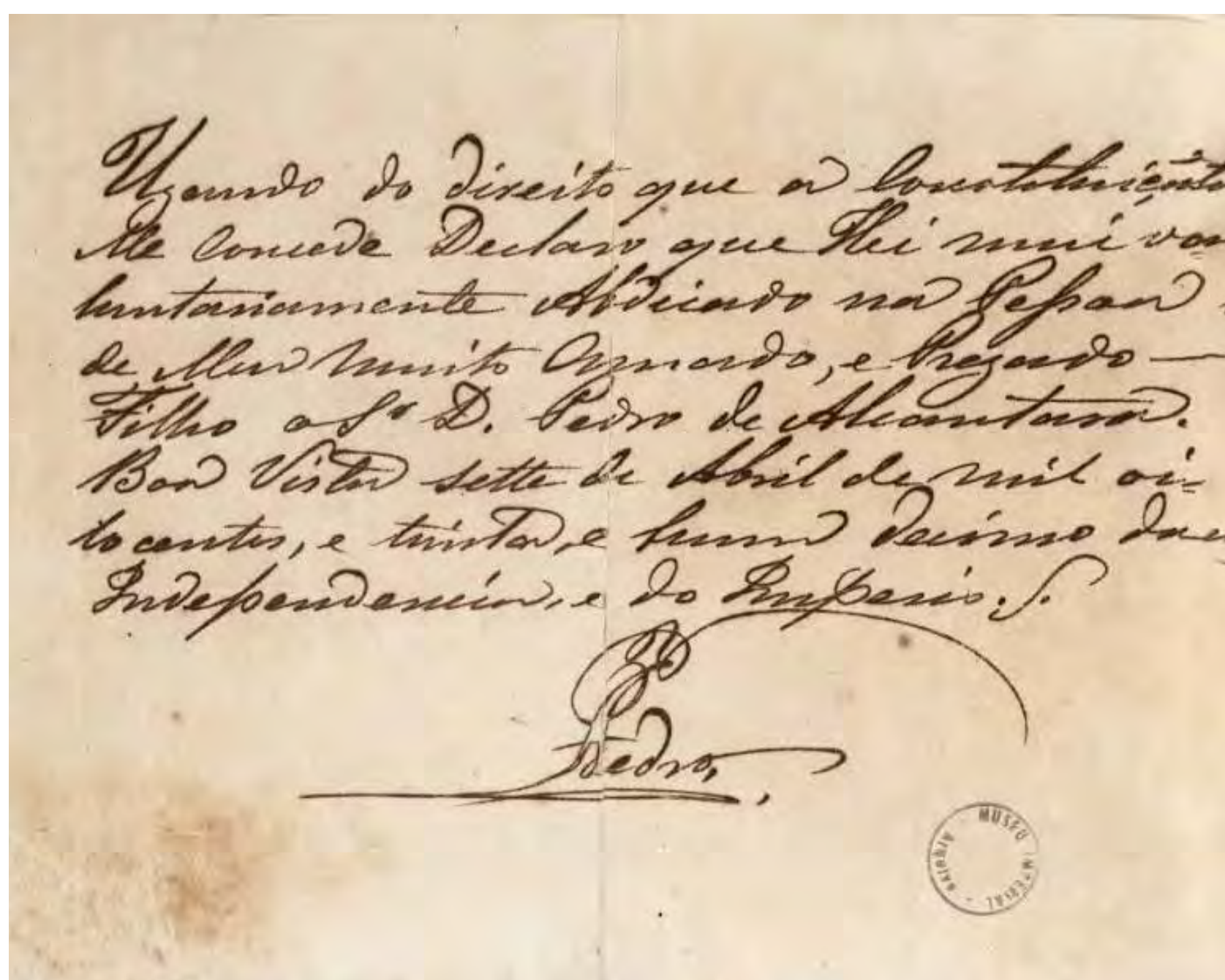
CONSTITUINTE E ABSOLUTISMO DE D. PEDRO I



(FIG.23) A ABDICAÇÃO DO PRIMEIRO IMPERADOR DO BRASIL, D. PEDRO I - FRANCISCO AURÉLIO DE FIGUEIREDO E MELLO - 1911

A coalizão das elites das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais garantiu a base social necessária para a Independência do Brasil. Esse objetivo foi viabilizado por meio da estratégia de incorporar D. Pedro I ao projeto emancipacionista, mediante a promessa de sua aclamação como Imperador. Após a conquista da separação política, as províncias passaram a reivindicar maior autonomia, enquanto o núcleo dirigente rejeitava o retorno ao absolutismo, temendo que isso comprometesse a estabilidade política. A busca por um equilíbrio entre centralização e descentralização marcaria os primeiros anos do Império.

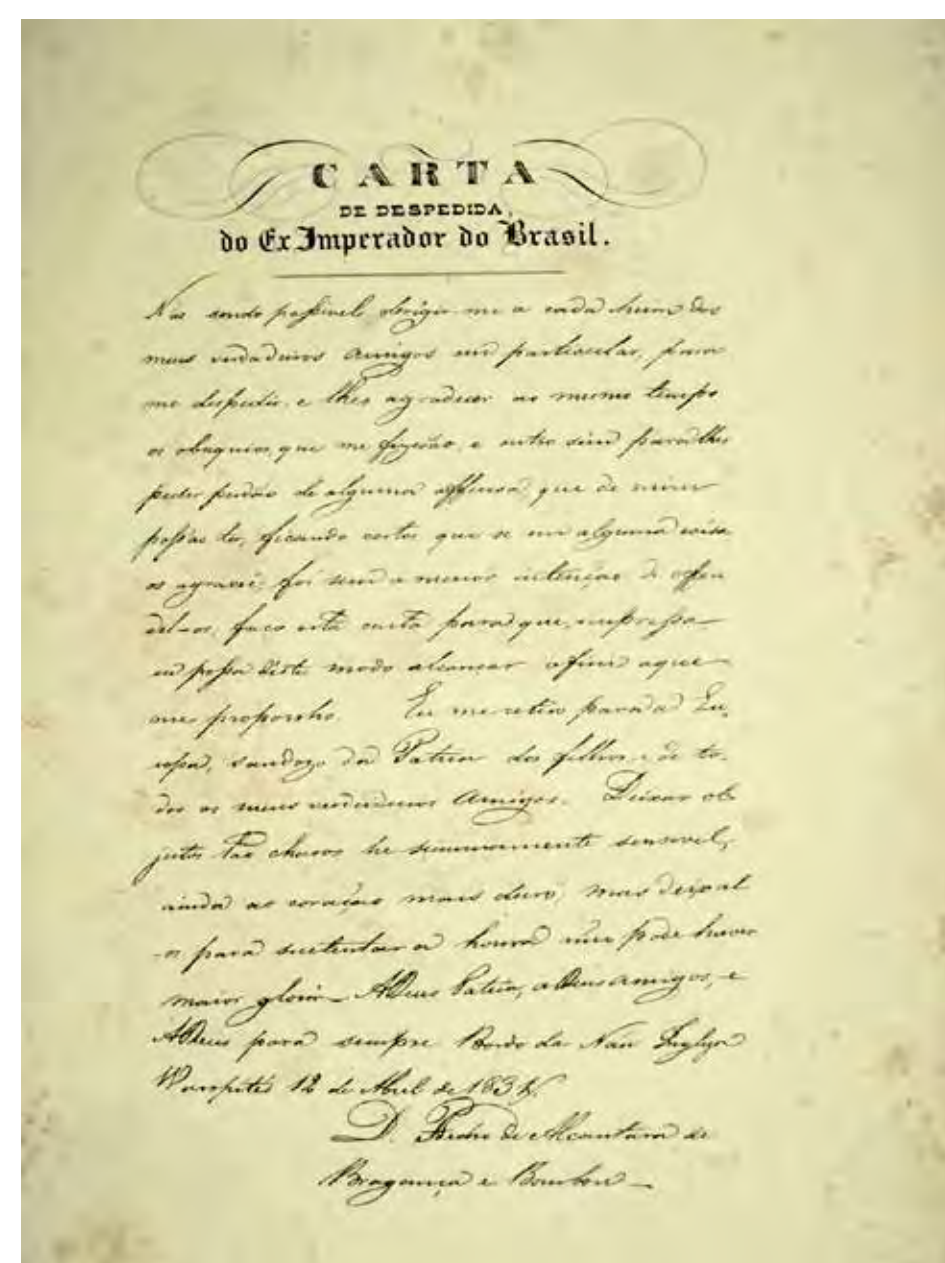
Essas aspirações foram dade, que ele entendia como derivada do direito divino. Em resposta, enviou tropas para dissolver a Assembleia. Em novembro de 1824, outorgou uma nova Constituição, elaborada sob sua influência, que introduziu o Poder Moderador — um mecanismo que conferia ao monarca grande autoridade sobre os demais poderes do Estado.



(FIG.24) CARTA DE ABDICAÇÃO DE PEDRO I 1931

"USANDO DO DIREITO QUE A CONSTITUIÇÃO ME CONCEDE, DECLARO QUE HEI MUITO VOLUNTARIAMENTE ABDICADO NA PESSOA DE MEU MUITO AMADO E PREZADO FILHO O SENHOR D. PEDRO DE ALCÂNTARA.

BOA VISTA, 7 DE ABRIL DE MIL OITOCENTOS E TRINTA E UM, DÉCIMO DA INDEPENDÊNCIA E DO IMPÉRIO."



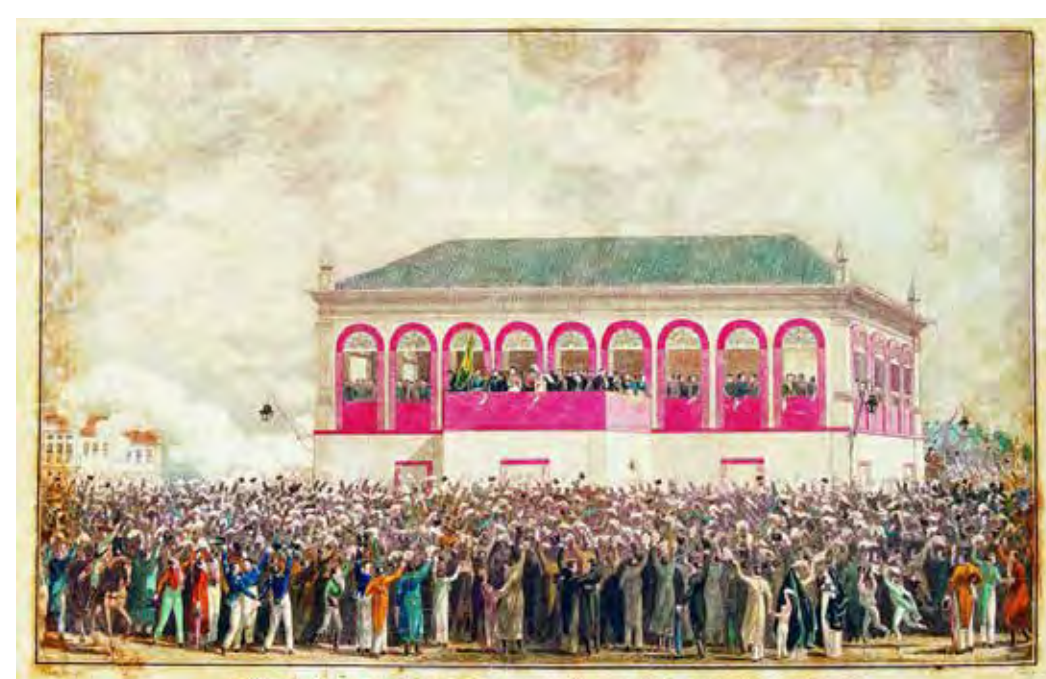
(FIG.25) ALÉM DO DOCUMENTO DE ABDICAÇÃO TAMBÉM REDIGIU CARTA DE DESPEDIDA.

APESAR DE TER PROCLAMADO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, D. PEDRO I ENFRENTAVA CRESCENTE OPOSIÇÃO POLÍTICA E INSTABILIDADE SOCIAL. A ABDICAÇÃO FOI MOTIVADA POR UMA SÉRIE DE FATORES, INCLUINDO A CRISE FINANCEIRA DO PAÍS, A IMPOPULARIDADE DE SEU GOVERNO E AS PRESSÕES RELACIONADAS À SUCESSÃO DO TRONO PORTUGUÊS. AO ABDICAR EM FAVOR DE SEU FILHO, O FUTURO D. PEDRO II, QUE NA ÉPOCA TINHA APENAS CINCO ANOS, D. PEDRO I VISAVA PACIFICAR O CENÁRIO POLÍTICO E GARANTIR A CONTINUIDADE DA MONARQUIA NO BRASIL.

Apartir de 1826, diversos fatores começaram a desgastar a imagem de D. Pedro I entre os brasileiros. Com a morte de D. João VI, o monarca tornou-se também rei de Portugal, o que intensificou a desconfiança de que ele privilegiaria os interesses lusitanos em detrimento dos brasileiros. Em 1828, o Brasil perdeu a Província Cisplatina, o que abalou sua reputação como líder militar e político invicto. A partir de 1829, teve início uma crise econômica marcada pela inflação e pelo fechamento do Banco do Brasil.



(FIG.26) A GRAVURA REPRESENTA A ENTRADA DA JUNTA PROVISIONAL NA PRAÇA DO ROSSIO, NA CAPITAL PORTUGUESA, NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 1820. [DOMÍNIO PÚBLICO, MUSEU DA CIDADE DE LISBOA.]



(FIG.27) A ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO I NO CAMPO DE SANTANA. ÁGUA-FORTE AQUARELADA DE FÉLIX ÉMILE TAUNAY (32,9 X 34,6 CM).



ESPELHO DAS BRASILEIRAS.

A virtude, os talentos, — E não a vaidade
Te guieiraõ, Perilla, — A immortalidade.
Traduz. de Ovid. ad Perillam. Eleg VII

NA TYP. FIDEDIGNA R. DAS FLORES N.º 18. 1831.

PARABENS, Brasileiras em geral! Parabens, parabens, Pernambucanas! Quem intentava perder-nos ja não existe em n'isso territorio, ja não respira o ar de nossa athmosfera. Pedro 1.º, esse homem caviloso, cuja maldade tanto abusou da nossa paciencia, cessou para sempre de ser nosso Imperador, ou antes nosso Oppressor. No dia 7 d'Abril deste venturoso anno elle abdicou a coroa em seo filho D. Pedro 2.º \

Completoou-se o triunfo da liberdade, seo estendarte victorioso está arvorado por todos os pontos do hemisferio sul. Ja podemos hombrear com os mais Americanos: ja podemos dizer que somos livres: o Chefe da Nação é um Brasileiro nato: parabens, parabens Brasileiras em geral. O desastroso futuro que nos guardava trouco-se em dias de paz e ventura: essa mudança, ha tanto tempo desejada, data de 7 d'Abril, desse dia memorando, que nos fastos da historia deve assignalar a época de nossa verdadeira emancipação. A independencia, e liberdade com que tanto se vangloriava o nosso ex-imperador de nos ter mimoseado, era uma independencia palliativa, uma liberdade quimerica.

D. João 6.º, esse monarca voluvel, perjuro, froxo e hypocrita, depois de ter comprometido sua nação, corrido pelos Francezes, refugiou-se entre nós. Circunstancias politicas o forçaraõ á tornar para Portugal, com penna de perder o reino, se o não fizesse. Ja entaõ o espirito de independencia reinava no Brasil. Consta, e é de crer que antes de sua partida, o monarca portuguez a conselheira seo primogenito, á quem deixará como seo lugar-tenente, que se pozesse á testa do partido da independencia, quando de outra sorte não podesse conservar o Brasil sujeito á metropole. Os Brasileiros em 1822 decididos á se resgatarem á custa de suas vidas, tentaraõ sacudir o jugo lusitano: — Independencia, ou morte foi o grito geral — Entaõ o principe regente proclamou contra as

(FIG.28) MATÉRIA QUE COMEMORA A ABDICAÇÃO DE DOM PEDRO I EM 1831 NO JORNAL ESPELHO DAS BRASILEIRAS

Diante da insatisfação popular e da pressão da tropa reunida no Campo de Santana, no Rio de Janeiro — abdicou do trono em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, que seria coroado como D. Pedro II em 1840, dando início ao Segundo Reinado em 1822 — D. Pedro I (1840–1889).



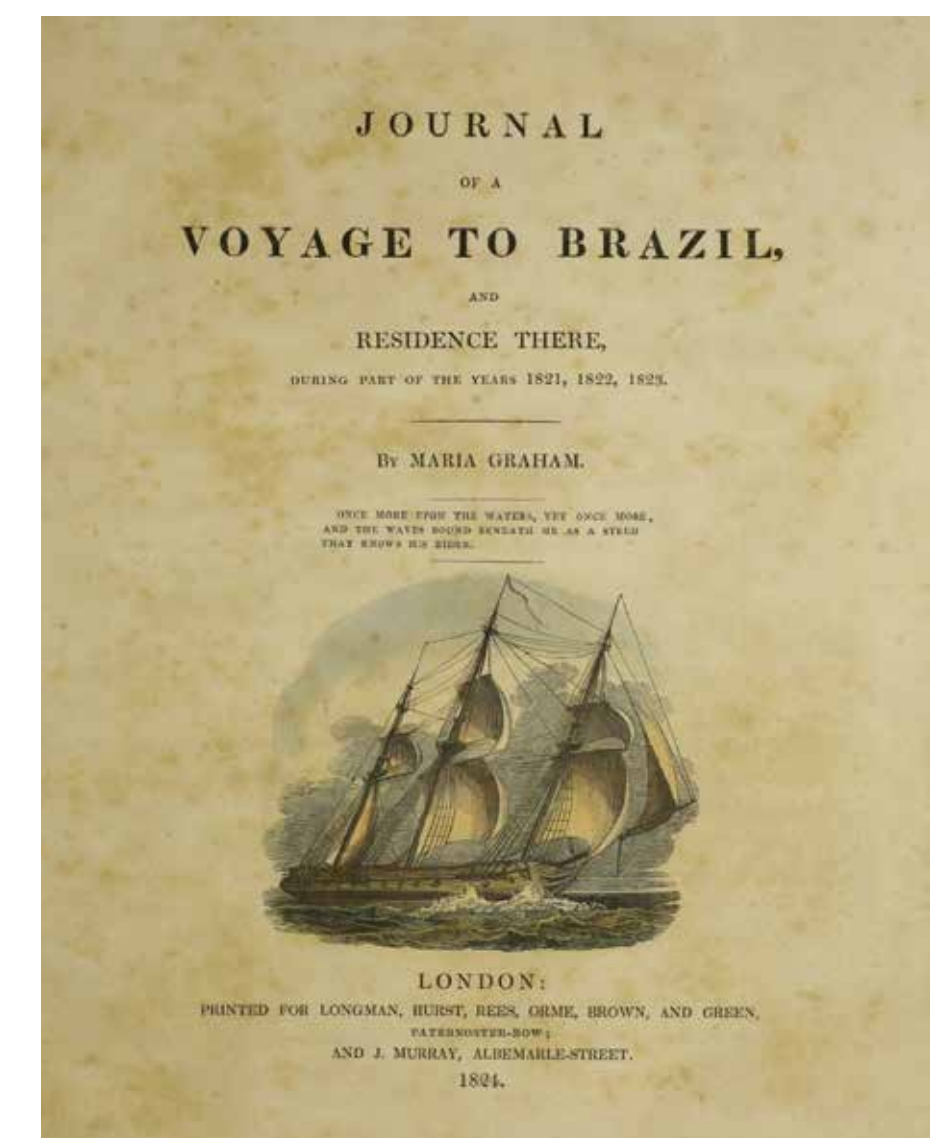
PRIMEIRO REINADO
1822 - 1831

RESISTÊNCIA DAS MULHERES AO PATRIARCADO



(FIG.29) "UMA SENHORA DE ALGUMAS POSSES EM SUA CASA", AQUARELA - J. B. DEBRET

No Brasil do início do século XIX, as mulheres eram socialmente confinadas ao espaço doméstico e impedidas de exercer atividades consideradas masculinas. Não ocupavam cargos nas instituições públicas nem participavam dos setores decisivos da economia. As meninas sequer tinham acesso às poucas aulas públicas mantidas pelo Estado. A única forma de educação formal disponível para elas estava nos conventos e recolhimentos religiosos, onde aprendiam apenas orações e tarefas domésticas. Muitas mulheres escravizadas eram obrigadas a trabalhar nas ruas para gerar renda destinada aos seus senhores. Aquelas que conquistavam a alforria buscavam garantir sua subsistência em um ambiente profundamente desigual, atuando em diversos serviços urbanos, como a venda de alimentos e produtos artesanais.



(FIG.30) CAPA DO DIÁRIO DE UMA VIAGEM AO BRASIL E DE UMA ESTADA NESSE PAÍS: DURANTE PARTE DOS ANOS DE 1821, 1822 E 1823



(FIG.31) MARIA, LADY CALLCOTT, BY SIR THOMAS LAWRENCE

A inglesa Maria Graham (1785–1842) esteve no Brasil em três ocasiões entre 1821 e 1825. Em 1824, exerceu por cerca de um mês a função de preceptora da princesa Maria da Glória. Sua notável capacidade de observação resultou na obra *Diário de*

uma Viagem ao Brasil, que se tornaria uma fonte indispensável para o estudo do período. Durante sua breve experiência no Palácio Imperial, Maria Graham estreitou laços com D. Maria Leopoldina, a quem procurou defender das hostilidades que sofria na Corte. Recolheu, ainda, informações que dariam origem a notas críticas — publicadas apenas no século XX — sobre o relacionamento entre D. Pedro I e a imperatriz.



(FIG.32) RETRATO DA MARQUESA DE SANTOS, ACERVO DO MUSEU PAULISTA DA USP

ESTE É O RETRATO DA MARQUESA DE SANTOS, DOMITILA DE CASTRO CANTO E MELO, UMA FIGURA CENTRAL NA HISTÓRIA DO PRIMEIRO IMPÉRIO DO BRASIL. A OBRA, PARTE DO ACERVO DO MUSEU PAULISTA DA USP, ETERNIZA A MULHER QUE FOI UMA DAS MAIS NOTÁVEIS E CONTROVERSAS AMANTES DE DOM PEDRO I.



(FIG.33) MARIA LEOPOLDINA OF AUSTRIA ÓLEO DE JOSEPH KREUTZINGER

Embora inseridas nos círculos da elite, essas duas mulheres construíram formas de resistência ao patriarcalismo. Ambas, cada uma a seu modo, desafiaram os limites impostos às mulheres de seu tempo e escreveram seus nomes na história do século XIX. Maria Graham, abo-

licionista e defensora da independência das nações latino-americanas, conquistou reconhecimento como escritora de relatos de viagem, inserindo-se com autoridade no mercado editorial inglês — um espaço majoritariamente masculino. Já D. Maria Leopoldina, arquiduquesa austríaca e imperatriz do Brasil, enfrentou múltiplos preconceitos, mas conseguiu atuar na articulação da Independência e exercer funções de regência. Mesmo falecendo precocemente, em 1826, foi mãe de dois monarcas — D. Pedro II, imperador do Brasil, e D. Maria II, rainha de Portugal.



(FIG.34) TREE IN A GARDEN AT BAHIA - GRAVURA DO LIVRO DIÁRIO DE UMA VIAGEM AO BRASIL DE MARIA GRAHAM



(FIG.35) GRAVURA DO LIVRO DIÁRIO DE UMA VIAGEM AO BRASIL E DE UMA ESTADA NESTE PAÍS DURANTE PARTE DOS ANOS DE 1821, 1822 E 1823 DE MARIA GRAHAM. FONTE - DIÁRIO DE UMA VIAGEM AO BRASIL E RESIDÊNCIA LÁ DURANTE PARTE DOS ANOS DE 1821, 1822, 1823; POR MARIA GRAHAM. AUTOR - DESENHO DE AUGUSTUS EARLE; GRAVURA DE EDWARD FRANCIS FINDEN; 1824.



PRIMEIRO REINADO
1822 - 1831



MARIA QUITÉRIA ENCONTRA MARIA GRAHAM

29 de agosto. — Recebi hoje uma visita de D. Maria de Jesus, jovem que se distinguiu ultimamente na guerra do Recôncavo. Sua vestimenta é a de um soldado de um dos batalhões do Imperador, com a adição de um saiote escocês, que ela me disse ter adotado da pintura de um escocês, como um uniforme militar mais feminino. Que diriam a respeito os Gordons e os Mac Donalds? O traje dos velhos celtas, considerado um atrativo feminino?! (...)

Ela é iletrada, mas inteligente. Sua compreensão é rápida e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável. Não é particularmente masculina na aparência; seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se substanciou contra sua modéstia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse.



(FIG.36) O PRIMEIRO PASSO PARA A INDEPENDÊNCIA DA BAHIA, DE ANTÔNIO PARREIRAS - 1822 / 1823 - ÓLEO SOBRE TELA

Não há nada de muito peculiar em suas maneiras à mesa, exceto que ela come farinha com ovos ao almoço e peixe ao jantar, em vez de pão, e fuma charuto após cada refeição, mas é muito sóbria.”

GRAHAM,
MARIA. DIÁRIO
DE UMA VIAGEM AO
BRASIL: E DE UMA ESTADA
NESSE PAÍS DURANTE PARTE
DOS ANOS DE 1821, 1822 E
1823. TRADUÇÃO E NOTAS
DE AMÉRICO JACOBINA
LACOMBE. SÃO PAULO:
COMPANHIA EDITORA
NACIONAL, 1956.
P.329-331.



PERÍODO REGENCIAL
1831-1840



CENTRALISMO OU FEDERALISMO?



Período

Regencial, iniciado em 1831 após a abdicação de D. Pedro I, se caracterizou por intensos conflitos entre projetos políticos divergentes: de um lado, a centralização conservadora; de outro, a descentralização liberal. Embora o regime permanecesse monárquico, as prerrogativas do jovem D. Pedro II — ainda criança — tornaram-se objeto de disputa entre diferentes segmentos das elites políticas. A tensão entre radicais, moderados e conservadores concentrou-se nas propostas de reforma da Constituição de 1824, que, apesar de prever a eleição de conselhos gerais nas províncias, não lhes conferia autonomia efetiva frente ao Imperador e à Assembleia Nacional.



(FIG. 37; 38 E 39) OS REGENTES PROVISÓRIOS: LIMA E SILVA, CAMPOS VERGUEIRO E CARNEIRO DE CAMPOS

O monarca detinha amplos poderes, sendo titular do Poder Moderador — instrumento que lhe permitia intervir nos demais poderes do Estado — e responsável pela nomeação dos membros do Conselho de Estado e do Senado. Nesse cenário, a Regência transformou-se em um espaço de embate entre distintas visões sobre o futuro institucional do Império, revelando as profundas divisões políticas e regionais que atravessavam o Brasil pós-independência.

Entre 1831 e 1837, os liberais exerceram hegemonia política, promovendo reformas significativas que visavam ampliar a participação das províncias e limitar o poder central. Entre essas medidas, destacam-se a criação da Guarda Nacional, o novo Código de Processo Penal — que transferia atribuições judiciais aos Juizes de Paz — e o Ato Adicional à Constituição de 1824. Este último estabelecia assembleias legislativas provinciais com maior autonomia, extinguiu o Conselho de Estado e instituía a Regência Una, cujo titular seria eleito por voto censitário, restrito às camadas mais abastadas da população.



(FIG.40) RETRATO DO IMPERADOR D. PEDRO II AOS 12 ANOS - FÉLIX ÉMILE TAUNAY - 1837 - ÓLEO SOBRE TELA



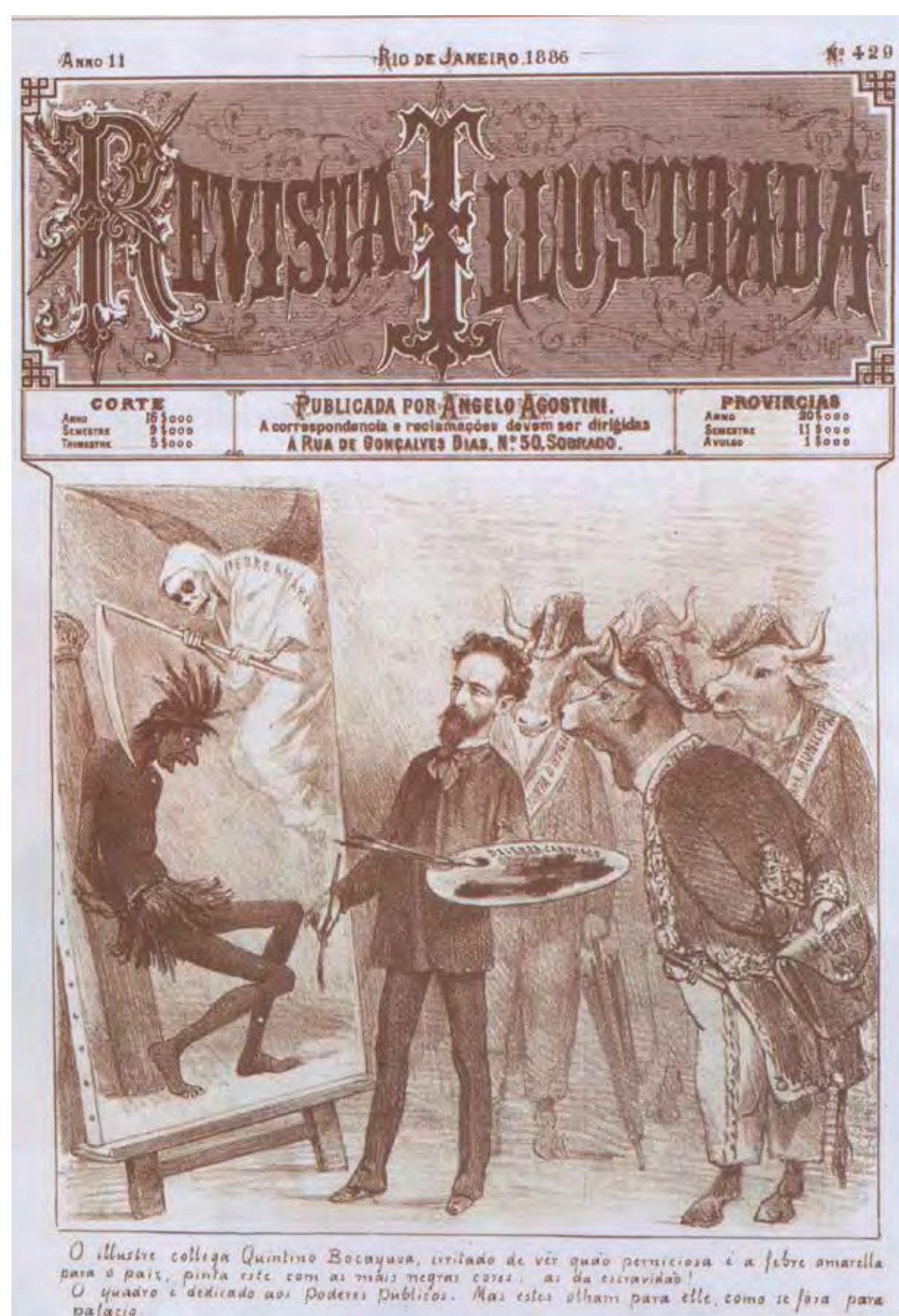
(FIG.41) CARICATURA DO FRANCÊS HONORÉ DAUMIER, DE 1833. ESTA É UMA AFIADA CARICATURA DE 1833 DO MESTRE FRANCÊS HONORÉ DAUMIER, QUE, COM SEU TRAÇO INCISIVO, IRONIZA A FERÓZ BRIGA PELA SUCESSÃO DO TRONO PORTUGUÊS.

A eleição de Araújo Lima como regente, em 1837, marcou o início do chamado Regresso Conservador, período em que os avanços liberais começaram a ser revertidos. Essa inflexão culminou na aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional, em 1840, que restringia a autonomia provincial anteriormente conquistada. No mesmo ano, os moderados articularam o Golpe

da Maioridade, antecipando a ascensão de D. Pedro II ao trono. No entanto, o jovem imperador rapidamente se alinhou aos conservadores, que passaram a dominar a cena política durante a maior parte do Segundo Reinado.



(FIG.43) PEDRO DE ARAUJO LIMA 1835



(FIG.42) REVISTA-ILUSTRADA Nº 429, 1886 - DESENHO DE ANGELO AGOSTINI

Durante o Período Regencial, eclodiram diversas revoltas provinciais, inspiradas por ideais liberais ou por projetos monarquistas restauradores. Esses movimentos mobilizaram setores das elites locais, camadas médias urbanas, populações livres proletárias e, em alguns casos, pessoas escravizadas. Entre as principais insurreições, destacam-se:

- **REVOLTA DOS MALÊS** (Bahia, 1835) — organizada por negros africanos islamizados e alfabetizados, sobretudo de origem iorubá e haussá, de forte caráter religioso e antiescravista;
- **CABANAGEM** (Pará, 1835–1840) — marcada pela ampla participação popular, incluindo indígenas e mestiços, que reivindicavam maior autonomia regional melhores condições de vida;
- **FARROUPILHA** (Rio Grande do Sul, 1835–1845) — de caráter republicano e separatista, liderada

por estancieiros e militares locais, com forte base social e longa duração;

- **SABINADA** (Bahia, 1837–1838) — articulada por setores médios urbanos, propunha a formação de uma república provisória até a maioria de D. Pedro II;
- **BALAIADA** (Maranhão, 1838–1841) — revolta popular com forte presença de vaqueiros, artesãos e escravizados, buscava autonomia e igualdade social.

A imprensa teve papel decisivo na agitação política da época. Diversos grupos souberam explorar a expansão das tipografias pelas províncias, utilizando panfletos e jornais como instrumentos de mobilização e difusão de ideias, contribuindo para o acirramento dos conflitos e para a politização da sociedade imperial.



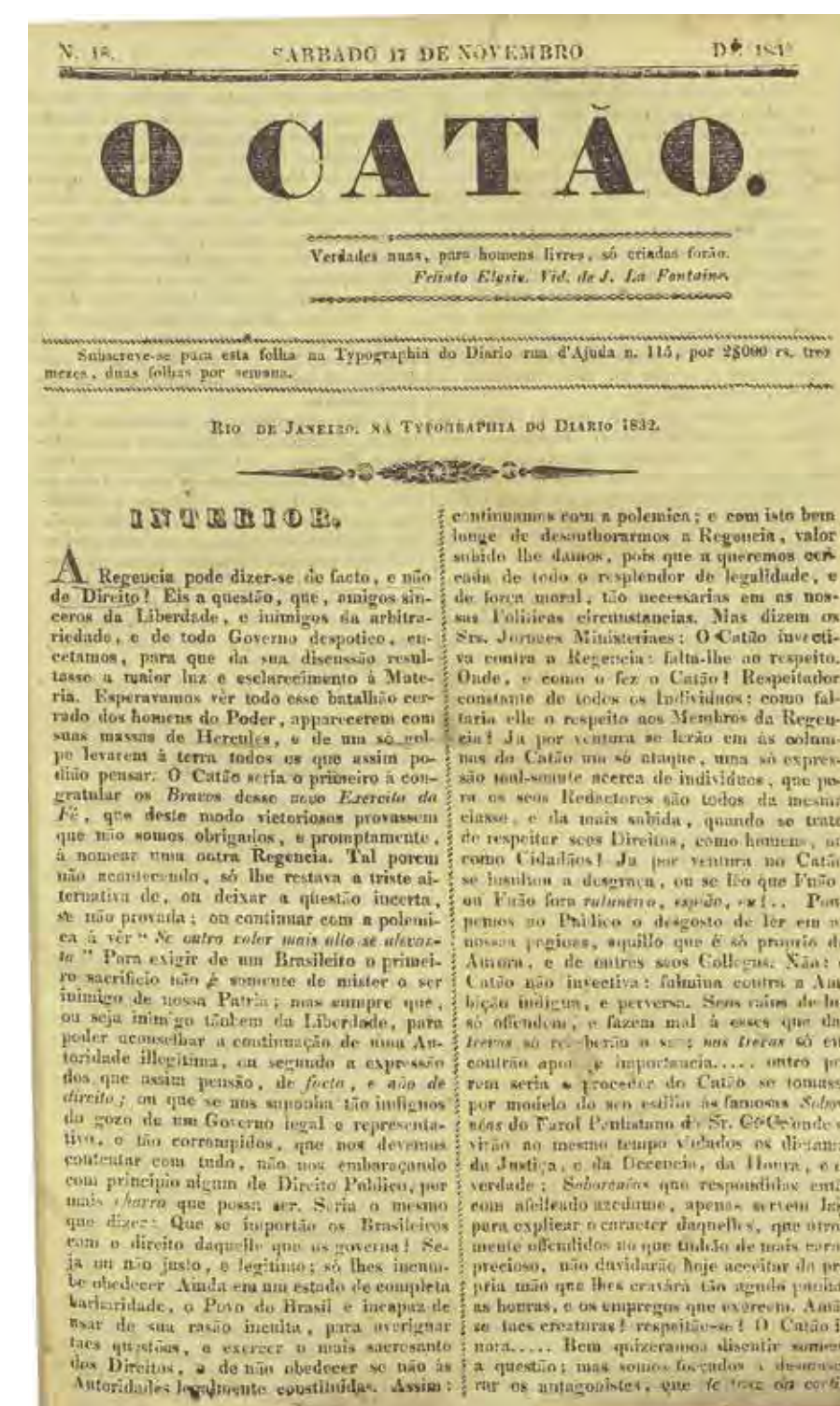
PERÍODO REGENCIAL
1831 - 1840

A IMPRENSA E A EFERVESCÊNCIA POLÍTICA NO PERÍODO REGENCIAL

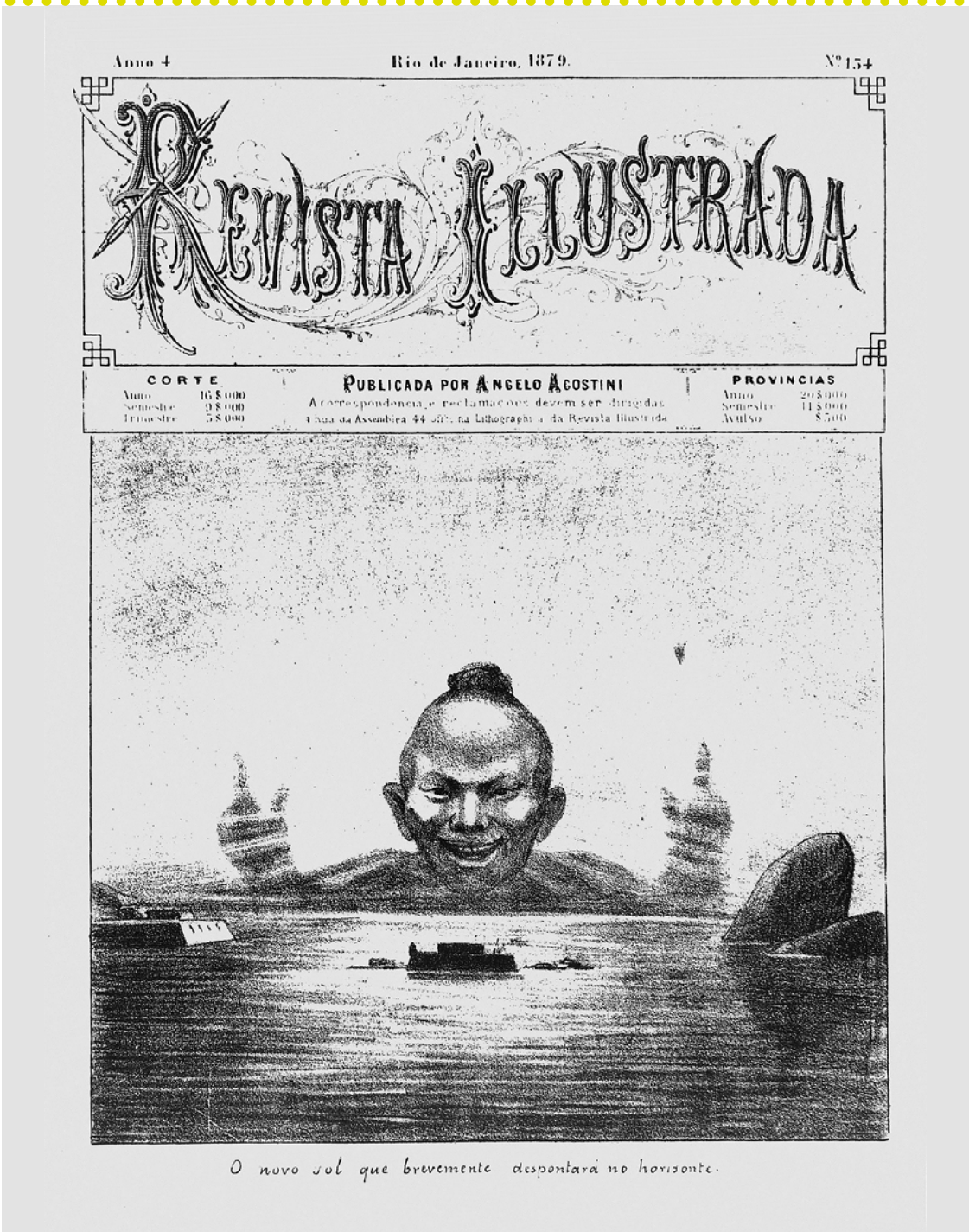
O Período Regencial (1831–1840) foi marcado por intensa efervescência política no Brasil, e a imprensa periódica emergiu como um dos principais protagonistas desse

cenário. Logo após a abdicação de D. Pedro I, entre 1831 e 1833, houve uma explosão de publicações, especialmente na Corte, onde o número de jornais saltou de 53 para 81 — o maior volume registrado em toda a primeira metade do século XIX.

Esse fenômeno foi impulsionado por diversos fatores: a vacância do trono, o acirramento das disputas entre as elites, o amadurecimento da esfera pública, os debates sobre reformas constitucionais e a proliferação de oficinas tipográficas. A imprensa não apenas refletia os debates políticos, mas também os moldava, atuando na formação e na expressão da opinião pública.



(FIG.44) O CATÃO N° 18, 1832



(FIG.45) "O NOVO SOL QUE BREVEMENTE DESPONTARÁ NO HORIZONTE". CAPA COM CHARGE ALERTANDO SOBRE O PERIGO DA ENTRADA DE IMIGRANTES CHINESES NO BRASIL. REVISTA ILLUSTRADA, N° 154, 1879.

Os periódicos das províncias desempenharam papel decisivo na vida política do Brasil regencial, refletindo e influenciando tanto as dinâmicas locais quanto os debates nacionais.

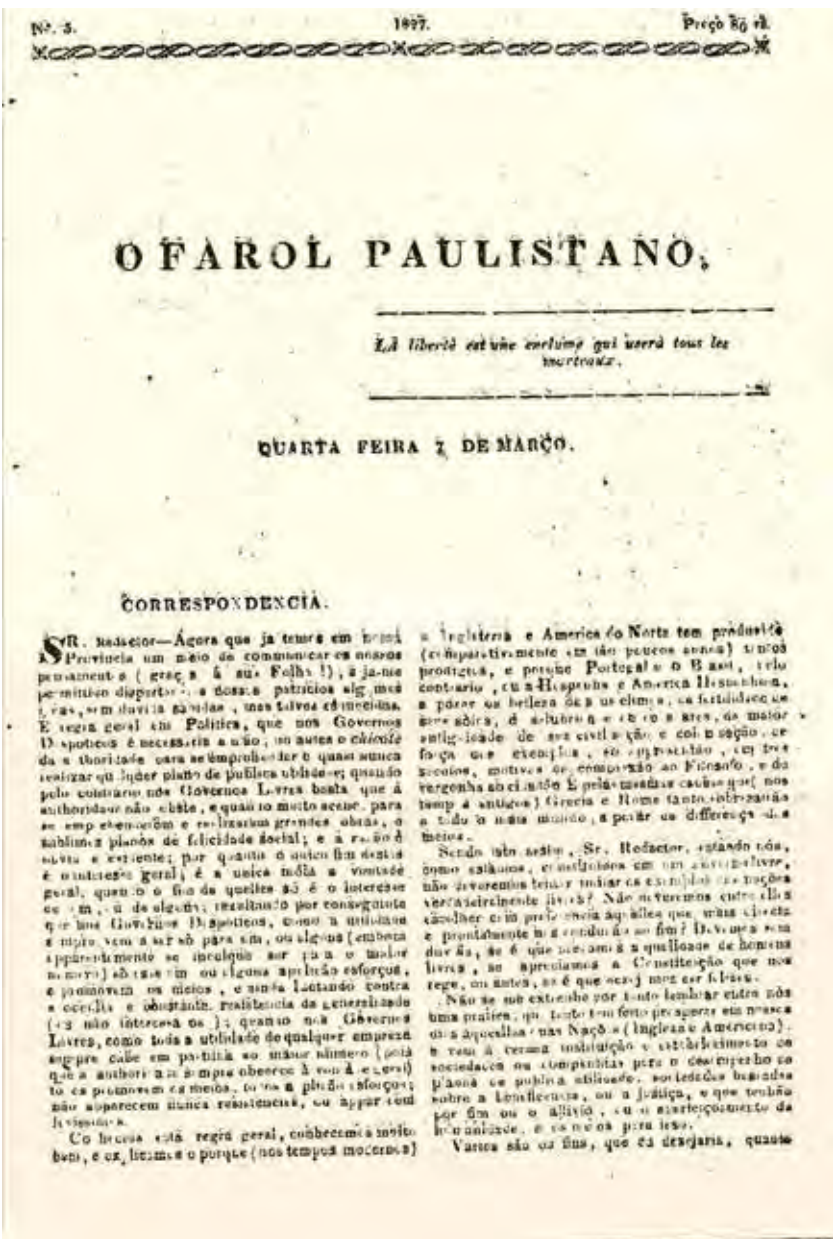
Nesse contexto, as três principais correntes políticas — moderados, exaltados e restauradores — utilizaram os jornais como instrumentos de disputa ideológica. Por meio deles, defendiam seus projetos de nação, confrontavam adversários e contribuíam para redefinir os contornos do Estado e o papel da participação popular na vida política brasileira.



(FIG.46) O MULATO OU O HOMEM DE COR - 16 DE OUTUBRO DE 1933 DA TIPOGRAFIA FLUMINENSE DE BRITO E. C.



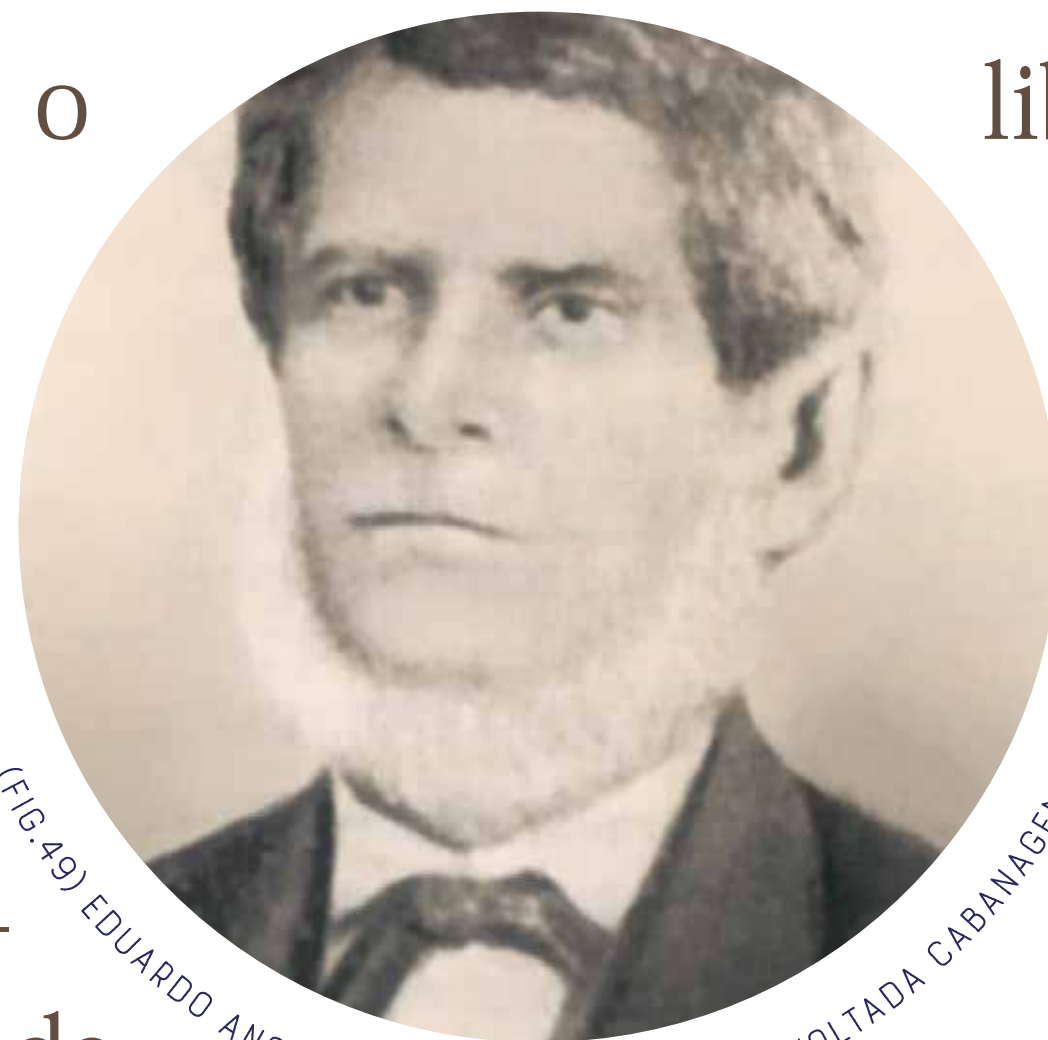
(FIG.47) NÚMERO 2 DO OBSERVADOR CONSTITUCIONAL, 1829



(FIG.48) O FAROL PAULISTANO, QUARTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 1827

Em São Paulo, por exemplo, o cenário inicial era dominado por jornais de orientação moderada, como *O Farol Paulistano* e *O Observador Constitucional*. Esses veículos sustentavam uma aparente homogeneidade discursiva em defesa de um liberalismo contido, que, no entanto, ocultava tensões e contradições internas ao próprio ideário liberal.

Com a abdicação de D. Pedro I, esse panorama começou a se transformar. Surgiu, por exemplo, o periódico *A Voz Paulistana*, com uma postura mais progressista, e até mesmo o tradicional *Observador Constitucional* mudou seu discurso, passando a defender o federalismo e reformas de cunho



(FIG.49) EDUARDO ANGELIM, UM DOS LÍDERES DA REVOLTA CABANAGEM

liberalizante. A imprensa em todas as províncias e na Corte tornou-se palco de disputas que revelavam as fissuras do projeto liberal e a complexidade da construção política no país.

Em Pernambuco (*Diário de Pernambuco* e a *Bússola da Liberdade*) e na Bahia (*O Federalista* e *O Democrata*), a imprensa também foi uma das bases das agitações, no contexto da formação das Sociedades Federais, que eram associações defensoras da autonomia provincial e contrárias ao absolutismo. A facção conservadora, que buscava restaurar o poder de D. Pedro I, também se fez presente, publicando jornais como os pernambucanos *O Cruzeiro* e *O Amigo do Povo*.

Os veículos de imprensa do país, alinhados às três principais tendências políticas — moderados, exaltados e restauradores — incitaram ou criticaram as diversas rebeliões que marcaram o período, como a Setembrada (Pernambuco, 1831), a Revolta de São Félix (Bahia, 1832) e a Cabanada (na fronteira entre Pernambuco e Alagoas, 1832–1836).



(FIG.50) MANDINGO (FEITICEIRO) MUÇULMANO EM REZA. IN: ESQUISSES SENEGALAISES, DE DAVID BOILAT, 1853. DOMÍNIO PÚBLICO/ BIBLIOTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE NOVA YORK

A Cabanada exemplifica bem a complexidade das revoltas regenciais: iniciada por elites restauradoras, foi posteriormente apropriada por camadas populares — pobres brancos, indígenas e negros — que lutavam por liberdade e melhores condições de vida. Assim como nos outros casos, a imprensa foi não apenas testemunha, mas agente na construção ou, até mesmo, radicalização desse conflito.



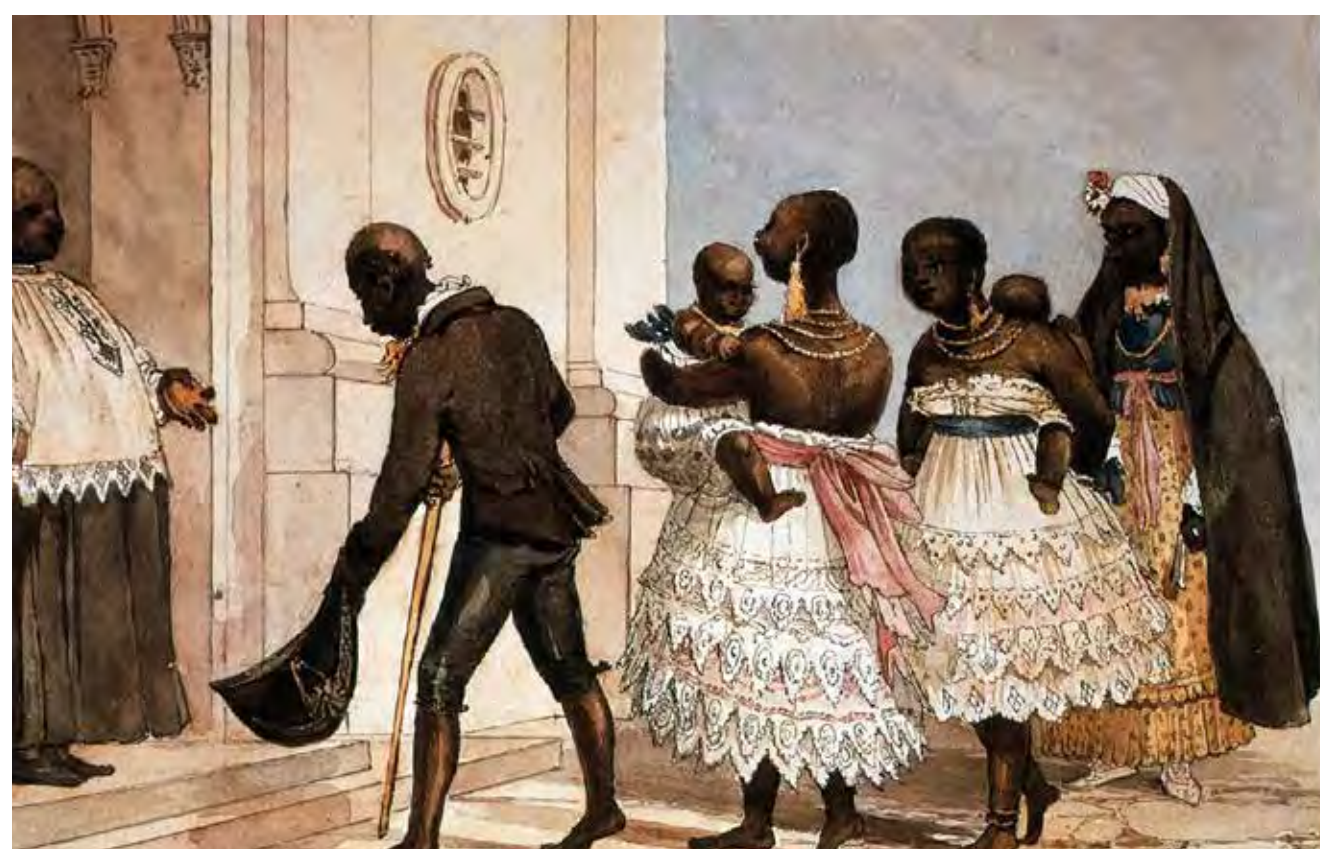
SEGUNDO REINADO
1840 - 1889



INSTITUIÇÕES E IDEIAS "FORA DE LUGAR"

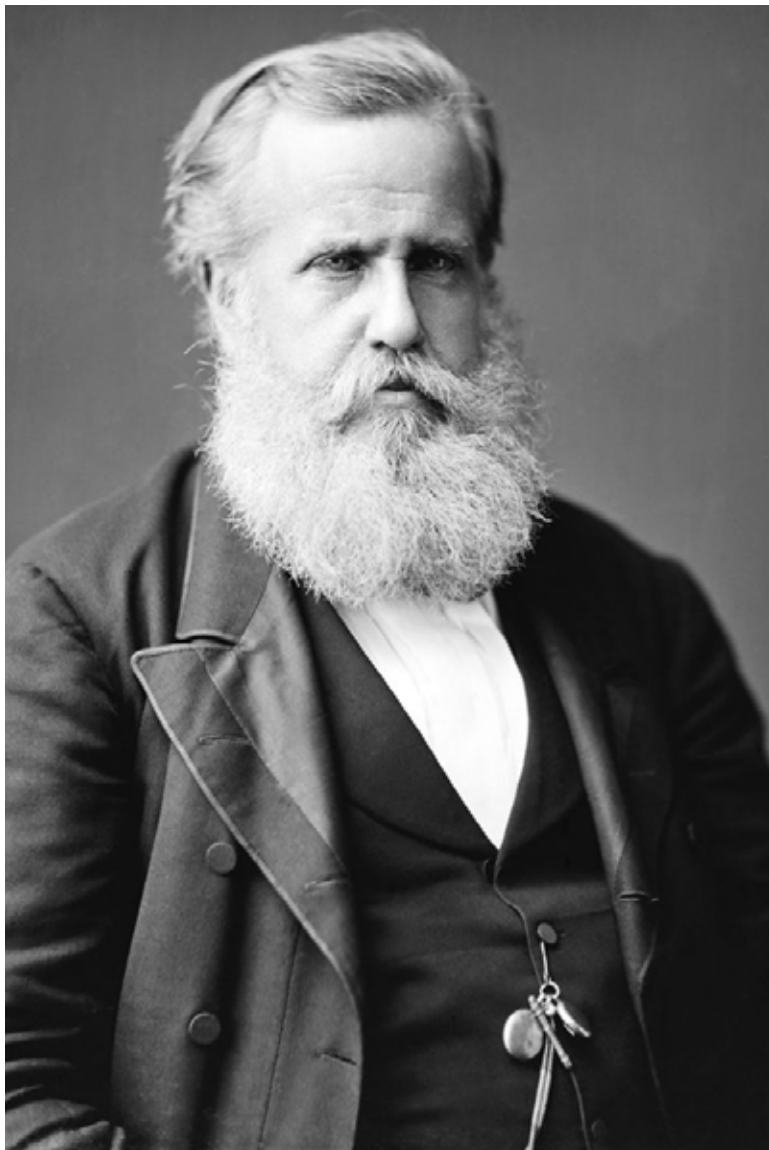
O Segundo Reinado foi um período de consolidação do Estado brasileiro, mas também de tensões profundas diante da difícil transição para os padrões de modernidade considerados ideais pelas elites. Seu modelo econômico, ideológico e político dependente do escravismo e exclusão dos pobres, índios e negros gerou conflito estrutural entre o liberalismo proclamado e a persistência de instituições e valores herdados do Antigo Regime.

A monarquia constitucional brasileira funcionava, na prática, como um parlamentarismo dominado por D.



(FIG.51) JOVENS NEGRAS INDO À IGREJA PARA SEREM BATIZADAS 1821 - DEBRET - AQUARELA

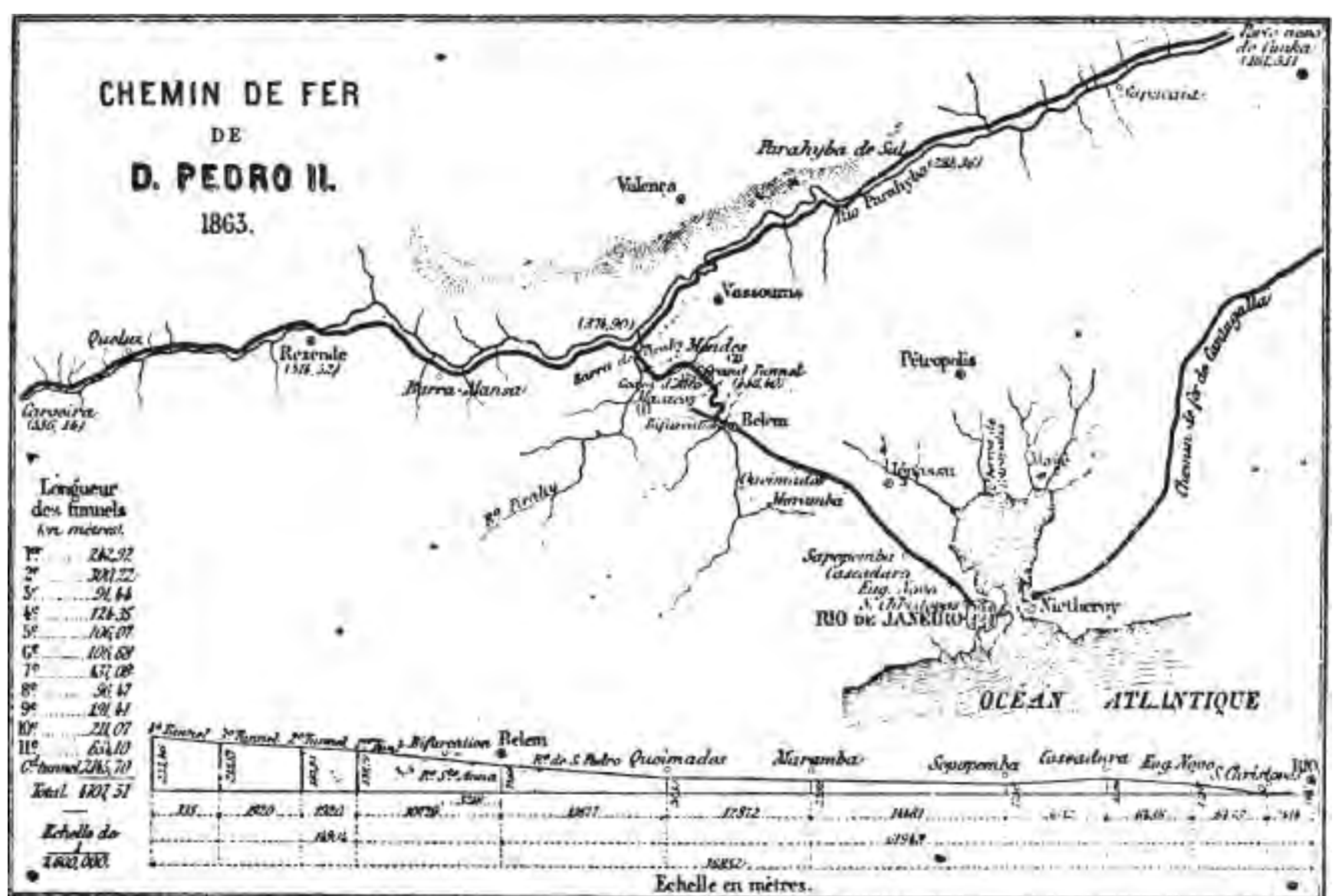
Pedro II, que detinha o poder de dissolver o Gabinete ministerial independentemente da vontade do Parlamento, além de nomear novos ministros e convocar eleições nas províncias, conduzidas de forma tal que, muitas vezes, apenas legitimavam suas próprias escolhas. Esse arranjo político revelava os limites do liberalismo no país e a dificuldade de construção de uma esfera pública autônoma e democrática.



(FIG.52) PEDRO II ADMIRAL
BRAZIL 1870 FOTOGRAFIA AUTOR
DESCONHECIDO

A partir da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, foi proibido o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas da África para o Brasil — uma medida influenciada pela pressão diplomática britânica. Embora essa proibição não tenha interrompido o comércio interno de escravizados entre as províncias, ela provocou o redirecionamento de grandes capitais para outros setores da economia.

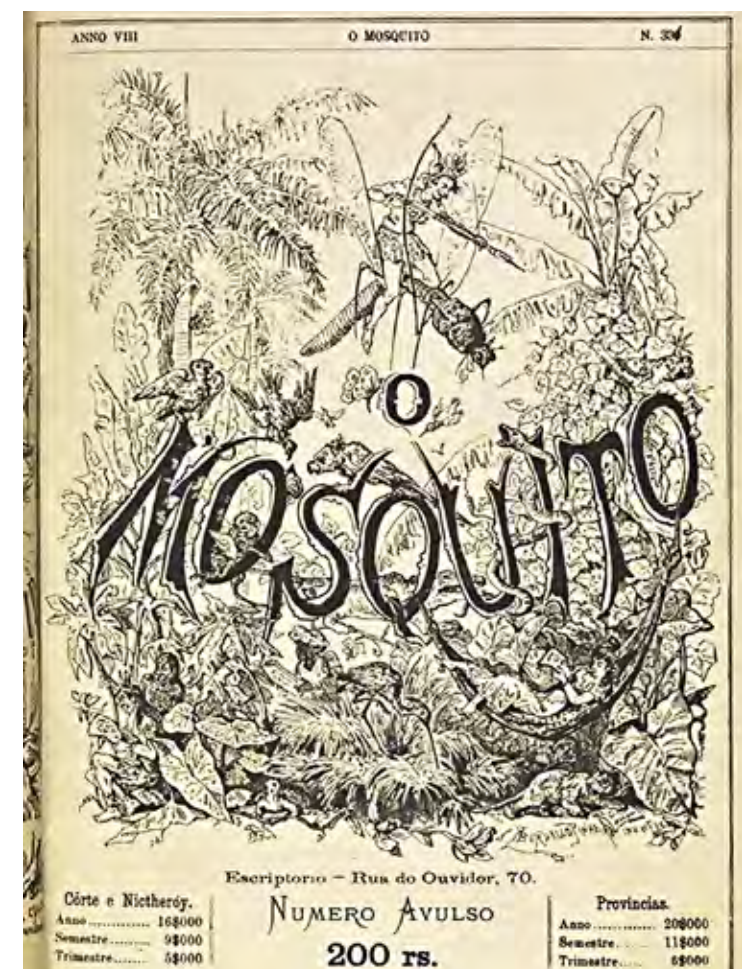
Combinada à entrada de investimentos britânicos, essa mudança impulsionou a modernização da infraestrutura brasileira: ferrovias, navios a vapor, linhas telegráficas, iluminação pública, encanamento de água e pavimentação urbana transformaram o cotidiano das cidades. A taxa de urbanização acelerou, a economia tornou-se mais complexa e integrada, e o país vivenciou um surto industrial, acompanhado pelo amadurecimento do sistema bancário.



(FIG.53) COMPANHIA DE ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II. DOMÍNIO PÚBLICO
L'ILLUSTRATION: REVISTA UNIVERSAL HEBDOMADAIRE, VOLUME 41, N° 1.059,
13/06/1864



(FIG.54) SÁTIRA À INDEPENDÊNCIA FEMININA - O SÉCULO, PORTO ALEGRE, 29 DE MARÇO DE 1885



(FIG.55) O MOSQUITO, RIO DE JANEIRO, 15 DE ABRIL DE 1876



(FIG.56) O BESOURO - RIO DE JANEIRO, 12 DE DEZEMBRO DE 1878.

As três primeiras décadas da segunda metade do século XIX foram marcadas por uma tensão constante entre os avanços materiais e a persistência de instituições e valores do passado. O fortalecimento dos elementos modernos se expressou no crescente apoio ao fim do regime escravocrata, na ampliação da esfera pública e na defesa da laicização do Estado — sinais de uma sociedade em trânsito, ainda profundamente marcada pelas contradições entre o velho e o novo.

As contradições do Segundo Reinado se manifestaram em questões centrais que acabariam por desestabilizar e derrubar o regime monárquico: o impasse em torno da Abolição da escravidão, o problema da separação entre Igreja e Estado, a definição do papel político dos militares e o debate sobre o federalismo, entre outros.

Nas décadas de 1870, emergiram novas forças sociais e políticas, como o Partido Republicano e o Movimento Abolicionista, que ganharam força por meio de jornais influentes e da atuação em espaços estratégicos como as faculdades de direito e



(FIG.57) RETRATO DO DR. FRANCISCO SABINO - MÉDICO E JORNALISTA

os quartéis. Nesses ambientes, difundiram-se ideias do romantismo literário, do nacionalismo e da filosofia positivista, que se tornariam pilares ideológicos da Proclamação da República, em 1889.

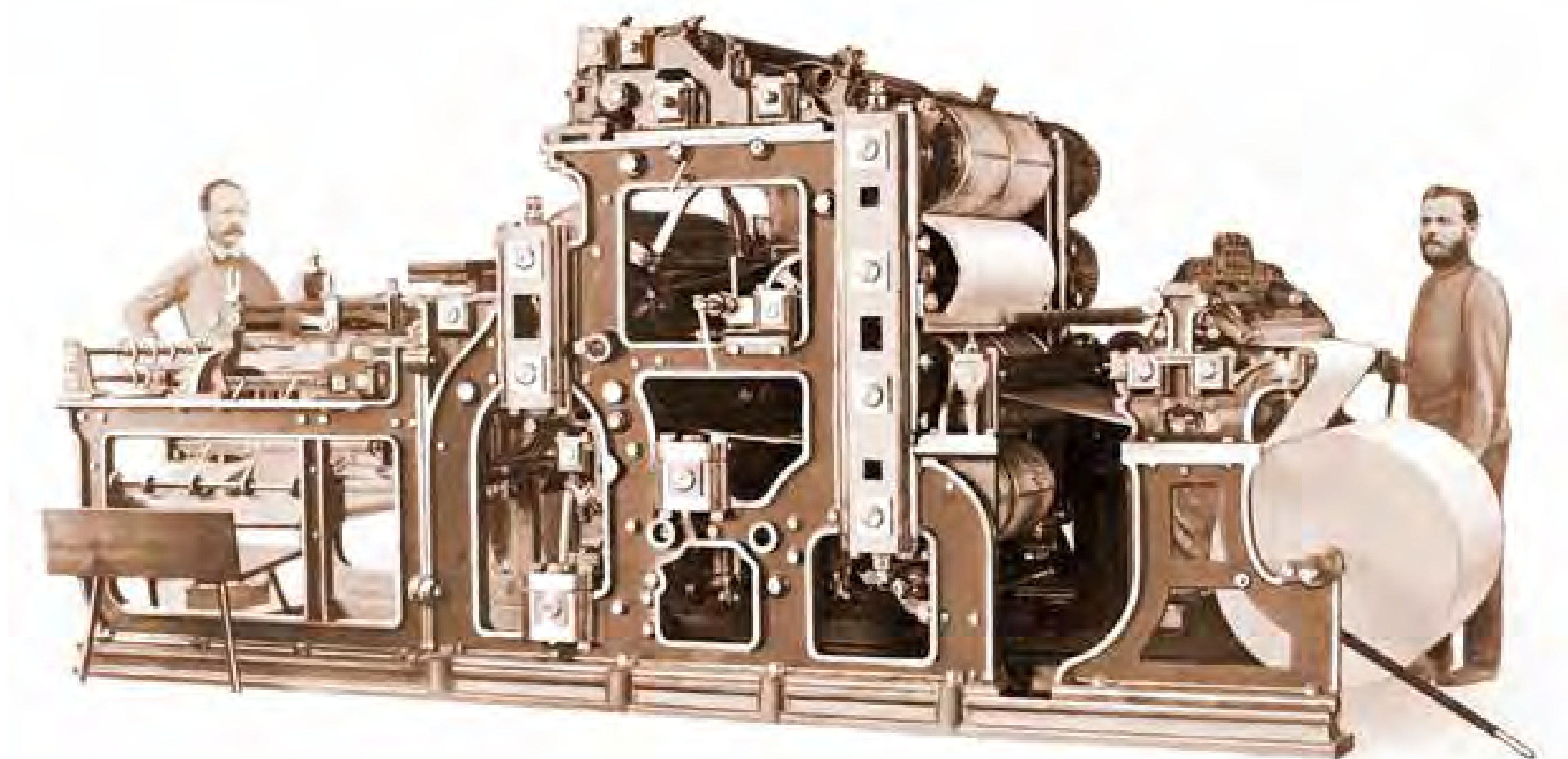
Esses movimentos expressavam o amadurecimento de uma nova cultura política, marcada pela crítica à monarquia e pela defesa de valores modernos como a cidadania, a liberdade e a racionalização do Estado. A queda do Império foi, portanto, resultado de longo processo de desgaste institucional e de transformação das mentalidades, que culminou na ruptura republicana.



SEGUNDO REINADO
1840 - 1889

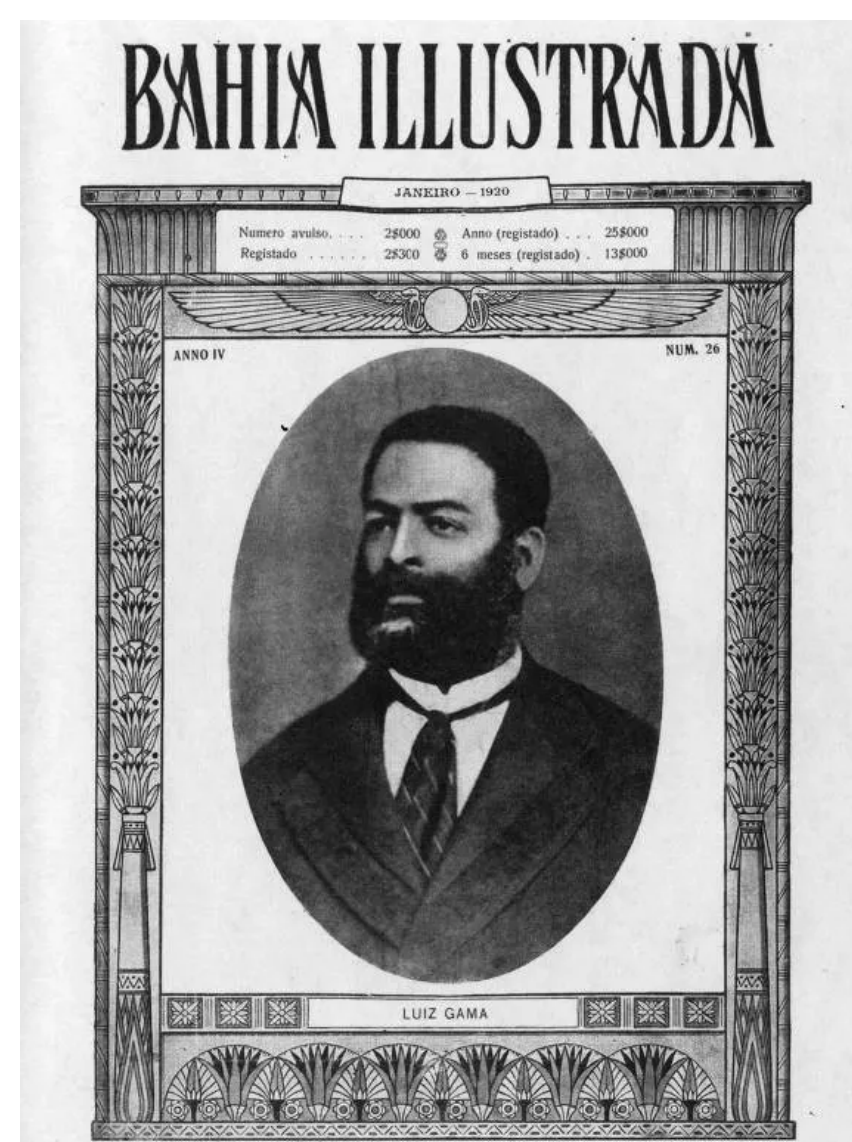


DO ARTESANATO GRÁFICO À IMPRENSA EMPRESARIAL



(FIG.58) FOTOGRAFIA DOS TRABALHADORES NA PRENSA CILINDRICA A VAPOR NA IMPRENSA NACIONAL

Durante o Segundo Reinado, a imprensa brasileira passou por transformação significativa. Deixou de ser majoritariamente composta por gráficas artesanais sustentadas pelo entusiasmo político para se tornar um setor empresarial, no qual a política passou a dividir espaço com a informação e a literatura.



(FIG.68) CAPA DO JORNAL BAHIA ILUSTRADA DE JANEIRO DE 1920



(FIG.59) LUIZ GAMA, FOI UM DOS RESPONSÁVEIS PELA MODERNIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO PAÍS.



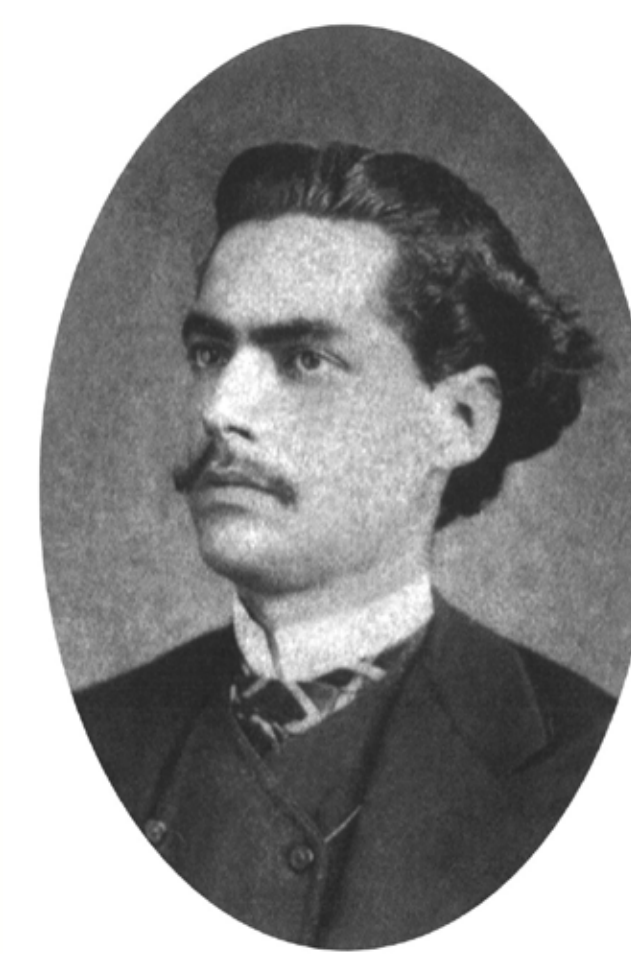
(FIG.60) OILUSTRADOR ANGELO AGOSTINI EM FOTOGRAFIA DE JOAQUIM INSLEY PACHECO.



(FIG.61) MACHADO DE ASSIS, O MAIOR EXPOENTE DA LITERATURA BRASILEIRA EM SUA ÉPOCA E PATRONO DA IN.



(FIG.62) JOSÉ DE ALENCAR, JORNALISTA NO CORREIO MERCANTIL, DENTRE OUTROS. ESCRITOR DE "O GUARANI"



(FIG.63) CASTRO ALVES, POETA DO ROMANTISMO BRASILEIRO E AUTOR DE "OS ESCRAVOS" (1883)

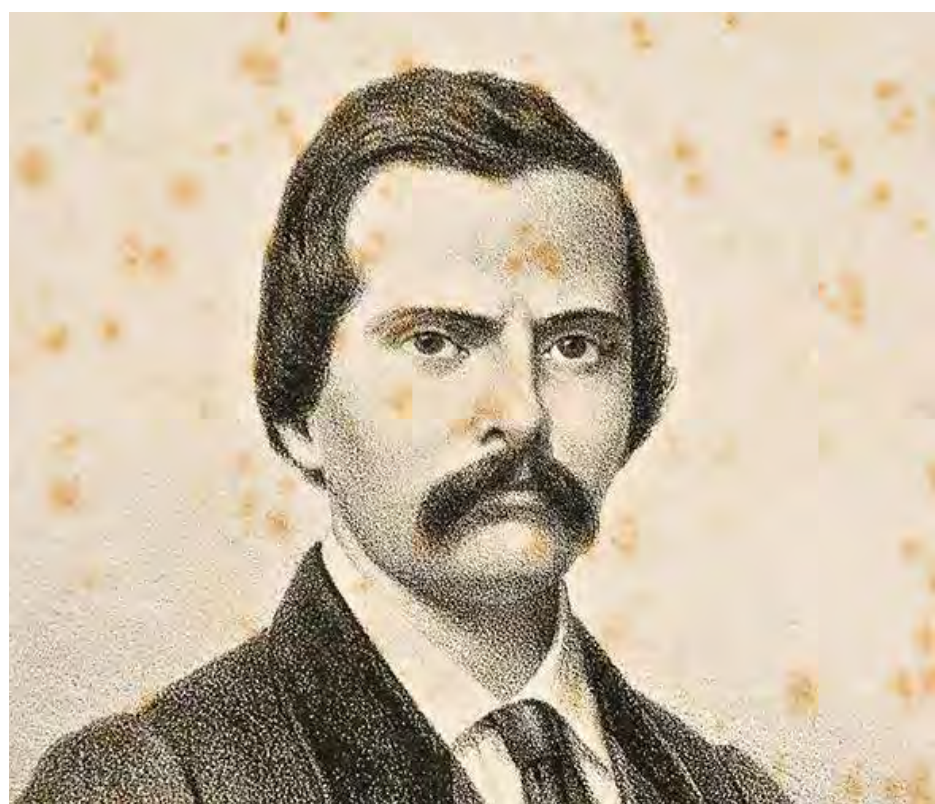
A maioria dos jornais surgidos durante a Época Regencial desapareceu a partir do declínio do liberalismo democrático e do absolutismo. O cenário editorial passaria a ser dominado por periódicos profissionalizados ligados à Corte e às classes proprietárias. Exemplos emblemáticos dessa fase foram os periódicos O Brasil (1840–1852), idealizado por Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai e líder conservador, e o Jornal do Commercio (1827–2016), que se consolidou como um dos principais veículos da imprensa nacional.

No Segundo Reinado, a imprensa brasileira incorporou dimensões culturais mais amplas. Jornalistas tornaram-se também literatos, dividindo as redações com poetas, romancistas, contistas e dramaturgos. Os jornais começaram a publicar resenhas, críticas de arte e textos originais em cadernos de cultura, além de folhetins com enredos fantasiosos que conquistaram o público leitor.



(FIG.64) PRÉDIO DA IMPRENSA NACIONAL, 1894, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Nesse ambiente floresceram revistas literárias de vida breve, mas de impacto, como *Minerva Brasiliense* (1843–1845) e *Guanabara* (1852–1855), que revelaram jovens

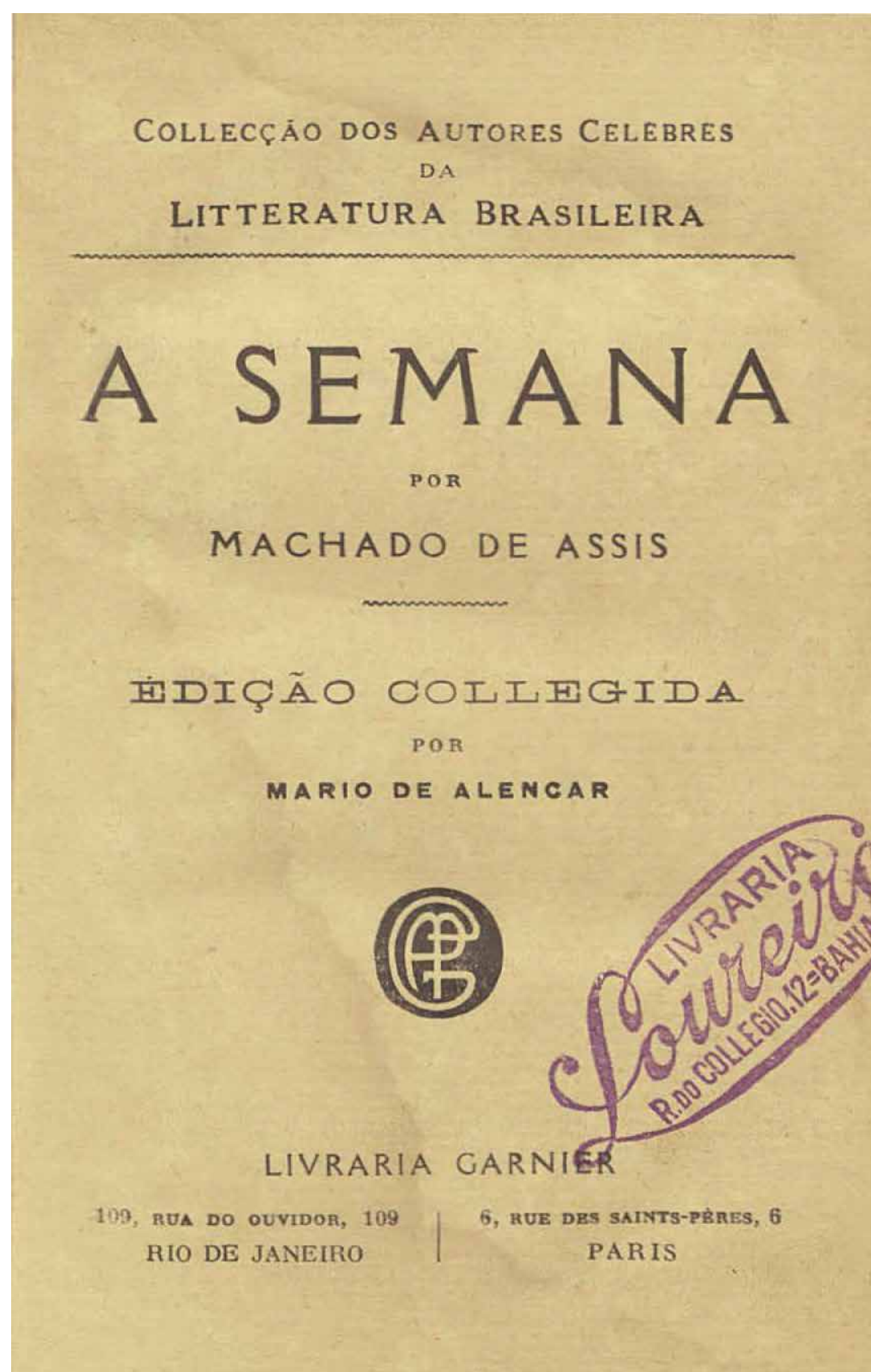


(FIG.65) MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA (1831-1861) ESCREVEU MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS, ROMANCE DE COSTUMES QUE PREFIGUROU O ESTILO REALISTA NO BRASIL, E FOI DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL ENTRE 1858 E 1859.

talentos e elevaram o nível do debate artístico no país. Também surgiram iniciativas pioneiras de imprensa feita por mulheres, como o *Jornal das Senhoras* (1852–1853) e *O Domingo* (1873–1875), ambos liderados por Violante Ataliba Ximenes, que abriram espaço para a participação feminina no debate público.

As editoras Laemmert e Garnier consolidaram-se como as mais influentes do período, publicando obras fundamentais para a formação da literatura nacional. A imprensa, assim, tornou-se um espaço privilegiado de circulação de ideias, de afirmação cultural e de disputa simbólica no Brasil da época.

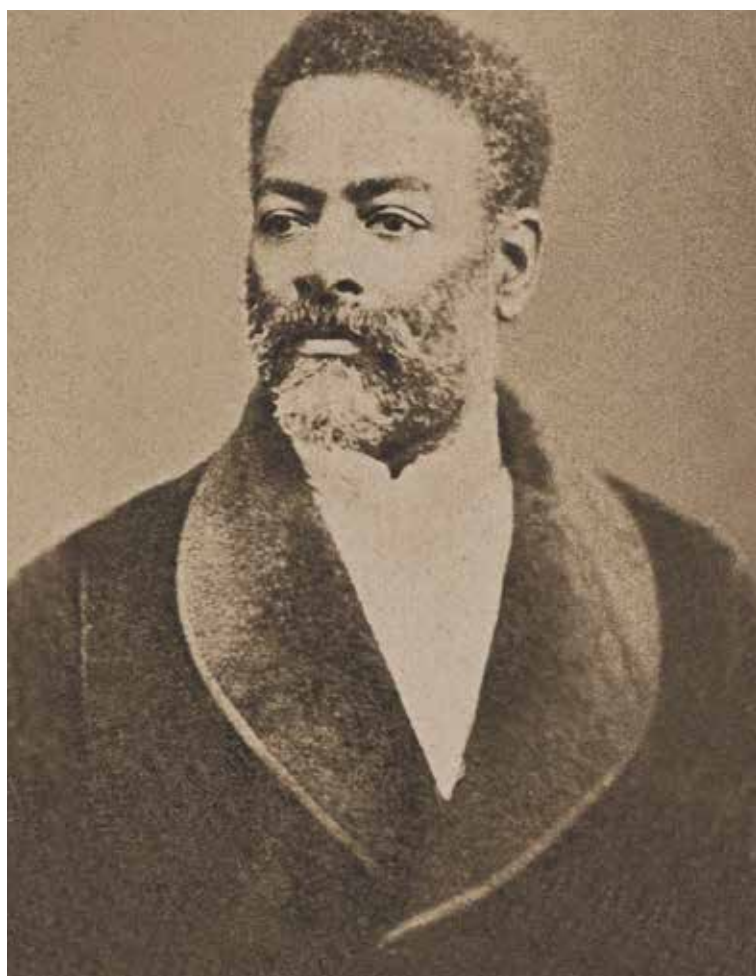
A época, a maioria dos principais autores da literatura brasileira sustentavam-se por meio de colaborações em jornais ou mesmo como editores. José de Alencar, Raul Pompeia, Castro Alves, Machado de Assis e Antônio Manuel de Almeida — autor do clássico *Memórias de um Sargento de Milícias* — foram figuras emblemáticas nesse cenário. Esse último, inclusive, dirigiu a *Imprensa Nacio-*



(FIG.66) MÁRIO DE ALENCAR, AMIGO E ADMIRADOR DE MACHADO DE ASSIS, PUBLICOU, DOIS ANOS DEPOIS DA MORTE DO ROMANCISTA, A PRIMEIRA COLETÂNEA DAS CRÔNICAS ESCRITAS ANONIMAMENTE PELO AUTOR E QUE APARECIAM AOS DOMINGOS NA GAZETA DE NOTÍCIAS, DE ABRIL DE 1892 A MAIO DE 1897, SOB O TÍTULO A SEMANA. ESTE ITEM ESTÁ LICENCIADO SOB A LICENÇA CREATIVE COMMONS

BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL

nal e levou Machado de Assis para trabalhar na instituição entre 1867 e 1874, não mais como aprendiz de gráfico, como fora entre 1856 e 1858, mas com o cargo de assistente do diretor do *Diário Oficial*.



(FIG.67) GAMA NA MATURIDADE -
FOTOGRAFIA - DOMÍNIO PÚBLICO



(FIG.68) MARIA TOMÁSIA
FIGUEIRA LIMA, ARISTOCRATA
ABOLICIONISTA (1826-1902)

As duas últimas décadas do Império foram marcadas pela volta de intensa agitação social, literária e política. Surgiram jornais liberais, republicanos e abolicionistas, como o prestigiado *A Reforma*, iniciativa de lideranças do Partido Liberal; o combativo *A Repúbli-*

ca, ligado ao Clube Republicano; e *A Gazeta da Tarde*, tribuna do jornalista negro José do Patrocínio.

Nesse mesmo período, Luís Gama (1830–1882), que havia sido escravizado na juventude, destacou-se como advogado da população escravizada e atuou em jornais abolicionistas ao lado de Ângelo Agostini (1843–1910), pioneiro da ilustração jornalística no Brasil. Juntos, contribuíram para a radicalização do debate público e para a construção de uma imprensa engajada, que articulava literatura, política e luta social.



(FIG.68.2) FRONTÍPIO DO JORNAL DIABO COXO, DE DEZEMBRO DE 1864; A PUBLICAÇÃO FOI PIONEIRA NO GÊNERO EM S. PAULO, BRASIL, E FOI FUNDADA POR ÂNGELO AGOSTINI COM LUÍZ GAMA



A HISTÓRIA DO DOU

A TRAJETÓRIA DO DIÁRIO OFICIAL

O Diário Oficial aparece em 1808, com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e a criação da Imprensa Régia, que passou a publicar a Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro órgão no país responsável pela publicação de atos oficiais e documentos administrativos. Esse marco inicial estabeleceu as bases desse órgão voltado à divulgação das decisões do governo. Ao longo das décadas seguintes, o modelo desse periódico foi sendo aprimorado, acompanhando a consolidação do Estado imperial e, posteriormente, republicano.



(FIG. 69) A RIQUEZA DAS NAÇÕES 1811 - IMPRESSÃO RÉGIA

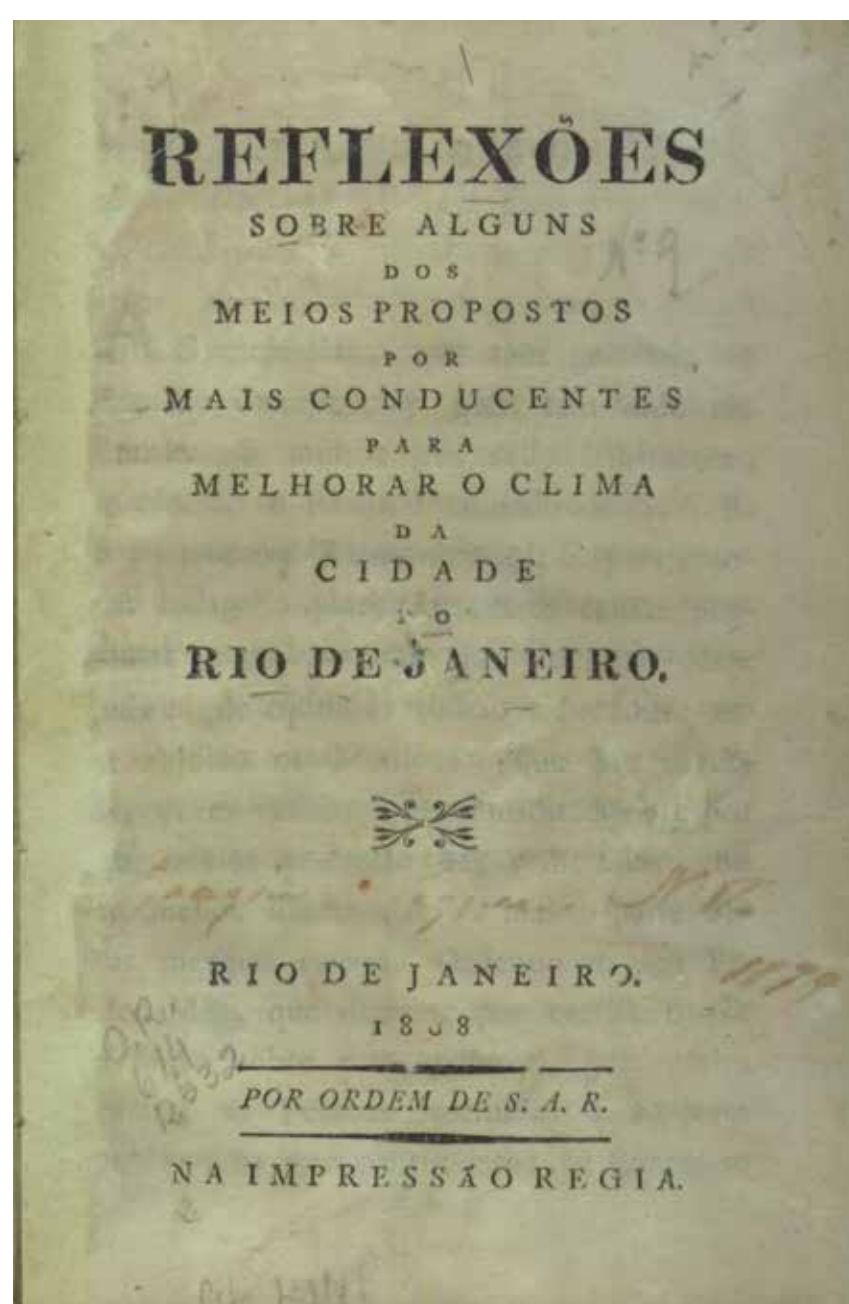


(FIG. 11) POSTER GAZETA DO RIO DE JANEIRO 1808

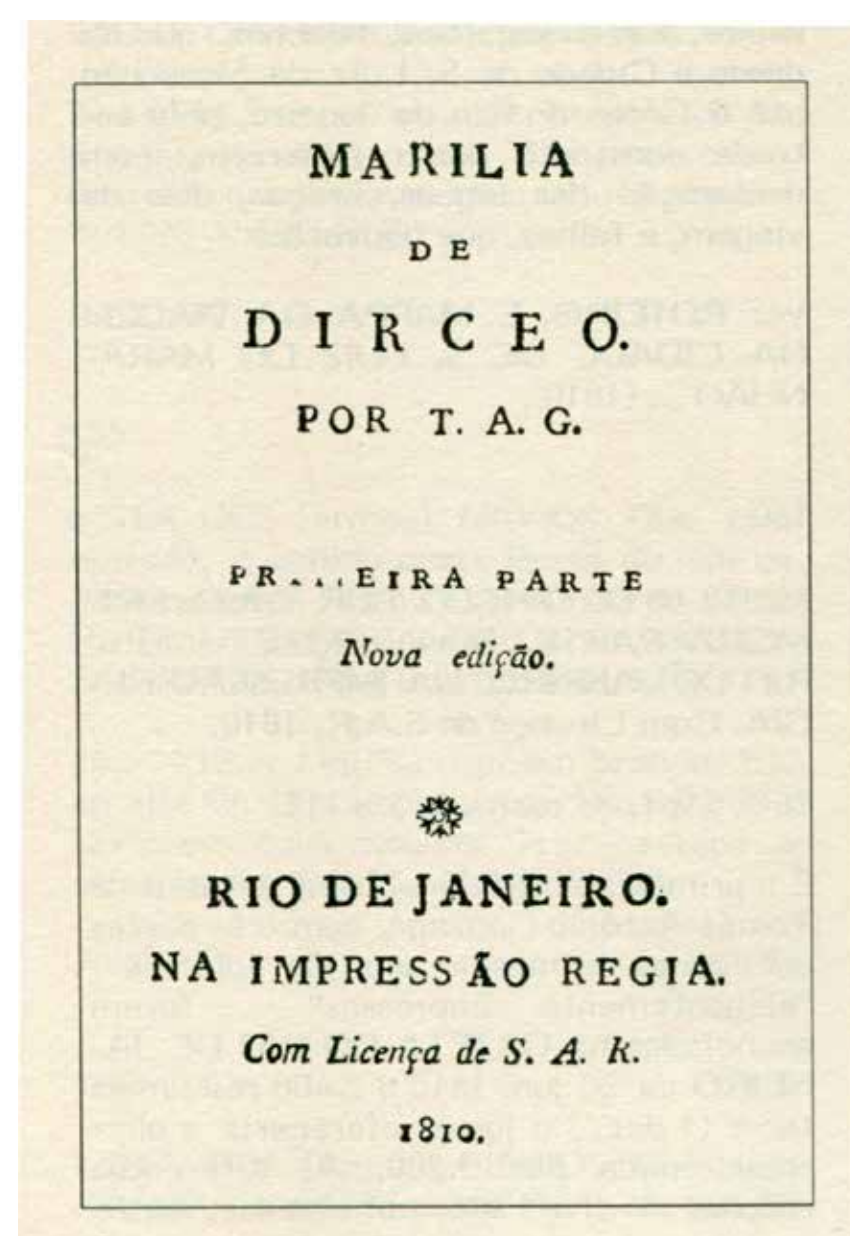
O jornal oficial passou por diversas transformações ao longo do século XIX. Em determinados períodos — como entre 1841 e 1846 e novamente entre 1848 e 1862 — os atos oficiais começaram a ser publicados exclusivamente em periódicos comerciais, como o Diário do Rio de Janeiro e o Jornal do Commercio. Essa prática, além de onerosa aos cofres públicos, gerava páginas nas quais se misturavam documentos governamentais com anúncios de empresas privadas e notícias diversas, o que causava confusão entre os leitores e dificultava a guarda e a recuperação das informações.



(FIG.70) 1808 MAIO - RELACÃO DOS DESPACHOS - ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL



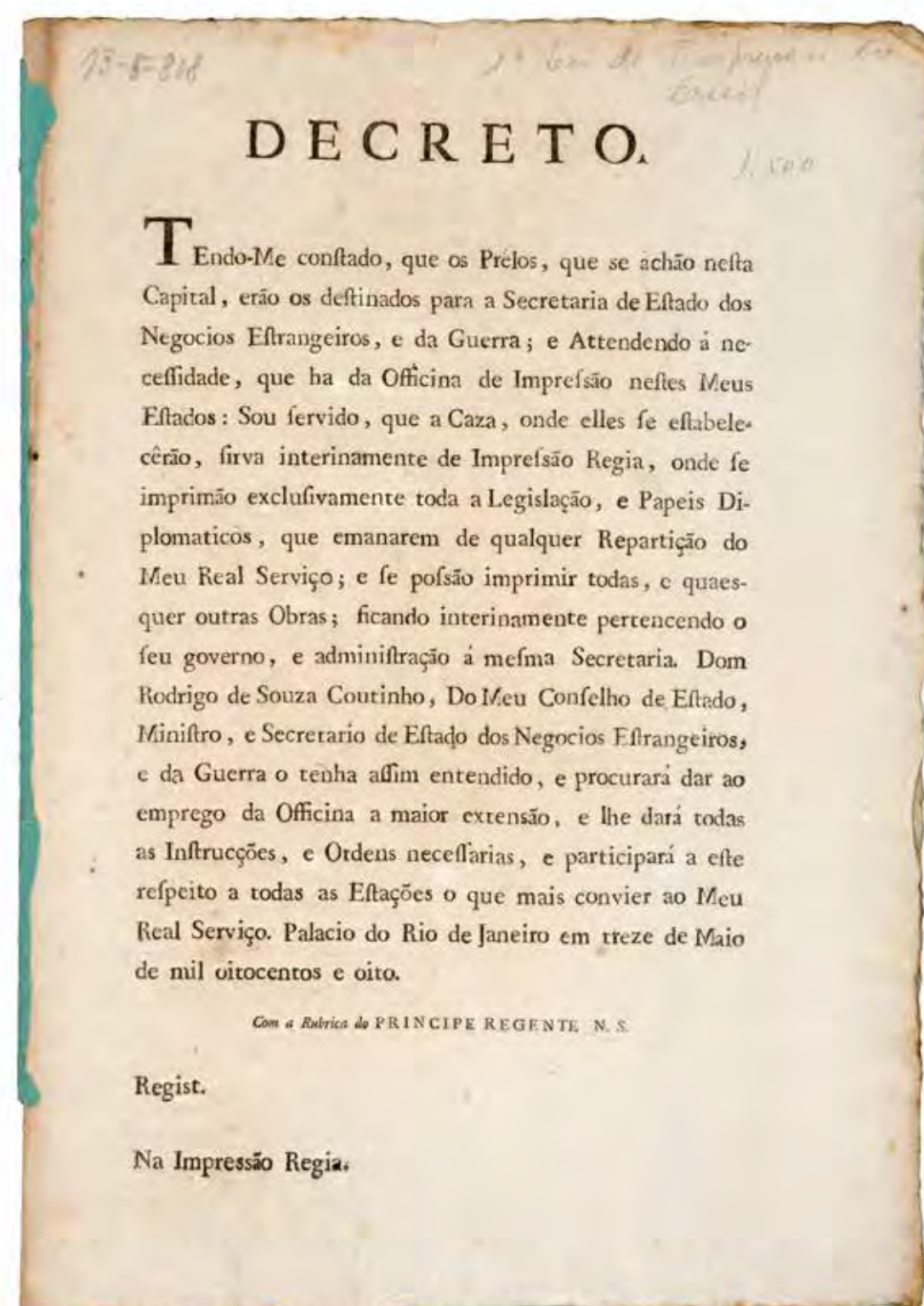
(FIG.71) 1808 SET REFLEXÕES - ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL



(FIG.72) MARILIA DE DIRCEU - IMPRESSÃO REGIA 1810

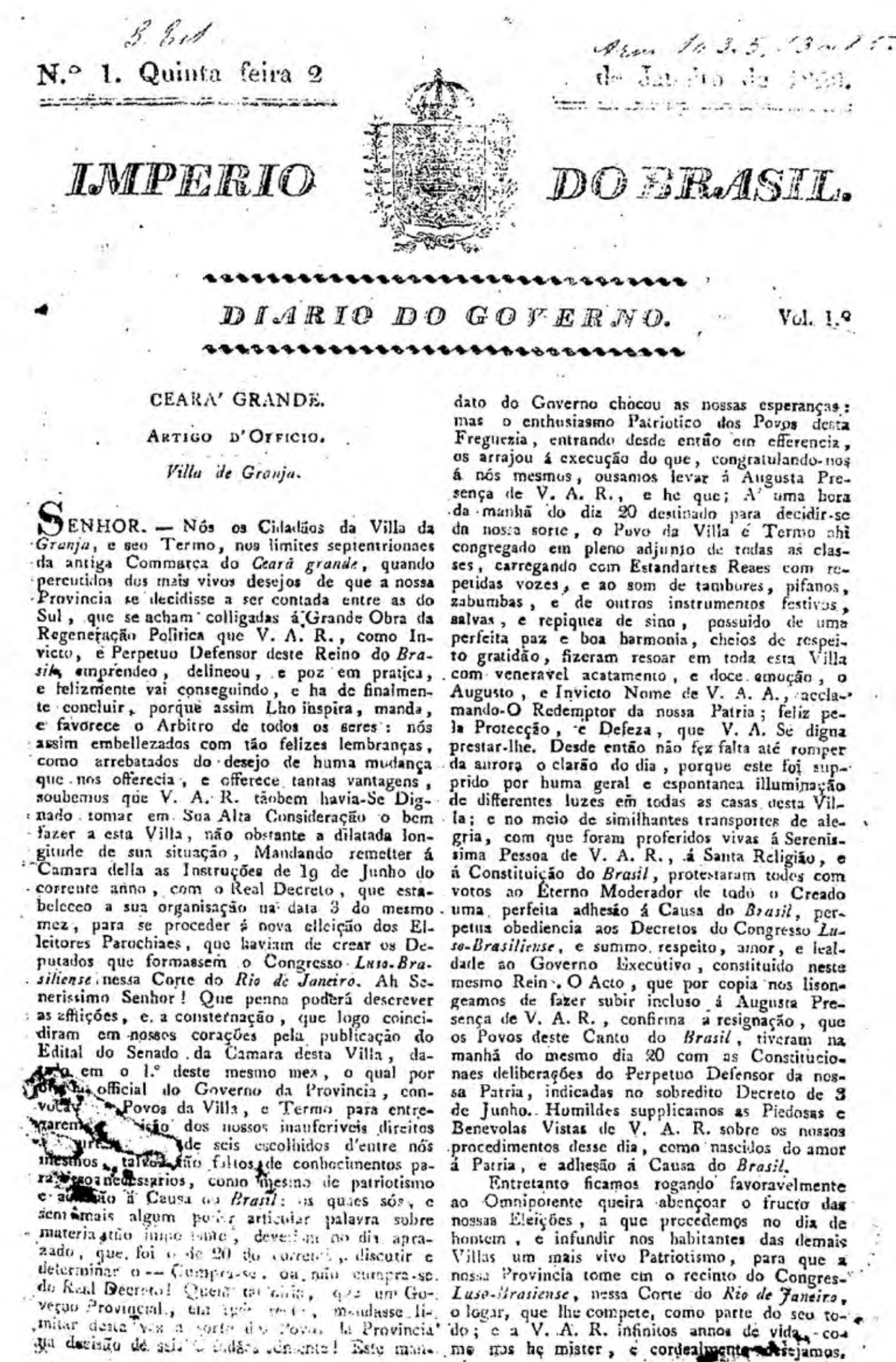
Ar et o -

mada da publicação de um Diário Oficial do governo brasileiro aconteceu em 1862 e, desde então, continuou ininterrupta até o presente. Essa iniciativa, impulsionada por D. Pedro II e seus ministros, buscava tornar a publicização das decisões governamentais independentes dos periódicos privados. A decisão de fortalecer o periódico estatal gerou intensos debates no Parlamento. A oposição criticava os presumidos altos custos envolvidos e o aumento da influência do Estado sobre a informação pública. Os defensores da medida argumentavam que era dever constitucional informar os cidadãos de maneira clara e acessível. Por possuir ampla maioria entre os deputados, o governo venceu. Nessa retomada, o Diário Oficial prometia acompanhar a “marcha do governo” e divulgar os atos oficiais, além de se comprometer com a transparência e o pluralismo informativo.



(FIG.73) 1808 MAIO DECRETO CRIAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

Nesse momento, a estrutura do Diário Oficial era composta por despachos ministeriais detalhados, informações de tribunais, polícia, comércio, movimento portuário e até notícias estrangeiras — estas últimas, aparentemente, incluídas para preencher virtuais espaços vazios nas edições. Apesar da intenção da burocracia de construir um modelo racional e focado nos atos oficiais, ainda havia matérias exóticas, como notícias internacionais e o excesso de despachos rotineiros das repartições.



(FIG 74) IMPÉRIO DO BRASIL - DIÁRIO DE GOVERNO - 1889

Contraditoriamente, esse defeito acabou enriquecendo o periódico como fonte historiográfica, pois acabou registrando bastidores de decisões governamentais e aspectos da sociedade civil que não constariam em documentos normativos. Ao longo

das décadas de 1870 e 1880, o jornal passou por melhorias editoriais, tornando-se mais ágil e detalhado, e publicando as justificativas para atos oficiais, contribuindo para a transparência e para o amadurecimento da esfera pública no Brasil imperial.



(FIG 75) 1º DOU 1862 - ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL





REPÚBLICA VELHA
1889 - 1930



UM NOVO PERÍODO DEPOIS DO IMPÉRIO



(FIG. 76) DON QUIXOTE V.07 N.141 07 DEZ 1901 - BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL

A República Velha (1889–1930) marcou o fim do unitarismo imperial, que concentrava o poder político no Sudeste. Com o advento da República e a adoção do federalismo, setores das classes proprietárias regionais, antes marginalizadas, tiveram suas reivindicações atendidas. A Constituição de 1891 concedeu ampla autonomia aos estados, permitindo-lhes, por exemplo, contrair empréstimos no exterior e criar impostos estaduais, fortalecendo sua capacidade fiscal e administrativa.



(FIG.77) FOTOGRAFIA DE GAENSLY, GUILHERME - COLHEITA DE CAFÉ - ARARAQUARA, 1900

Esse novo arranjo institucional favoreceu o fortalecimento de grupos familiares, latifundiários e comerciantes, que tinham no Estado apoio para a reprodução de suas bases políticas e econômicas. O federalismo republicano, embora promissor em termos de descentralização, acabou por consolidar estruturas de poder local marcadas pelo clientelismo.

A chamada política do café-com-leite, uma aliança entre os interesses agrários

de São Paulo e Minas Gerais, subordinou a máquina pública nacional à manutenção dos preços do café, representando um abandono prático do liberalismo econômico — doutrina oficial da República. Embora a elite política republicana fosse, em certa medida, mais representativa de bases sociais do que a imperial, amplas parcelas da população continuaram excluídas.



(FIG 78) BORORO - ANTIGA COLEÇÃO DE MENINOS - SOCIEDADE ANTROPOLÓGICA DE BERLIM, DE PROPRIEDADE DA SMB-PK, MUSEU ETNOLÓGICO

Trabalhadores urbanos e rurais, populações negras e indígenas, bem como as mulheres, permaneceram à margem das decisões políticas e da participação institucional. Essa exclusão se expressou, por exemplo, no fortalecimento do mandonismo no campo, que deu margem ao coronelismo — um arranjo político e institucional em que os ricos de cada localidade influenciavam as indicações para a maioria dos cargos públicos no nível municipal, consolidando redes de poder clientelistas.



(FIG.79) FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO - DOMÍNIO PÚBLICO, 1930

Durante a República Velha, a política econômica buscou garantir a estabilidade financeira e cambial, com foco na valorização dos preços do café — principal produto de exportação do país. As propostas modernizadoras iniciais, como a elevação das tarifas aduaneiras e a facilitação do crédito industrial, enfrentaram forte resistência do setor agrário, que temia perder sua hegemonia.

Essa hegemonia se consolidou com o Convênio de Taubaté (1906), uma aliança entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que visava sustentar artificialmente os preços do café por meio da compra de excedentes, financiada



(FIG.80) CHARGE SOBRE A CAMPANHA CONTRA A VACINA OBRIGATÓRIA. "GUERRA VACCINO-OBRICATEZA". 1904. REVISTA O MALHO. DOMÍNIO PÚBLICO / CASA DE OSWALDO CRUZ.

por empréstimos externos e garantias do governo federal. O custo dessa política foi socializado, recaindo sobre toda a sociedade brasileira, enquanto os lucros beneficiavam majoritariamente os grandes produtores e exportadores.



(FIG 81) CARNAVAL EM SALVADOR. 1910 CIRCA AUTORIA NÃO IDENTIFICADA/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

A contradição entre latifúndio e indústria, no entanto, não era radical. Na verdade, existiam profundas relações entre complexo cafeeiro e negócios urbanos. Uma família acumulava no café e empregava em empresas de intermediação da exportação ou em fábricas. A rigor, a maior parte do capital nacional empregada na indústria paulista vinha do café.

Apesar da forte dependência da agricultura — que empregava a maioria da população economicamente ativa —, o período também foi marcado pelo avanço da indústria, impulsionado, entre outras coisas, por capitais oriundos do complexo cafeeiro. Esse novo momento da industrialização, no entanto, não representou a ruptura com a estrutura agrária tradicional. O surgimento de setores urbanos mais modernos coexistiu e se relacionou com ela.



(FIG 82) REVOLUCIONÁRIOS E SEU GENERAL, 1895. HERMANN MEYER / CONVÊNIO LEIBNIZ-INSTITUT FÜR LÄNDERKUNDE, LEIPZIG / ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES



(FIG 83) FLÁVIO DE BARROS / ÁLBUM CANÔNICO VIRTUAL DE CANUDOS - PROJETO EM PARCERIA COM: MUSEU DA REPÚBLICA; INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA; CASA DE CULTURA EUCLIDES DA CUNHA / ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

A República Velha foi marcada por intensos conflitos sociais, especialmente no campo. Movimentos camponeses como a Guerra de Canudos (1897), na Bahia, e a Guerra do Contestado (1912), entre Paraná e Santa Catarina, expressaram lutas pela posse da terra, impregnadas de ideologias milenaristas e visões alternativas de organização social.

REPÚBLICA VELHA
1889 - 1930



UM NOVO PERÍODO DEPOIS DO IMPÉRIO

As eleições de 1929, que terminaram com a derrota da Aliança Liberal — frente formada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, com apoio de setores militares dissidentes — revelaram fissuras importantes no pacto oligárquico que sustentava a República Velha. Embora não tenham provocado uma ruptura imediata, os resultados eleitorais contribuíram para o clima de instabilidade que se seguiu.

Em outubro de 1930, um movimento político-militar, articulado por lideranças civis e militares e apoiado por diversas forças regionais, derrubou o governo, de domínio paulista, inaugurando um período de crise política. Nesse novo cenário, nenhuma



(FIG 85) IMAGENS DE UMA DAS RUAS DE SÃO PAULO TOMADA DE TRABALHADORES COM BANDEIRAS VERMELHAS NA GREVE GERAL DE 1917. A CIGARRA, N.71 (26 DE JULHO DE 1917), P.12 [VIA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL]

classe ou fração de classe conseguiu impor plenamente sua hegemonia, o que permitiu ao Estado atuar com relativa autonomia, reorganizando suas bases institucionais e abrindo espaço para novos projetos de modernização e centralização política.



REPÚBLICA VELHA
1889 - 1930

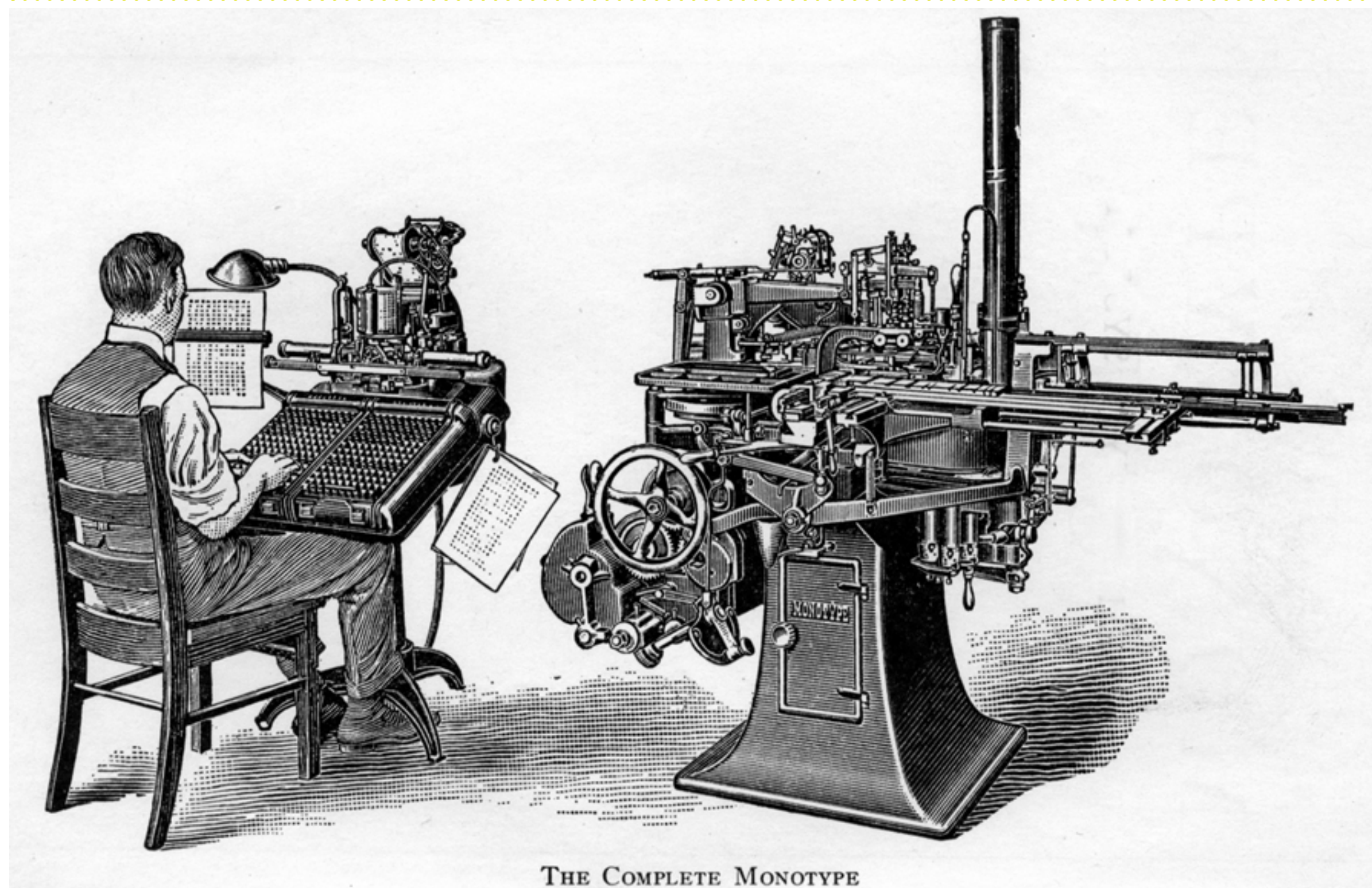


PREDOMÍNIO DA IMPRENSA INDUSTRIAL

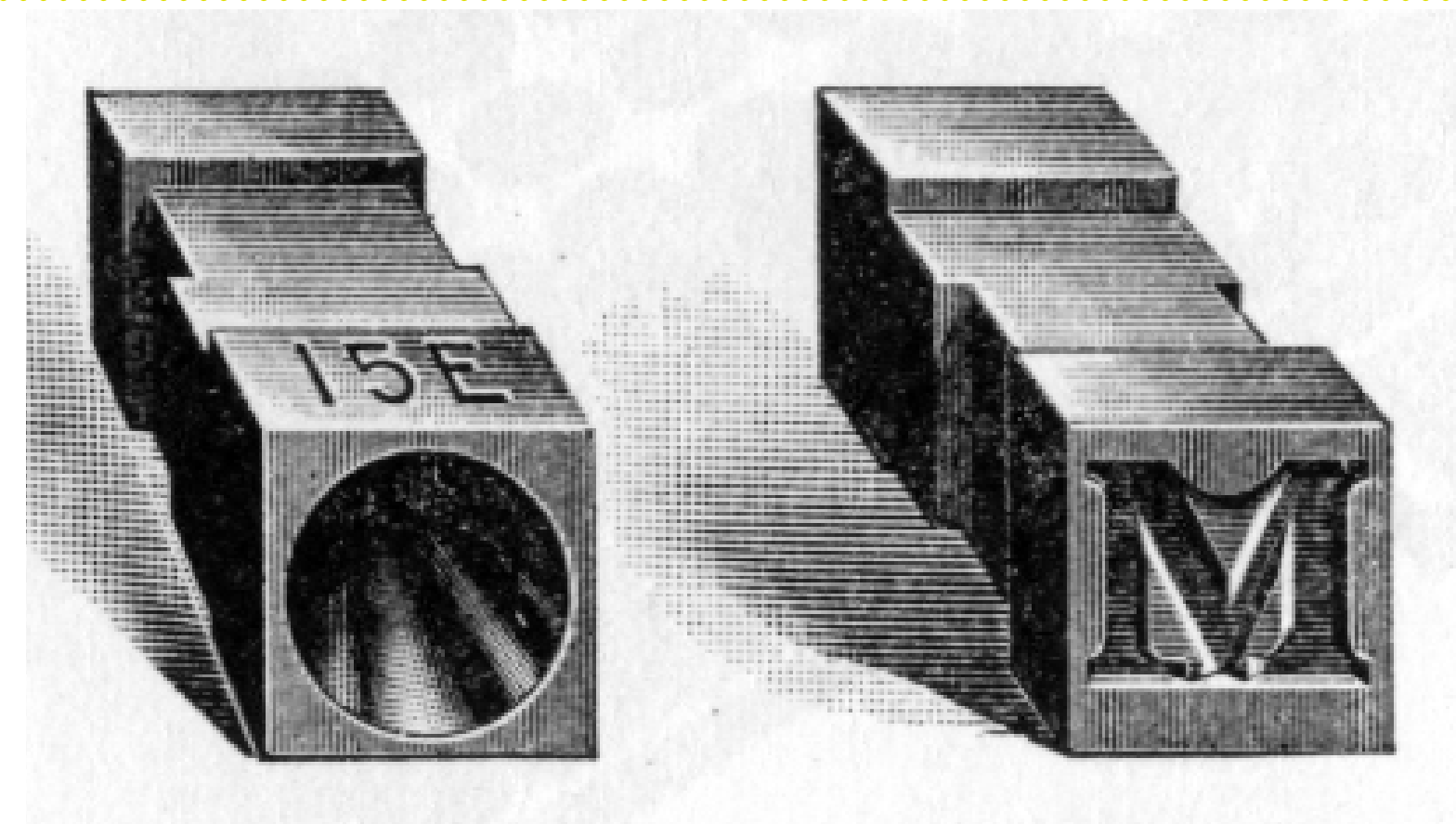
A República Velha (1889–1930) foi marcada pela transição definitiva da imprensa artesanal para uma estrutura industrial e empresarial nos grandes centros urbanos. Essa mudança representou mais do que uma evolução técnica. Os jornais, antes empreendimento de indivíduos ou panfletos políticos de curta duração, passaram a exigir vultosos investimentos em tecnologia gráfica avançada — como linotipos, rotativas e insumos importados, especialmente papel — tornando-se negócios complexos e competitivos.



(FIG.86) WERNER HABERKORN. FOTOGRAFIA BANCA DE JORNAIS S. PAULO - 1907 DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO MUSEU PAULISTA (USP)



(FIG 87) TECLADO MONOTIPO. IMAGEM LICENCIADA EM CREATIVE COMMONS



(FIG 88) MATRIZ CELULAR MONOTÍPICA (COMPOSIÇÃO). IMAGEM LICENCIADA EM CREATIVE COMMONS

Com isso, a finalidade da imprensa se transformou. De instrumento primário de expressão política e opinião, os jornais passaram a operar como empresas voltadas à publicidade, que se tornou sua principal fonte de receita. Essa configuração econômica trouxe consigo uma divisão de trabalho mais sofisticada, com uma clara separação entre proprietários, jornalistas (trabalhadores intelectuais) e operários gráficos.

Politicamente, a transformação da imprensa em um setor empresarial teve implicações significativas. A liberdade de imprensa passou a ser mais influenciada pelas dinâmicas do capital, tornando-se mais dependente dos recursos disponíveis e da influência crescente das agências de publicidade — muitas delas estrangeiras. Jornais como O País e Jornal do Commercio consolidaram-se como grandes empresas, frequentemente alinhadas a interesses específicos ou às diretrizes do governo.



(FIG.89) JORNAL A REBELIÃO 1915



(FIG.00) WERNER HABERKORN. FOTOGRAFIA BANCA DE JORNAIS S. PAULO - 1907 DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO MUSEU PAULISTA (USP)

REPÚBLICA VELHA
1889 - 1930



PREDOMÍNIO DA IMPRENSA INDUSTRIAL



(FIG.90) FOTOGRAFIA 1928 - FASE FINAL DO ARRASAMENTO DO MORRO DO CASTELO; WASHINGTON LUÍS (PRESIDENTE DO BRASIL), USANDO BENGALA; AO SEU LADO, PRADO JÚNIOR (PREFEITO DO RIO DE JANEIRO), DE TERNO CLARO - AUGUSTO MALTA/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES



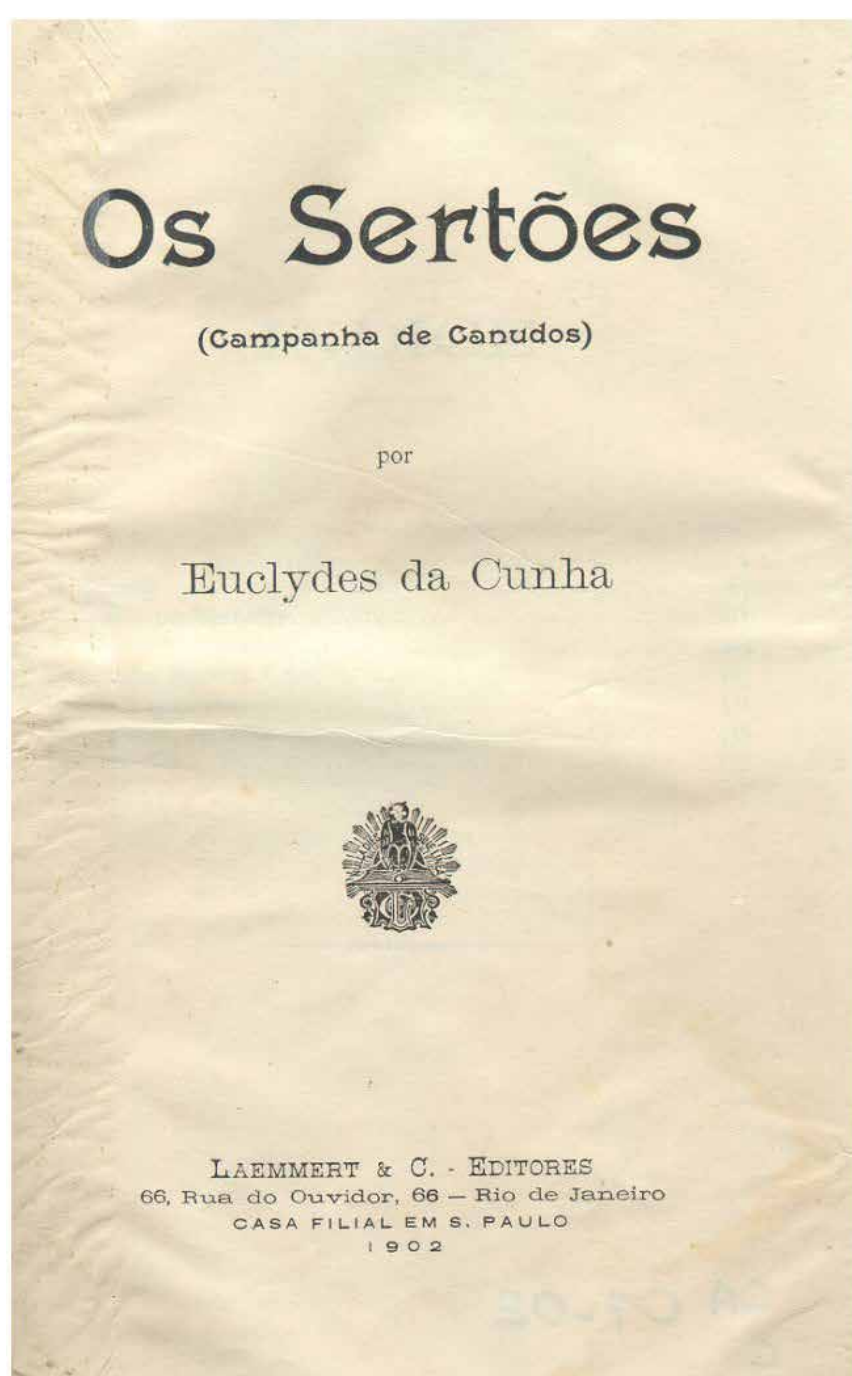
(FIG.91) ENTRADA DE IMIGRANTES NO HOTEL NUNES, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DOMÍNIO PÚBLICO / ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A grande imprensa passou a refletir, em vários casos, os interesses econômicos dos proprietários e dos anunciantes, em detrimento da diversidade de correntes de opinião pública. A presença de informação estrangeira, proveniente de agências internacionais, tornou-se comum nas primeiras páginas, contribuindo para uma cobertura mais global, mas também revelando a crescente dependência editorial de fontes externas.



(FIG.92) DESENHO DE ANGELO AGOSTINI, ANTÔNIO CONSELHEIRO RECHAÇA A REPÚBLICA, EM: REVISTA ILUSTRADA C. 1897

Na República Velha, a relação entre jornalismo e literatura passou por uma reconfiguração significativa, gerando tanto dilemas quanto oportunidades para os escritores. Muitos literatos encontravam na imprensa uma fonte de sustento e um espaço para divulgar crônicas, críticas e folhetins, já que a atividade literária, por si só, raramente garantia estabilidade financeira. No entanto, essa inserção no ambiente jornalístico frequentemente exigia adaptações estilísticas, com preferência por textos mais amenos, acessíveis e voltados ao gosto do público — o que, para alguns autores mais críticos, representava um risco de banalização ou de afastamento da literatura como instrumento de reflexão.



(FIG.93) CAPA DO LIVRO "OS SERTÕES", DO ESCRITOR BRASILEIRO EUCLIDES DA CUNHA, PUBLICADA NO ANO DE 1902. EM DOMÍNIO PÚBLICO

Apesar dessas limitações, o jornalismo oferecia canais importantes para o desenvolvimento da crítica literária e para a formação de novos talentos. Embora o ambiente editorial nem sempre favorecesse a produção artística mais sofisticada, ele foi palco de trajetórias notáveis, como as de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto, que souberam transitar entre os dois campos com profundidade e originalidade.

As trajetórias de José do Patrocínio, Euclides da Cunha e Lima Barreto ilustram as múltiplas possibilidades vividas por escritores que atuaram na imprensa da República Velha. José do Patrocínio, figura central do abolicionismo e um dos grandes talentos da prosa jornalística de seu tempo, fundou A Cidade do Rio, jornal que teve papel relevante no debate público, mas cuja continuidade foi dificultada pela ausência de uma estrutura empresarial sólida.



(FIG.94) RETRATO DE LIMA BARRETO, NO HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS, 1914.



(FIG.95) JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO - JORNALISTA E LÍDER ABOLICIONISTA



(FIG.96) EUCLYDES RODRIGUES PIMENTA DA CUNHA, AUTOR DE OS SERTÕES

Euclides da Cunha, por sua vez, soube explorar o jornalismo como espaço de investigação e denúncia social. Seus textos como correspondente da campanha de Canudos para O Estado de S. Paulo, publicados desafiavam a narrativa oficial, ao mostrar que os sertanejos não eram conspiradores monarquistas, mas vítimas de exclusão e abandono. Esses artigos serviram de base para Os Sertões, obra de 1902, que transcendeu os limites do jornalismo e se tornou referência na literatura e na sociologia brasileiras.

Já Lima Barreto manteve uma postura crítica diante da imprensa

comercial e da superficialidade literária dominante. Em Recordações do Escrivão Isaías Caminha, satirizou com acidez o ambiente jornalístico carioca, denunciando o racismo, o elitismo e os jogos de influência que marcavam o setor. Barreto enfrentou dificuldades para publicar seus textos em veículos que escapassem ao controle dos grupos literários e dos interesses da grande imprensa, lutando contra a invisibilidade e em defesa de uma literatura comprometida com a realidade social.



(FIG 97) DON QUIXOTE V.07 N.135 14 SET 1901 - BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL



O ESTADO NOVO 1937 - 1945
O PRIMEIRO PERÍODO VARGAS

PARTE 1: O ESTADO NOVO E AS TRANSFORMAÇÕES NO BRASIL

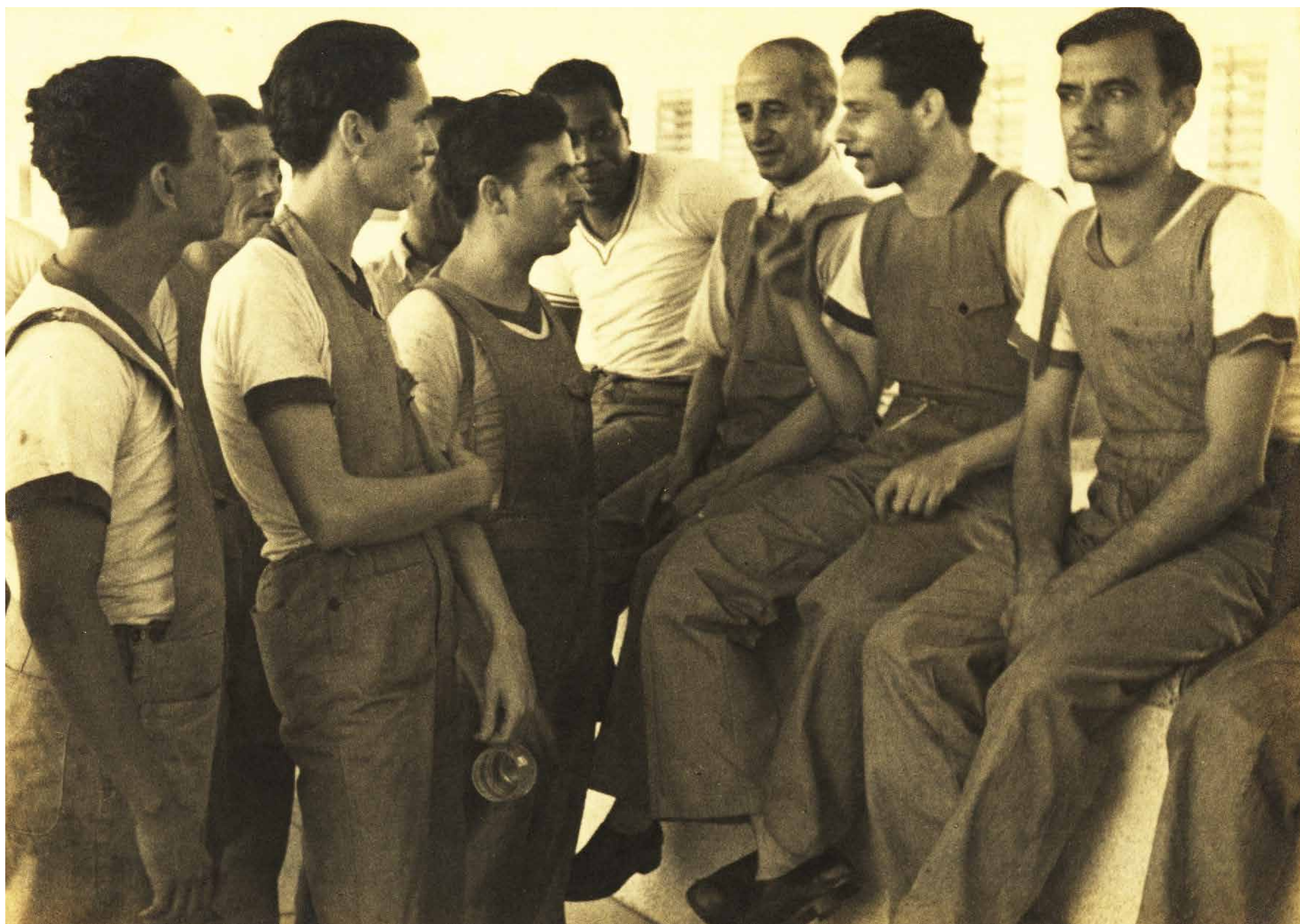
O Estado Novo, instaurado em 1937, foi um período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. Sob a liderança de Getúlio Vargas, o país buscou consolidar um projeto de modernização e centralização do poder, com o objetivo de fortalecer a soberania nacional e promover o desenvolvimento industrial. Esse período foi marcado por uma série de iniciativas que visavam estruturar o Estado e garantir maior eficiência na administração pública.



DIÁRIO OFICIAL - PRIMEIRA PÁGINA DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO



(FIG.00) GETÚLIO VARGAS - RETRATO OFICIAL, 1930



FUNCIONÁRIOS DA IN (EAGIN). 1942. ACERVO DA IMPRENSA NACIONAL

Uma das principais conquistas do Estado Novo foi a criação de um arcabouço legal que trouxe avanços significativos para os trabalhadores brasileiros. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, estabeleceu direitos fundamentais, como a jornada de trabalho de oito horas, o salário-mínimo, férias remuneradas e a regulamentação das relações entre empregados e empregadores. Essas medidas não apenas melhoraram as condições de vida dos trabalhadores, mas também contribuíram para a organização e a estabilidade do mercado de trabalho.

Além das conquistas trabalhistas, o Estado Novo foi um período de fortalecimento das instituições públicas. Foram criadas novas estruturas administrativas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, que passou a ser responsável pela produção de dados e estatísticas essenciais para o planejamento de políticas públicas. A modernização da burocracia estatal permitiu maior eficiência na gestão dos recursos e na implementação de projetos de desenvolvimento.

No campo econômico, o Estado Novo promoveu uma política de industrialização que buscou reduzir a dependência do país em relação aos produtos estrangeiros. O governo investiu em infraestrutura, como a construção de estradas e usinas hidrelétricas, e incentivou a criação de indústrias nacionais. Importações foram substituídas, gerando crescimento do setor industrial, que passou a produzir bens essenciais para o mercado interno, gerando empregos e impulsionando a economia.



FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES (FNM) 1942. DOMÍNIO PÚBLICO



ISMAEL SILVA. FUNDO DOCUMENTAL: CORREIO DA MANHÃ. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



O ESTADO NOVO

1937 - 1945

O PRIMEIRO PERÍODO VARGAS



PARTE 2: A IMPRENSA BRASILEIRA NO ESTADO NOVO

A imprensa brasileira durante o Estado Novo passou por transformações significativas, adaptando-se ao contexto político e social da época. O governo buscou utilizar os meios de comunicação como ferramentas para promover a unidade nacional e difundir seus valores. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, foi responsável por coordenar as atividades de comunicação, garantindo que as mensagens oficiais fossem amplamente divulgadas.



MANUAL DE CAMPANHA DO VOLUNTARIO CONSTITUCIONALISTA, 1932.
DOMÍNIO PÚBLICO / ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO





BEATRIZ COSTA E CÉSAR LADEIRA NA RÁDIO MAYRINK VEIGA - AUTOR DESCONHECIDO. DOMÍNIO PÚBLICO/ WIKEMIDIA COMMONS



TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO ENSAIANDO SORTILÉGIO, COM ABDIAS DO NASCIMENTO, COM LÊA GARCIA. FUNDO CORREIO DA MANHÃ. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



A VOZ DA RAÇA: ÓRGÃO OFICIAL DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA. NÚCLEO DE BIBLIOTECA E HEMEROTECA, COLEÇÃO HEMEROTECA.

Nesse período, a imprensa teve um papel importante na construção da identidade nacional. Os jornais, revistas e programas de rádio destacavam as realizações do governo e promoviam o sentimento

de patriotismo. Havia uma supervisão da produção de conteúdo para reforçar os feitos do governo. Essa estratégia contribuiu para a coesão social e para a disseminação dos ideais de progresso e modernização.

Não obstante, a imprensa brasileira também foi palco de debates e discussões sobre os rumos do país. Alguns veículos de comunicação apresentavam suas próprias perspectivas e refletiam a complexidade do período.

O ESTADO NOVO
1937 - 1945



PARTE 2: A IMPRENSA
BRASILEIRA NO ESTADO NOVO

Esse

período, de maior profissionalismo e expansão dos meios de comunicação, também serviu como mais uma experiência na qual há uma disputa entre diferentes veículos pela leitura e interpretação das políticas implementadas por qualquer governo. Havia mídia a favor e contra o governo, como sempre. Diante de um governo desbravador ou, pelo menos, diferente, havia seus defensores e seus opositores, podendo estes opositores serem legítimos e apresentarem uma narrativa honesta ou, simplesmente, defenderem interesses subalternos.

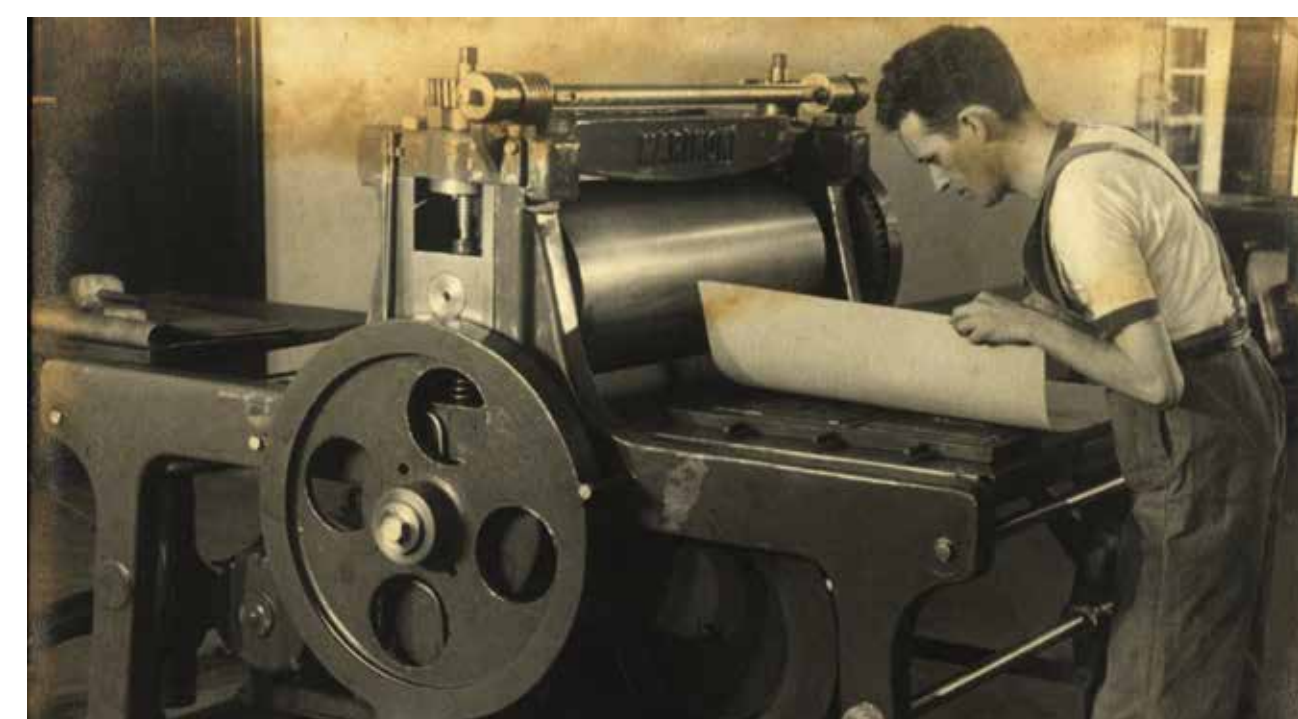
TRABALHADORAS NA
IMPrensa NACIONAL.
CERCA DE 1940. ACERVO
DA IMPrensa NACIONAL



1940 - OITAVA
SEDE IN - ARQUIVO
IMPrensa NACIONAL



RETOCANDO
A TELHA
ESTEROTIPO
ACERVO IN



O ESTADO NOVO
1937 - 1945



PARTE 2: A IMPrensa
BRASILEIRA NO ESTADO NOVO



PERÍODO DEMOCRÁTICO E
DESENVOLVIMENTISTA
1945 - 1964

SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO



TRASLADO DO CORPO DE GETÚLIO VARGAS DO RIO DE JANEIRO PARA O ENTERRO EM SÃO BORJA, 1954

DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



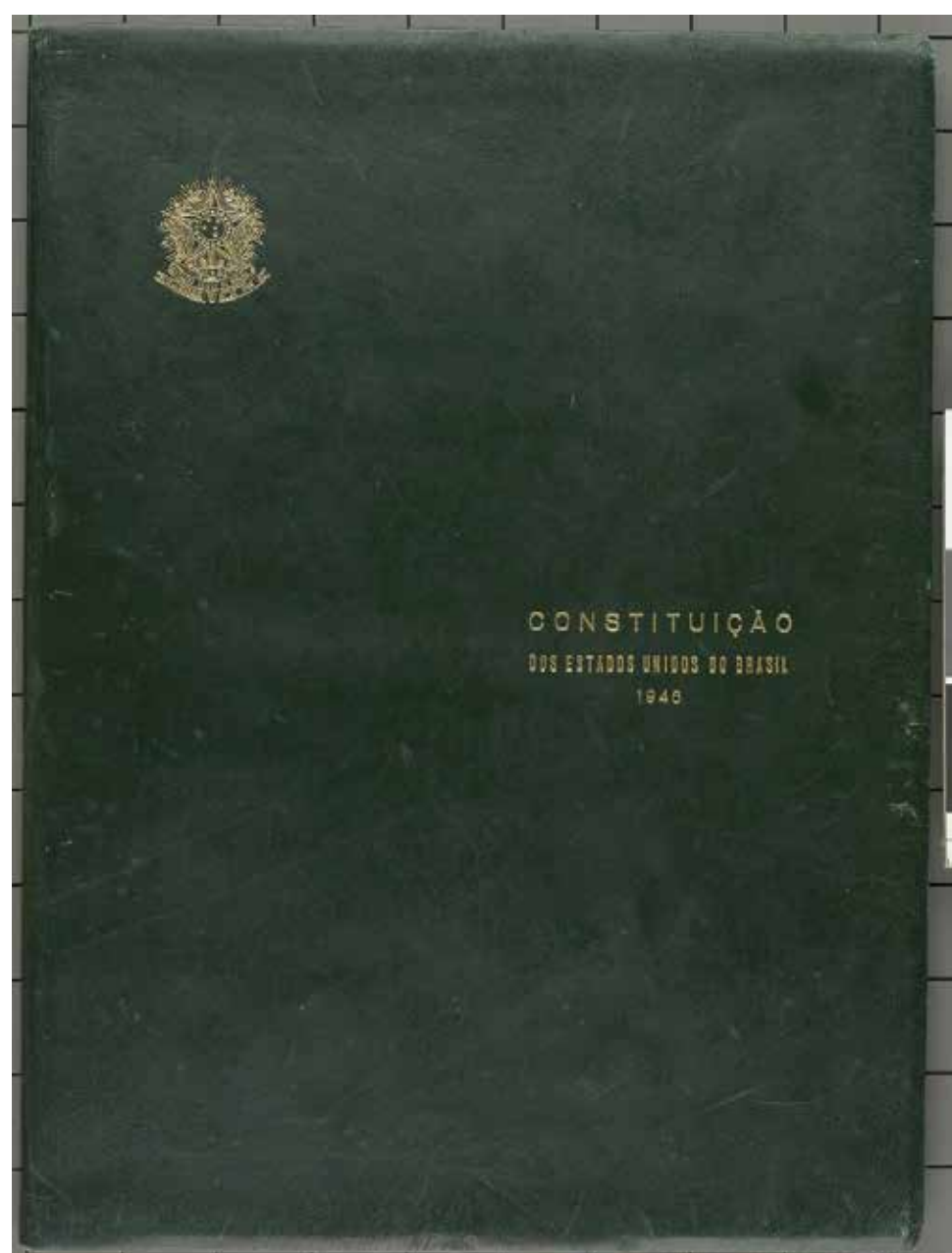
Entre 1945 e 1964, o Brasil viveu um período de experimentação democrática marcado por avanços sociais, ampliação da participação política e intensos embates ideológicos. Com a reorganização de partidos nacionais e a realização de eleições livres, ampliou-se o protagonismo popular de forma inédita. Movimentos como o queremismo — que defendia a permanência de Getúlio Vargas e a consolidação de direitos trabalhistas — revelaram a crescente mobilização das classes trabalhadoras.



POSSE DE JOÃO GOULART COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, 1961 DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL

A Cons-

tituição de 1946 consagrou garantias civis e sociais, mas o cenário político já apresentava sinais de polarização. De um lado, setores conservadores alinhados e, de outro, forças nacionalistas e reformistas que buscavam ampliar os direitos sociais, fortalecer o papel do Estado e promover maior inclusão. Essa tensão entre projetos distintos moldaria os rumos da política brasileira nas décadas seguintes, culminando em uma nova ruptura institucional.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1946, CAPA DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



BARÃO DE ITARARÉ EM ENTREVISTA COLETIVA. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (CSN). AUTOR DESONHECIDO. 1941. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL

Os anos 1950 foram palco de intensas transformações políticas e sociais no Brasil. A volta de Getúlio Vargas à presidência, agora por meio do voto direto, reacendeu expectativas de industrialização e fortalecimento da soberania nacional, expressas em iniciativas como a criação da Petrobras. Sua morte trágica, em 1954, revelou a fragilidade das instituições diante de pressões políticas e disputas entre diferentes projetos de país.

A reação por meio de manifestações, greves e mobilizações popular às tentativas de desestabilização evidenciou o surgimento de uma cidadania mais ativa, que reivindicava não apenas melhores condições de vida, mas também maior participação política. Nesse contexto, consolidaram-se alianças entre trabalhadores, sindicatos e setores progressistas das Forças Armadas com a consequente ampliação do espaço para novas formas de organização social e política de enfrentamento do *status quo*.

A era Juscelino Kubitschek (1956–1961) representou um momento de entusiasmo desenvolvimentista no Brasil, marcado por metas audaciosas como a construção de Brasília e a abertura do país ao capital estrangeiro, especialmente na indústria automobilística. O crescimento econômico acelerado conviveu, no entanto, com persistentes desigualdades sociais e uma inflação elevada, que corroía o poder de compra da população.



VISITA DO PRESIDENTE JK À IN EM 13 DE MAIO DE 1958 -
ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL

No campo cultural, o período foi fértil: o Cinema Novo, o teatro engajado e outras expressões artísticas refletiam as inqui-

tações sociais e políticas da época. Ao mesmo tempo, emergiam novas demandas populares, como a reforma agrária e a ampliação da educação pública, que tensionavam o sistema político. A estabilidade do governo JK dependia de frágeis alianças partidárias, enquanto a crescente polarização ideológica — intensificada pelo contexto da Guerra Fria — começava a desenhar os contornos das crises que se aprofundariam na década seguinte.

O início da década de 1960 revelou contradições profundas e crescentes no projeto democrático brasileiro. A renúncia inesperada de Jânio Quadros, seguida pela resistência à posse de João Goulart — enfrentada pela Campanha da Legalidade — evidenciou tanto a fragilidade institucional quanto a capacidade da sociedade civil de mobilizar-se em defesa da ordem constitucional.

As Reformas de Base, propostas por Goulart, buscavam enfrentar desigualdades sociais, redistribuindo terras ou ampliando direitos sociais. Essas medidas mobilizaram setores populares, urbanos e rurais, mas também provocaram reação de grupos econômicos, das Forças Armadas e de meios de comunicação, culminando com o golpe militar de 1964.



COMÍCIOS E PROPAGANDA - JÂNIO QUADROS - CAMPANHA ELEITORAL PARA 1960. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



DEPOSIÇÃO DO GOVERNO JOÃO GOULART - GOLPE DE 1964. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



PERÍODO DEMOCRÁTICO E
DESENVOLVIMENTISTA
1945 - 1964



LUTAS DEMOCRÁTICAS E OLIGOPÓLIOS NA COMUNICAÇÃO

Entre 1945 e 1964, o cenário da imprensa brasileira foi marcado pela concentração midiática, pela crescente influência estrangeira e pelo embate entre o ideal democrático e forças que buscavam miná-lo. A Constituição de 1946 estabelecia que as empresas jornalísticas deveriam ser de propriedade nacional, proibindo a participação de estrangeiros como acionistas, proprietários ou orientadores intelectuais. No entanto, essa salvaguarda legal mostrou-se ineficaz diante da dependência estrutural da publicidade financiada por grandes corporações multinacionais.



VISTAS DE BRASÍLIA - CANDANGOS. 1959 IMAGEM DO FUNDO AGÊNCIA NACIONAL, DO ARQUIVO NACIONAL DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL

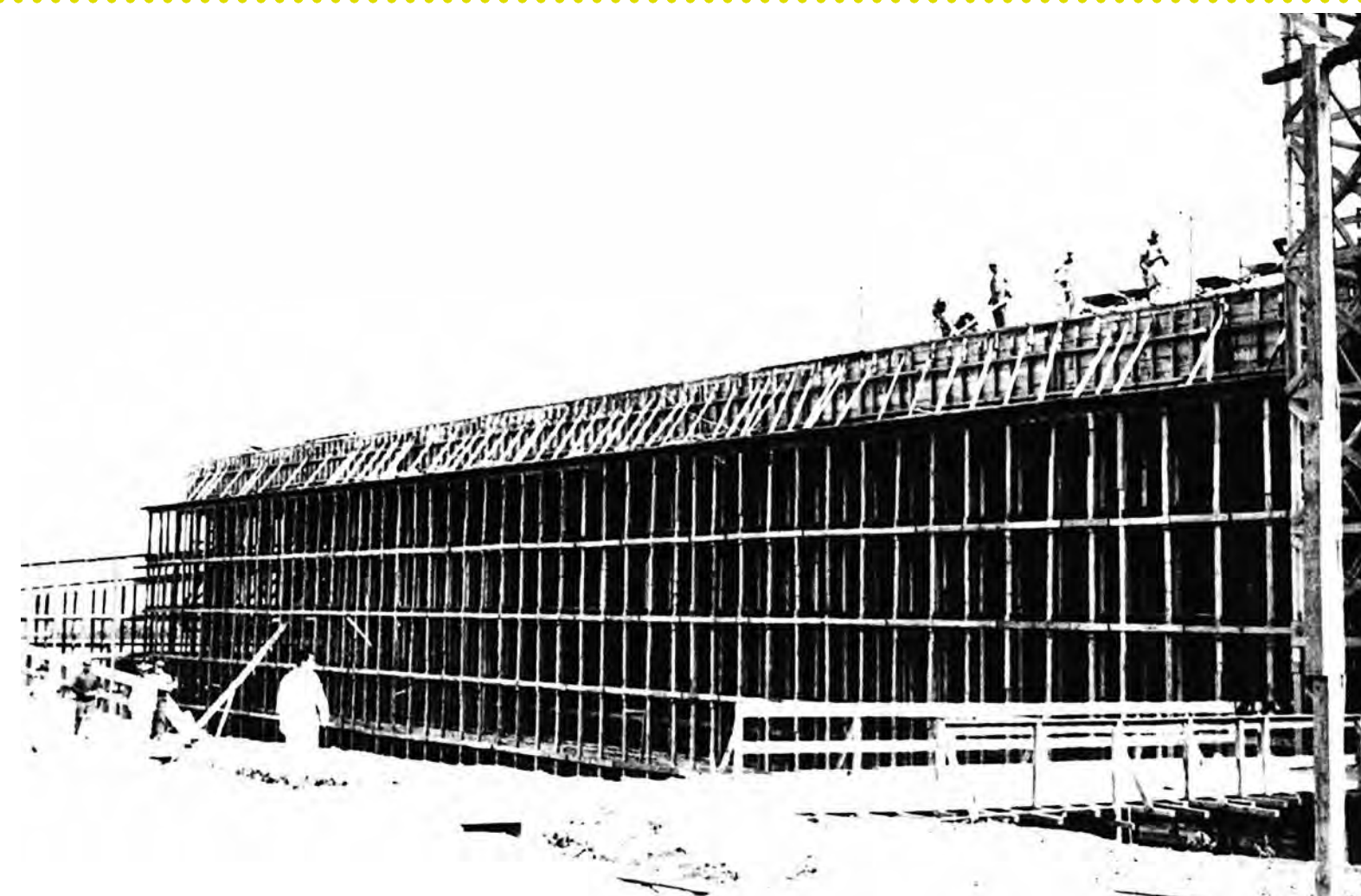




VISITA DO PRESIDENTE JK À IN EM 13 DE MAIO DE 1958 - ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL

Além disso, a circulação de informações internacionais era mediada por agências telegráficas estrangeiras, que moldavam a percepção pública sobre os acontecimentos mundiais. Essa desnacionalização das fontes informativas contribuiu para

a formação de uma opinião pública alinhada aos interesses externos, em detrimento de uma perspectiva crítica e soberana. Nesse contexto, a imprensa tornou-se um campo de disputa ideológica, refletindo e amplificando as tensões entre os projetos de aprofundamento democrático e os interesses conservadores que culminariam no golpe de 1964.



CONSTRUÇÃO SEDE BRASÍLIA - 17 AGO 1959 - ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL



ASSINATURA DA LEI QUE FIXA A DATA DA MUDANÇA PARA A NOVA CAPITAL RIO DE JANEIRO - 1º DE OUTUBRO DE 1957 - ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL

Entre 1945 e 1964, o panorama midiático brasileiro foi dominado por conglomerados que desempenharam papel central na formação da opinião pública. Os Diários Associados, liderados por Assis Chateaubriand, constituíam o maior império de comunicação do país, com mais de 30 jornais, revistas de grande circulação como O Cruzeiro, e uma rede de emis-

soras de rádio que garantiam presença nacional e influência política significativa.

Nesse mesmo período, outros veículos consolidaram posições estratégicas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, adotando perfil conservador e de oposição, tanto ao getulismo quanto a João Goulart. O rádio, principal meio de comunicação de massa da

época, desempenhava papel crucial na difusão de notícias e entretenimento. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro liderava esse processo, com programas famosos como o Repórter Esso e radionovelas que alcançavam públicos em todas as regiões do país.



ASSIS CHATEAUBRIAN NO SENADO FEDERAL, 1957

A era também testemunhou a força de emissoras como a Rádio Record de São Paulo, palco de comícios e programas musicais, e a Rádio Mayrink Veiga, pioneira em coberturas esportivas. O império de Chateaubriand incluía ainda a **Rádio Tupi**, que diversificava entre jornalismo e entretenimento popular. Esse período não apenas solidificou o rádio como ferramenta de massas, mas também pavimentou o caminho para a televisão, que emergiria com força na década seguinte.



GLAUBER ROCHA, DATA DESCONHECIDA FUNDO DOCUMENTAL: CORREIO DA MANHÃ DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO



CLARICE LISPECTOR E TOM JOBIM. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



ELIZETE CARDOZO (1955)/ DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



LUIZ GONZAGA (1957) IMAGEM DO FUNDO CORREIO DA MANHÃ. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



DITADURA MILITAR
1964-1985



"MILAGRE ECONÔMICO" E FIM DA DEMOCRACIA

O golpe de 1964 instaurou um regime militar que transformou profundamente as estruturas institucionais do Brasil. A aliança entre militares e setores da sociedade civil resultou na suspensão de direitos constitucionais, na dissolução de partidos políticos, na intervenção direta em sindicatos e na imposição da censura à imprensa.



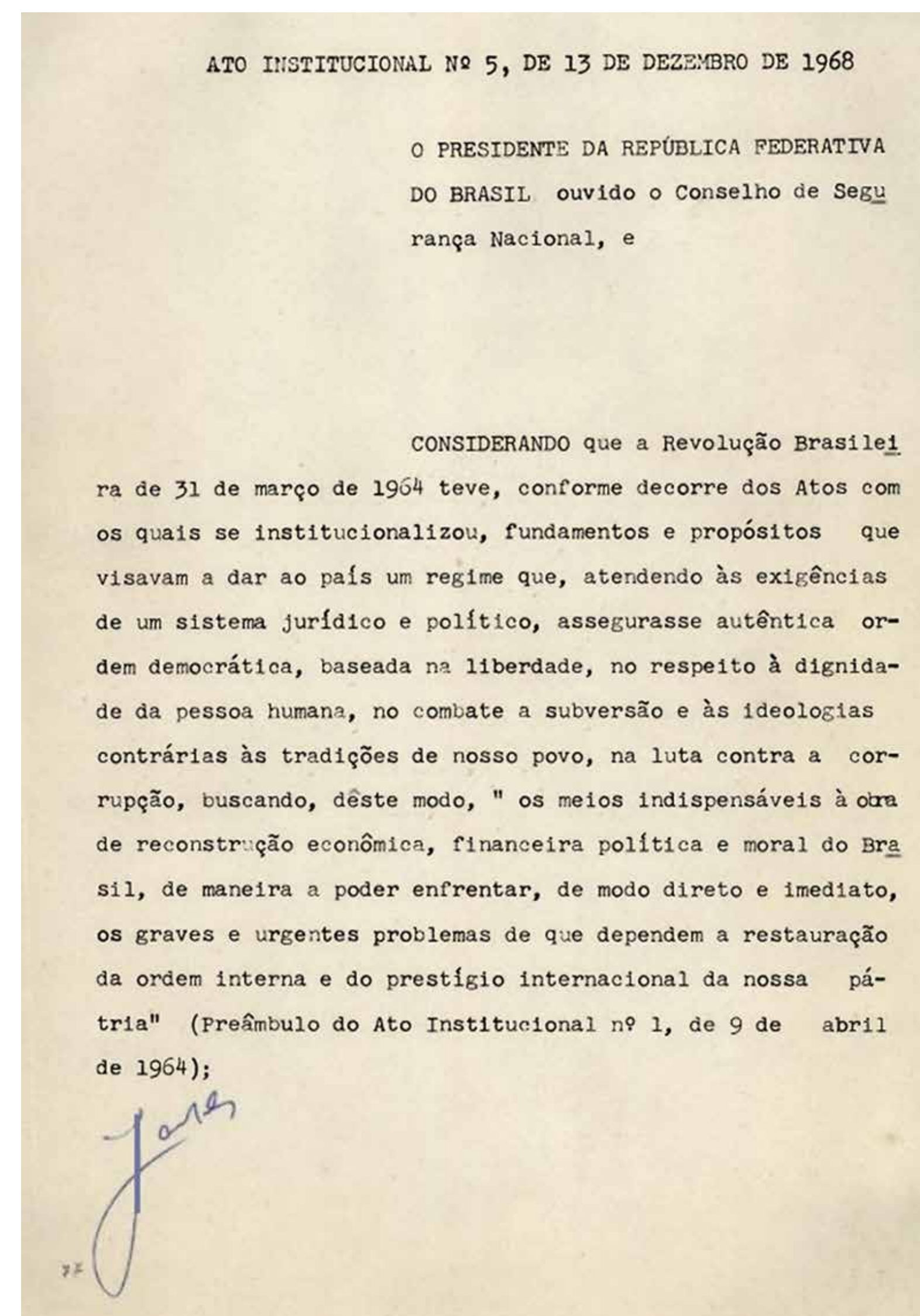
(FIG.00) DEPOSIÇÃO DO GOVERNO JOÃO GOULART - GOLPE DE 1964
FUNDO DOCUMENTAL: CORREIO DA MANHÃ DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



A consolidação do golpe se deu por meio dos Atos Institucionais, especialmente o AI-5, promulgado em 1968, que legalizou a perseguição política, a cassação de mandatos parlamentares e a repressão

contra opositores. Esse arcabouço jurídico minou os pilares da democracia representativa, eliminando a pluralidade política e restringindo as liberdades civis.

O período inaugurado pelo golpe interrompeu um ciclo de reformas e participação popular, instituindo um Estado centralizador e repressivo.



(FIG.00) ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DITADURA MILITAR
1964-1985



"MILAGRE ECONÔMICO"
E FIM DA DEMOCRACIA

No plano econômico, o regime militar adotou um modelo de desenvolvimento centrado na rápida industrialização, que ficou conhecido como “milagre econômico”. Embora tenha promovido crescimento e modernização das infraestruturas, o regime suprimiu direitos trabalhistas, como a estabilidade no emprego, e controlou os sindicatos. Ainda no período, cresceu o endividamento externo, só resolvido décadas depois, durante os governos Lula.

A dependência do capital internacional tornou-se uma característica estrutural da economia brasileira, com impactos duradouros sobre a soberania do país. As reformas institucionais implementadas durante o período favoreceram grupos econômicos específicos, em detrimento dos trabalhadores e dos mais pobres, promovendo concentração de renda e exclusão social.



CRIAÇÃO DE UM MOLDE PARA ESTEREOTÍPIA



MANIFESTAÇÃO ESTUDANTIL CONTRA A DITADURA MILITAR. 1968 MAGEM DO FUNDO CORREIO DA MANHÃ. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL

DITADURA MILITAR
1964-1985



"MILAGRE ECONÔMICO"
E FIM DA DEMOCRACIA

(FIG.000) MARIA BETHÂNIA NA
PEÇA OPINIÃO, NO TEATRO DE
ARENA 196. DOMÍNIO PÚBLICO /
ACERVO ARQUIVO NACIONAL



(FIG.000) HENFIL EM 1971,
DURANTE UMA ENTREVISTA./
ACERVO ARQUIVO NACIONAL.
COM SEU TRAÇO INCONFUNDÍVEL
E HUMOR ÁCIDO, HENFIL
USOU SEUS PERSONAGENS E
CHARGES PARA CRITICAR O
REGIME, DRIBLAR A CENSURA
E DAR VOZ A UMA OPOSIÇÃO
QUE NÃO PODIA SE EXPRESSAR
LIVREMENTE.



No campo cultural, o regime militar buscou impor rígido controle ideológico, recorrendo à censura sistemática da produção artística, literária e jornalística. Apesar da repressão, emergiu uma vigorosa resistência cultural, que encontrou na arte um espaço de contestação e denúncia. A música, o teatro, a literatura e as artes visuais tornaram-se veículos de crítica ao regime e de mobilização social. Movimentos como o Tropicalismo, o Cinema Novo e o teatro de resistência simbolizaram essa insurgência estética e política, articulando novas linguagens e formas de expressão que desafiavam os limites impostos pela censura. Essas manifestações não apenas ecoaram por todo o país, mas também contribuíram para a formação de uma consciência crítica coletiva, mantendo viva a luta pela liberdade de expressão e pelos direitos democráticos.

A era também testemunhou a força de emissoras como a Rádio Record de São Paulo, palco de comícios e programas musicais, e a Rádio Mayrink Veiga, pioneira em coberturas esportivas. O império de Chateaubriand incluía ainda a Rádio Tupi, que diversificava entre jornalismo e entretenimento popular. Esses veículos, muitas vezes alinhados a projetos políticos — como o apoio dos Diários Associados ao golpe de 1964 —, dependiam de patrocínios comerciais e anúncios públicos, com alcance variável conforme a infraestrutura regional. Esse

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

CERTIFICADO Nº 51.102 FILME PARA: TELENOVELA mm/côr XX . XX . XX .

TÍTULO EM PORTUGUÊS: "ROQUE SANTEIRO" CAPs. 11/12 --

TÍTULO ORIGINAL: "ROQUE SANTEIRO"

DIRETOR: PAULO UBIRATAN

CLASSIFICAÇÃO: PROIBIDO PARA ANTES DAS 20:00 HORAS

Válido até 02 DE JULHO DE 1990

Emitido em 02 DE JULHO DE 1985

JUSTIFICAÇÃO DE IMPROPRIEDADE

Assinado de R. Fagundes
CORIOLANO DE LOIOLA C. FAGUNDES
DIRETOR DA DCDP

CERTIFICADO Nº 51.102
FILME: "ROQUE SANTEIRO" COM -- m.
SÉRIE: TELENOVELA EP. Nº 11º12 --

PRODUTOR: CENTRAL GLOBO DE PRODUÇÃO

DISTRIBUIDOR: REDE GLOBO DE TELEVISÃO

DECISÃO DA DCDP: PROIBIDO PARA ANTES DAS 20:00 HORAS. COM CORTES:
CAP. 12 PÁG. 05. CONFORME ASSINALADO NO "SCRIPT".
PARTES NÃO GRAVADAS: CAP. 11 PÁGS. 06 E 07. CONFORME ASSINALADO NO "SCRIPT".
- LIVRE PARA EXPORTAÇÃO. COM CORTES

BRASILIA 02 DE JULHO DE 1985 GRC

RAYMUNDO EUSTAQUIO DE MESQUITA
CHEFE DO SC/DCDP DPF-031

(FIG.000) FRANCISCO DE ASSIS CHATEAUBRIAND BANDEIRA DE MELLO TOMANDO POSSE NA ABL. FUNDO DOCUMENTAL: AGÊNCIA NACIONAL

período não apenas solidificou o rádio como ferramenta de massas, mas também pavimentou o caminho para a televisão, que emergiria com força na década seguinte.





DITADURA MILITAR
1964-1985

CENSURA E RESISTÊNCIA DA IMPRENSA ALTERNATIVA

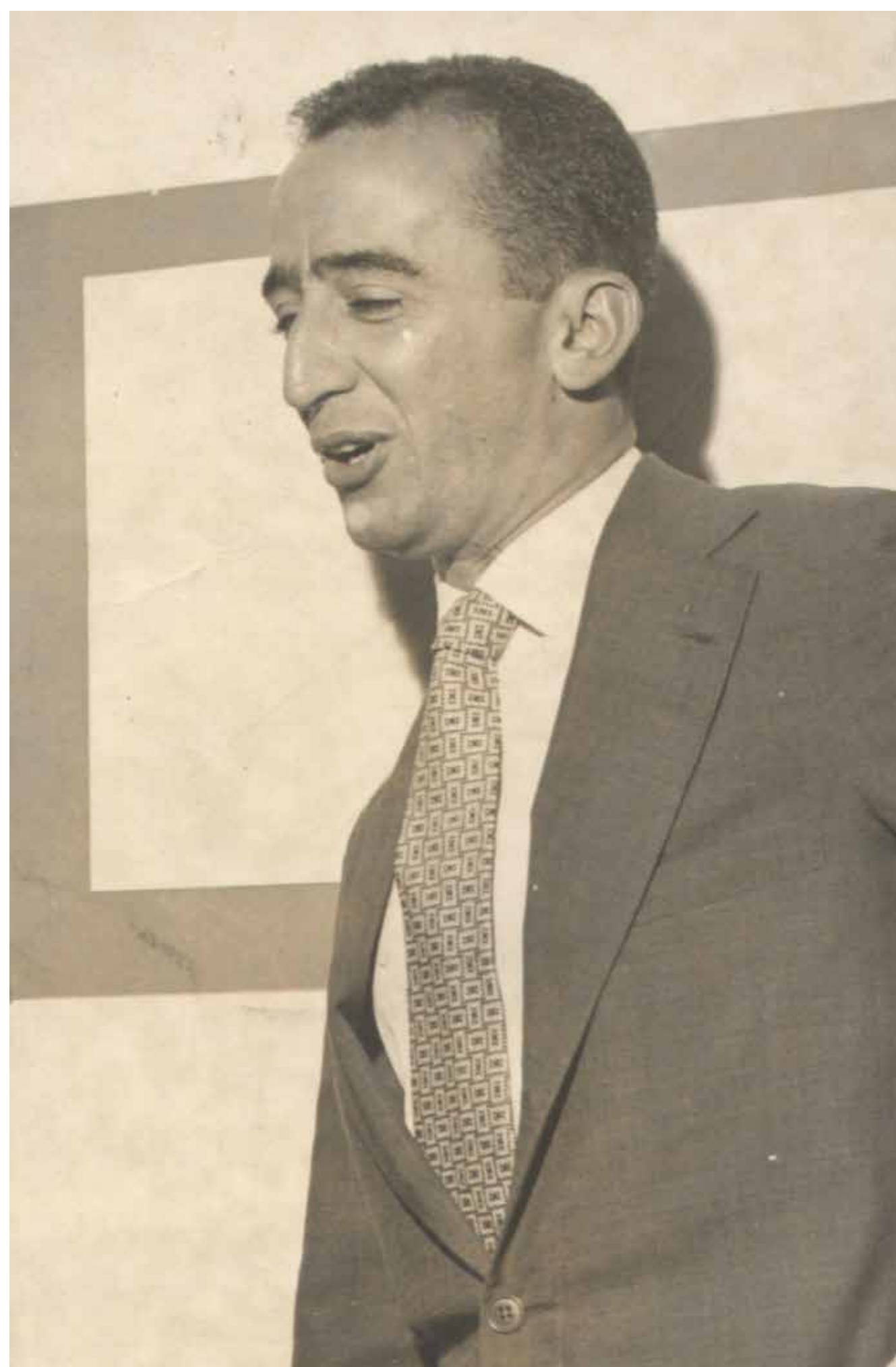


(FIG.000) RAVEL, DOM, ANTÔNIO CARLOS, JOCAFI, SILVIO SANTOS.
1972 . NA DÉCADA DE 1970, A DUPLA FEZ MUITO SUCESSO COM A
MÚSICA "EU TE AMO MEU BRASIL", GRAVADA PELO GRUPO OS INCRÍVEIS.
DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



A trajetória da imprensa brasileira durante a ditadura militar revela uma complexa rede de ambivalências, alianças e rupturas. Nos momentos iniciais após o golpe, jornais e revistas do país apoiaram a deposição do governo constitucional, apostando na promessa de estabilidade política e combate à corrupção. Esse alinhamento refletia não apenas interesses empresariais, mas também uma visão liberal-conservadora que via no regime uma contenção ao avanço das reformas sociais.

Contudo, essa aliança inicial mostrou-se frágil à medida que o regime endurecia suas práticas autoritárias, atingindo inclusive antigos aliados. A censura, a perseguição a jornalistas e a manipulação da informação colocaram em xeque a autonomia editorial, gerando tensões internas e, em alguns casos, mudanças de posicionamento. Jornais e revistas, que inicialmente legitimaram golpe, passaram a conviver com os limites impostos à liberdade de expressão, revelando as contradições entre o compromisso com a democracia e os interesses econômicos e políticos que moldavam sua atuação.



(FIG.00) MILLÔR FERNANDES (1957). DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



(FIG.000) JORNAL DO BRASIL NO DIA DO GOLPE DE 1964. FUNDO DOCUMENTAL: CORREIO DA MANHÃ. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL

apoio inicial ao golpe de 1964 não impediu que, com a institucionalização da censura — especialmente após o AI-5, em 1968 —, veículos de comunicação se tornassem alvos da repressão estatal. Redações foram invadidas, jornalistas perseguidos, reportagens censuradas e conteúdos cortados por ordem direta dos órgãos de controle. Nem mesmo figuras influentes e inicialmente alinhadas ao regime escaparam das restrições.

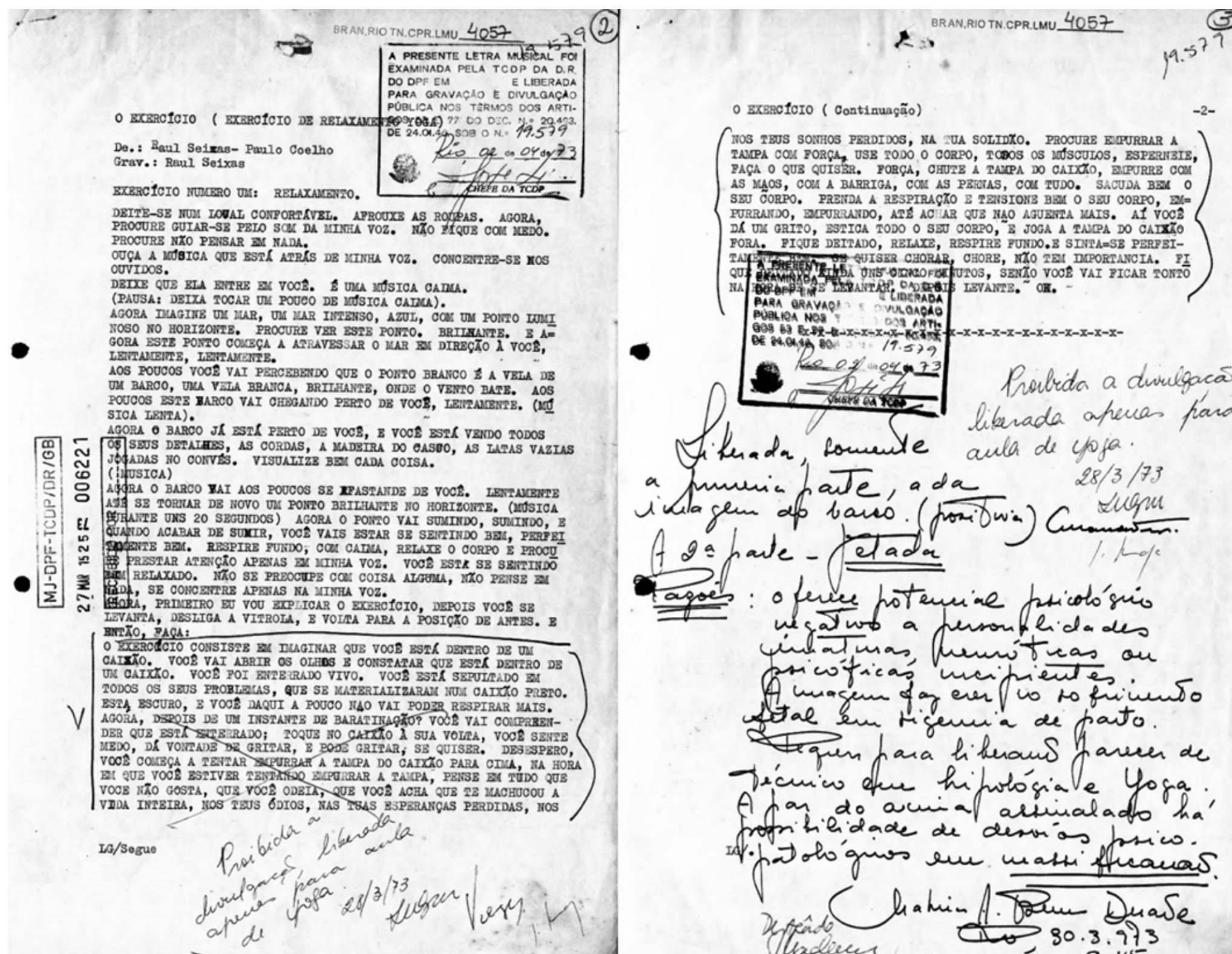
Caso de Carlos Lacerda é emblemá-

tico: um dos principais articuladores do golpe, Lacerda tornou-se posteriormente opositor do regime, sendo silenciado e tendo seus direitos políticos cassados. Sua trajetória ilustra a ironia histórica vivida por setores que, ao apoiarem a instalação do autoritarismo, aca-

baram vítimas das estruturas repressivas que ajudaram a legitimar. Esse processo revela a fragilidade das alianças com o poder autoritário e expõe os limites da convivência entre interesses empresariais e a defesa das liberdades democráticas.



ARTISTAS PROTESTAM CONTRA A DITADURA MILITAR - TÔNIA CARREIRO, EVA WILMA, ODETE LARA, NORMA BENGELL E CACILDA BECKER. 1968
FUNDO DOCUMENTAL: CORREIO DA MANHÃ. DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO NACIONAL



Nesse sentido, a campanha das diretas-já, nos estertores do golpe de 1964, sofreu bloqueio em parte da mídia. Outra parte, no entanto, oscilou entre o apoio tímido e o efetivo à campanha. A maioria da população abraçou as diretas-já, levando donos de alguns meios de comunicação a um reposicionamento, de olho em novas opiniões e em um mercado publicitário em mutação.

Paralelamente ao cerco imposto à imprensa tradicional, emergiu no Brasil uma vibrante imprensa alternativa, que se tornou um dos principais instrumentos de resistência ao regime militar. Publicações como O Pasquim, Opinião, Movimento, além de jornais vinculados a sindicatos e pastores da Igreja Católica, constituíram espaços privilegiados de denúncia das arbitrariedades, crítica social e ironia política.

Nesse sentido, a campanha das diretas-já, nos estertores do golpe de 1964, sofreu bloqueio em parte da mídia. Outra parte, no entanto, oscilou entre o apoio tímido e o efetivo à campanha. A maioria da população abraçou as diretas-já, levando donos de alguns meios de comunicação a um reposicionamento, de olho em novas opiniões e em um mercado publicitário em mutação.

Paralelamente ao cerco imposto à imprensa tradicional, emergiu no Brasil

uma vibrante imprensa alternativa, que se tornou um dos principais instrumentos de resistência ao regime militar.



(FIG.00) MONUMENTO QUE MARCA O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA.1972.
DOMÍNIO PÚBLICO / ACERVO ARQUIVO

Publicações como O Pasquim, Opinião, Movimento, além de jornais vinculados a sindicatos e pastorais da Igreja Católica, constituíram espaços privilegiados de denúncia das arbitrariedades, crítica social e ironia política.



(FIG.00) NAS RUAS DE BRASÍLIA, DIANTE DO CONGRESSO NACIONAL, O POVO SE MANIFESTA E EXIGE O RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA. 1985. FONTE: WIKEMEDIA COMMONS/AGÊNCIA BRASIL

Esses veículos, frequentemente perseguidos e com circulação limitada, buscavam driblar a censura por meio da criatividade textual, da sátira mordaz e da articulação de redes colaborativas. Ao romper com os padrões da grande mídia, a imprensa alternativa ampliou suas fronteiras discursivas, dando voz a sujeitos historicamente marginalizados e promovendo debates interditados pelo discurso oficial. Mais do que simples canais informativos, essas publicações tornaram-se espaços de construção de uma consciência crítica, contribuindo para a formação de uma cultura política plural, democrática e resistente à repressão.



REDEMOCRATIZAÇÃO
1985 A 2002



AVENTURAS DA DEMOCRACIA NO PAÍS DA DESIGUALDADE SOCIAL



alvore-
cer da Nova República no
Brasil foi marcado pela ascen-
são de José Sarney à Presidência, em
meio a uma transição política comple-
xa e carregada de expectativas populares
por democracia e justiça social. A chegada
ao poder, após a morte de Tancredo
Neves, simbolizou tanto a fragilidade
institucional do momento quanto o
desejo nacional de superação
do legado deixado pela
ditadura.

Um novo governo enfrentava o desafio de reconstruir as bases democráticas, em um cenário de intensos debates políticos, mobilizações sociais e reivindicações por direitos. Esse ambiente efervescente culminou na convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que se tornou o espaço privilegiado para a elaboração de um novo pacto, capaz de refletir as aspirações de uma sociedade marcada pela resistência e pela luta por liberdade.

A promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, tornou-se um dos marcos do período. Fruto de intensos debates na Constituinte, o novo texto constitucional incorporou demandas históricas dos movimentos populares, estabelecendo um amplo conjunto de direitos civis, políticos, sociais e culturais, até então inéditos na história republicana brasileira.



DIRETORA-GERAL DINORÁ MORAIS FERREIRA E O MINISTRO DA JUSTIÇA - PAULO BROSSARD - GOVERNO SARNEY - 1986 - ARQUIVO IN

A nova Carta prometia inaugurar uma era de inclusão, dignidade e equidade, ao reconhecer o papel ativo da sociedade na construção democrática. As políticas públicas ganharam novo fôlego, com a busca pela universalização da saúde, da educação e da seguridade social, além da valorização da participação cidadã por meio de conselhos, fóruns e mecanismos de controle social. Mais do que um documento jurídico, a Constituição de 1988 representou um pacto social em torno da reconstrução das liberdades, da justiça e da pluralidade, consolidando os avanços conquistados pela resistência à ditadura e abrindo caminho para novos horizontes democráticos.

O Plano Real foi decisivo nesse processo, ao estabilizar a moeda e conferir previsibilidade à economia, criando as condições mínimas de governabilidade que permitiriam, nos anos seguintes, a emergência de projetos políticos com maior

viés inclusivo e popular, como os liderados por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Assim, a trajetória da Nova República expressa, de um lado, o embate entre promessas democráticas e limitações estruturais, e de outro, a complexa tessitura de avanços, retrocessos e contradições que moldam a história social brasileira contemporânea.





REDEMOCRATIZAÇÃO
1985 A 2002

IMPRENSA E CONGLOMERADOS MIDIÁTICOS NA NOVA REPÚBLICA



SESSÃO FINAL DE TRABALHO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, EM 22 DE SETEMBRO DE 1988, APÓS O ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO, COM APROVAÇÃO DO TEXTO FINAL DA NOVA CONSTITUIÇÃO DO PAÍS. WIKIMEDIA COMMONS

A superação da ditadura militar coincidiu com um período de intensa reconfiguração do campo midiático brasileiro. Os grandes jornais impressos, já tradicionais formadores de opinião, viram-se progressivamente integrados e fortalecidos por conglomerados que passaram a controlar, simultaneamente, múltiplos meios de comunicação. A ascensão desses grupos consolidou um cenário em que o poder sobre a circulação de informações, antes centrado nos diários impressos, expandiu-se para a televisão e o rádio, potencializando sua influência.

.....

rente à hegemonia desses grupos, ergueram-se importantes polos de resistência, especialmente no âmbito da imprensa sindical e dos movimentos sociais. Sindicatos de trabalhadores, associações populares e organizações da sociedade civil criaram veículos próprios, como jornais de circulação restrita, boletins e revistas alternativas, dedicados a pautar temas outros e defender os interesses ausentes no debate. Essa imprensa, notadamente combativa, desempenhou papel fundamental na denúncia de violações de direitos e na mobilização por justiça social, tornando-se referência para diferentes segmentos sociais.

Além disso, o período assistiu ao florescimento de iniciativas de comunica-



GREVE DE SERVIDORES DA IN - SINDSEP - CUT
ACERVO IMPRENSA NACIONAL

ção popular, particularmente no campo da radiodifusão comunitária. Rádios comunitárias, muitas vezes clandestinas ou perseguidas pelo poder público, ampliaram o acesso à informação, garantindo espaço para as vozes de comunidades periféricas, indígenas e rurais. Essas experiências, ainda que fragmentadas e de alcance limitado, foram essenciais para fortalecer identidades locais e estimular a participação cidadã, compondo um mosaico fundamental de resistência ao status quo.



GOVERNOS POPULARES
2003 - 2016

UM NOVO BRASIL



CERIMÔNIA DE POSE DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. FOTO: MÁRCIA KALUME. ARQUIVO SENADO FEDERAL

Entre 2003 e 2016, o Brasil foi governado por presidentes progressistas que focaram sua atuação em políticas de inclusão social, combate à pobreza e fortalecimento da soberania da nação. Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff promoveram avanços em áreas como educação, saúde e infraestrutura, resultados do redesenho das políticas, como o Bolsa Família e o programa de Cisternas, do crescimento econômico e da ampliação das receitas públicas. A expansão do PIB foi consequência de uma gestão macroeconômica desenvolvimentista que, entre outras coisas, possibilitou o aproveitamento da melhoria dos preços dos produtos brasileiros exportáveis. Devido a uma política externa flexível, agregadora e respeitosa, o país ganhou projeção internacional, sedian-do eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.



DILMA NO ALVORADA CONTRA O IMPEACHMENT DO
FOTO: LULA MARQUES. WIKIMEDIA COMMONS



LULA NO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT APÓS DEPOIMENTO À POLÍCIA FEDERAL - FOTO: ROVENA ROSA - WIKIMEDIA COMMONS

Esse processo foi interrompido em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff. Esse desenlace político se uniu às gritantes ilegalidades da chamada Operação Lava-Jato que, entre outras coisas, condenou o presidente Lula sem qualquer prova para abrir espaço para uma hegemonia e direção políticas conservadoras. Michel Temer assumiu a presidência com uma agenda de austeridade e reformas impopulares que aprofundaria o descontentamento social.

Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente com um discurso contra o sistema político, a favor da moral conservadora e pelo combate



EX PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JAIR BOLSONARO, LÊ COMPROMISSO CONSTITUCIONAL - FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO - WIKIMEDIA COMMONS

à corrupção. Seu governo foi marcado por desrespeito e ataques às instituições democráticas, desmonte de políticas ambientais e sociais, e uma gestão negacionista da pandemia de COVID-19. A polarização política se intensificou, com o país dividido entre

apoiadores do bolsonarismo e defensores da democracia e dos direitos civis. Após perder a eleição de 2022 para Lula, reabilitado pela comprovação das ilegalidades da Operação Lava-Jato, Bolsonaro e

várias pessoas do seu entorno tentam articular um golpe militar contra as instituições democráticas para impedir a posse do presidente eleito, que não se concretizou pela recusa dos comandantes militares e a falta de apoios nas elites econômicas e políticas.



2022, Lula foi eleito em um contexto de forte mobilização popular e institucional contra os riscos autoritários. Seu novo mandato tem buscado reconstruir políticas públicas, retomar o diálogo internacional e enfrentar os desafios econômicos herdados. Até 2025, o Brasil vive um cenário de reconstrução democrática, com tensões persistentes entre diferentes projetos de país e uma sociedade marcada por desigualdades, resistência e esperança.

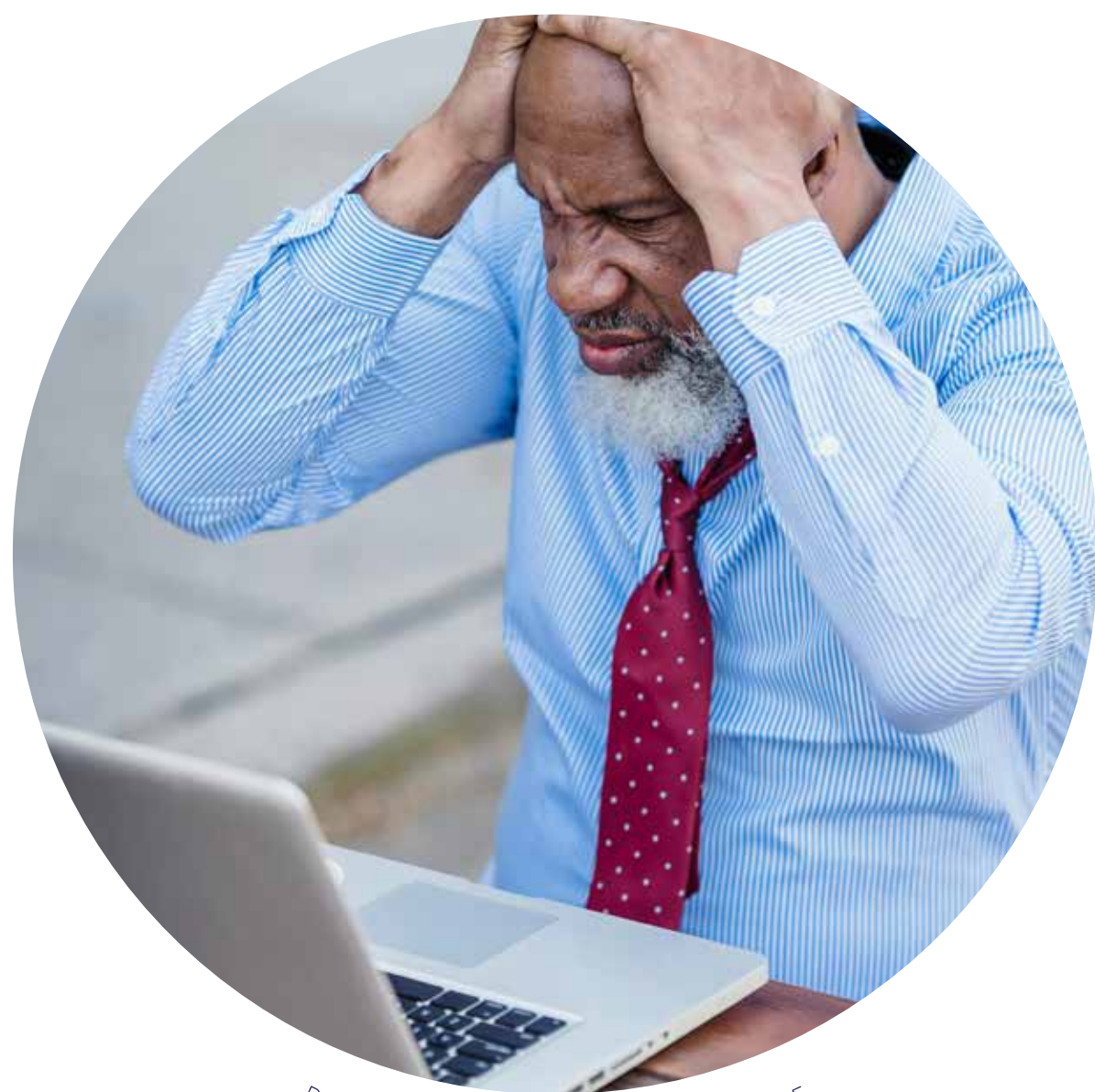


PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA TOMA POSSE COMO 39º PRESIDENTE DO BRASIL. FOTO: RICARDO STUCKERT/PR



IMPRESA BRASILEIRA NA
ERA DIGITAL
2017 - 2025

DA UTOPIA DIGITAL À HEGEMONIA DA EXTREMA DIREITA



PEXELS-NICOLA-BARTS-7925885

Durante os governos populares de 2003 a 2016, parte da imprensa brasileira manteve uma postura crítica e, muitas vezes, alinhada com interesses econômicos insatisfeitos com as políticas sociais em desenvolvimento. Grandes conglomerados continuaram a exercer forte influência na formação da opinião pública, especialmente em momentos de crise política, às vezes geradas pelos próprios meios de comunicação. Assim, por exemplo, a cobertura da imprensa foi decisiva na construção de narrativas que contribuíram para o desgaste dos governos de esquerda e para a legitimação do impeachment de Dilma Rousseff, um golpe parlamentar clássico.

S

A partir de 2010, com o crescimento das redes sociais, a hegemonia da mídia tradicional começou a ser desafiada. Plataformas digitais passaram a disputar espaço informacional, aparentemente permitindo a emergência de vozes alternativas, mas também facilitando a disseminação de desinformação. A extrema direita nacional, ajudada pela extrema direita internacional, soube explorar esse ambiente, criando uma rede paralela baseada em influenciadores digitais, canais de WhatsApp e fake News, e enfrentando a comunicação tradicional.

.....

Ao longo da década de 2010, os jornais impressos tiveram queda acentuada na circulação e receitas publicitárias. Em resposta, os grandes veículos de comunicação migraram para o digital, investindo em assinaturas online, podcasts e jornalismo de dados. Apesar da adaptação, enfrentam dificuldades para competir com o conteúdo gratuito e viral das redes sociais, além de lidar com o impacto dos algoritmos das big techs, que controlam o alcance e a monetização da informação.

A crescente influência das plataformas digitais e seus efeitos negativos sobre o debate público levaram à formulação de propostas de regulação. Projetos como o PL das Fake News e iniciativas de responsabilização das big techs buscam garantir transparência, combater a desinformação e proteger a democracia. A imprensa, nesse novo cenário, precisa reafirmar seu papel como mediadora confiável da realidade, enfrentando os desafios da era digital com ética, inovação e compromisso público.

